

PAULO ROBERTO DELGADO

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA:
A SITUAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NOS ANOS 90**

**Tese apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Doutor. Curso de
Pós-graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento, Universidade Federal
do Paraná.**

**Orientadores:
Prof. Dr. Guillermo Foladori
Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça**

331.5
:308
(816.21)
D352 P

**CURITIBA
FEVEREIRO 2001**

MEMBROS DA COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. GUILLERMO FOLADORI

Doutor em Economia - Universidad Nacional Autónoma de México
Pós-doutorado em Sociologia do Meio Ambiente - UNICAMP
Professor no Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR

Prof. Dr. FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA

Doutor em Geografia - USP
Professor no Departamento de Geografia e
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR

Prof.^a Dr.^a AMÁLIA MARIA GOLDBERG GODOY

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR
Professora no Departamento de Economia - UEM

Dr.^a VANESSA FLEISCHFRESSER

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR
Diretora de Programa no Ministério do Meio Ambiente

Prof. Dr. VICTOR PELÀEZ

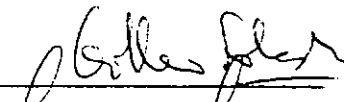
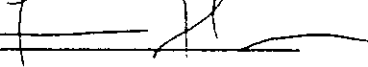

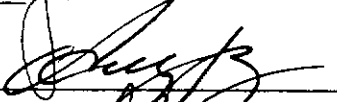
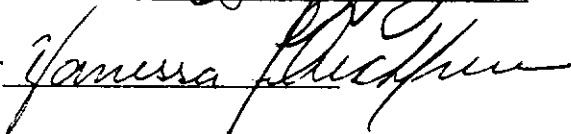
Doutor em Economia do Desenvolvimento Agrícola , Agroalimentar e Rural -
Université de Montpellier I - França
Professor no Departamento de Economia - UFPR



PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora após realizarem a arguição da tese do doutorado apresentada pelo candidato Paulo Roberto Delgado, intitulada **“Precarização do trabalho e condições de vida: a situação da região Metropolitana de Curitiba nos anos 90”** deliberaram aprová-lo, com base nos seguintes conceitos: Professor Guillermo Foladori (A) Professor Francisco de Assis Mendonça (A) Professor Victor Pelàez (A) Professora Amália Maria Goldberg Godoy (A) Professora Vanessa Fleischfresser (A). Resulta desta avaliação que o candidato é aprovado com o conceito (A) e assim completando todos os requisitos necessários para receber o grau e o diploma de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2001.

Prof. Dr Guillermo Foladori (Presidente) 
Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça 
Prof. Dr. Victor Pelàez 
Prof. Dr.ª Amália Maria Goldberg Godoy 
Prof. Dr. Vanessa Fleischfresser 

AGRADECIMENTOS

Quando se trata de especificar o processo de nossa formação pessoal, é difícil situar onde ele começa, o que se deve a uma etapa particular de nossa vida – no caso a passagem pelo doutorado –, o quanto vem do antes, das múltiplas aventuras que compõem uma vida; enfim, a quem agradecer? Arbitremos pois: aos meus pais, que semearam o caminho e nunca esqueceram que todo ser requer amparo.

À Lilian, minha mulher, pela contínua confiança e recorrente estímulo à conclusão desta tese; e, também, por suportar o mau humor. À Marília, minha filha, pela simples presença e capacidade de surpreender; suas cobranças também foram importantes.

Há os amigos de ontem e hoje, em relação aos quais, quando se trata de nominar, há sempre o risco de esquecimento. Para evitar isto, e certo de que eles se reconhecerão nesta aventura, gostaria de particularizar este agradecimento a três deles, que compartilharam desta experiência: ao Miguel e ao Rinaldo que, em quadrantes diferentes deste país, mantiveram-se próximos e souberam atuar nos momentos em que vacilei; à Karen, com quem uma amizade se aprofundou, reforçando laços de outrora, e com quem as angústias puderam ser compartilhadas. A vocês, parabéns! Juntos vivemos nossa "panelinha".

Como uma tese sempre envolve um momento de avaliação, há que se agradecer aos co-responsáveis pelo resultados alcançados. Francisco recebeu a missão, quase impossível, de coordenar todo o trabalho de construção do programa de pesquisa da segunda turma do Doutorado, conduzido-o não apenas com maestria, mas sobretudo com paciência. Foi ainda, no meu caso, co-orientador da tese, auxiliando na descoberta dos espaços subjacentes/constituintes dos processos sociais. Guillermo foi figura ímpar nesta caminhada: soube se aproximar em momentos de indecisão, apontar caminhos e, principalmente, acreditar. Aos dois, digo: valeu! E assumo a responsabilidade pelo que ficou por fazer ou melhorar.

A todos os professores agradeço pela dedicação e pela oportunidade de compartilhar experiências, vislumbrar novos horizontes. À Iolanda, que sempre dispensou atenção às nossas demandas.

Ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, por me liberar e dar sustentação financeira durante o período de realização dos créditos. Mas, principalmente, pelo que significa em minha trajetória profissional, desde quando, há quase duas décadas, realizei meu primeiro estágio acadêmico. Aos amigos que lá fiz e com quem convivo: o aqui feito deve-se, em muito, àquilo que aprendi com vocês. Obrigado! Em

particular, gostaria de agradecer algumas pessoas que contribuíram para viabilizar esta tese: à Sachiko, que ajudou na tabulação dos dados e sempre alertou sobre os limites estatísticos de seu uso; à Dirce, Dora e Luíza que, talvez sem perceber, há muito tempo vêm ajudando neste trabalho; à Laura, responsável pela editoração final deste trabalho; à Marise Manoel, pela atenta leitura e sugestões para maior clareza do texto.

SUMÁRIO

LISTAS DE TABELAS	viii
LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
RESUMO	xi
INTRODUÇÃO	1
1 ARTICULANDO PORTAIS: QUESTÕES SOBRE EMPREGO, EXPANSÃO URBANA E MEIO AMBIENTE	11
1.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	13
1.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS.....	17
1.3 DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS E PROBLEMÁTICA AMBIENTAL.....	22
1.4 REPOSICIONANDO OS PORTAIS: OBSERVAÇÕES SOBRE A ESPECIFICIDADE DO CASO BRASILEIRO.....	32
2 CONDIÇÕES DE VIDA NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS	38
2.1 O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO.....	39
2.2 SITUAÇÃO SOCIAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS.....	42
2.2.1 Indicadores do Quadro de Pobreza.....	42
2.2.2 Indicadores de Desenvolvimento Humano e de Condições de Vida.....	54
3 O MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NOS ANOS 90	67
3.1 AJUSTE ECONÔMICO E REESTRUTURAÇÃO NO BRASIL.....	68
3.2 INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO.....	81
3.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	86
4 ANOS 90: A METRÓPOLE AINDA SE EXPANDE	101
4.1 ASPECTOS DA EXPANSÃO URBANA NOS ANOS 90.....	105
4.2 A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	115
4.2.1 Mercado de Trabalho e Migração.....	116

4.2.2 Mercado de Trabalho e Pobreza.....	119
4.2.3 Condições de Habitação.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	133
ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	
BRASILEIRAS, EXISTENTES EM 1991, E	
RESPECTIVOS MUNICÍPIOS.....	139
ANEXO 2 - RELAÇÃO DAS DIMENSÕES E INDICADORES QUE COMPÕEM	
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	
(INTERNACIONAL, NACIONAL E MUNICIPAL) E O	
ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA - ICV.....	146
ANEXO 3 - MATRIZ DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	
E DE CONDIÇÕES DE VIDA E DOS RESPECTIVOS	
COMPONENTES - MUNICÍPIOS METROPOLITANOS.....	148
ANEXO 4 - INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO -	
REGIÕES METROPOLITANAS - 1989-99.....	154

LISTAS DE TABELAS

2.1	TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL PARA A POPULAÇÃO TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS E METRÓPOLES, 1950/91	40
2.2	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS E DE POPULAÇÃO POR CLASSE DE IDH-M - BRASIL - 1970-91	57
2.3	ESTATÍSTICAS DE VARIABILIDADE DO IDH-M E ICV POR REGIÃO METROPOLITANA - 1991	61
2.4	NÚMERO DE MUNICÍPIOS E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR CLASSE DE IDH-M E ICV - REGIÕES METROPOLITANAS E BRASIL NÃO-METROPOLITANO - 1991	63
2.5	ESTATÍSTICAS DE CENTRALIDADE E VARIABILIDADE DOS ÍNDICES POR TIPO DE MUNICÍPIO - 1991	64
3.1	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA - PIA - NO TOTAL DA POPULAÇÃO E TAXA DE ATIVIDADE - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989/99	89
3.2	POPULAÇÃO TOTAL, EM IDADE ATIVA, ECONOMICAMENTE ATIVA E OCUPADA - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989-99	90
3.3	POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO NÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO - RMC - 1989/99	92
3.4	SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1989-99	100
4.1	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA RMC E INTERIOR DO PARANÁ DE PORTE MÉDIO E GRANDE - 2000	106
4.2	POPULAÇÃO TOTAL, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO METROPOLITANA E INCREMENTO ABSOLUTO SEGUNDO ÁREAS METROPOLITANAS - 1970-2000	109
4.3	NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES E POPULAÇÃO RESIDINDO EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA ÁREAS METROPOLITANAS - RMC - 1992-98	114
4.4	PERCENTUAL DE PESSOAS E CHEFES DE FAMÍLIA, SEGUNDO CONDIÇÃO E TEMPO DE IMIGRAÇÃO - RMC - 1998	115
4.5	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL E OCUPADOS, POR SETOR OCUPACIONAL, RAMO DE ATIVIDADE E CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO - RMC - 1998	117
4.6	INDICADORES SOBRE PARTICIPAÇÃO DOS CHEFES NA RENDA FAMILIAR, RENDA MÉDIA DO CHEFE E RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA - RMC - 1998	123
4.7	CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO - RMC - 1998	126
4.8	CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO POR DIMENSÃO - RMC - 1998	127

LISTA DE QUADROS

1.1	SÍNTESE DE ABORDAGENS SOBRE AS NOVAS DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS	22
1.2	SÍNTESE DAS REPRESENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE URBANA.....	31
2.1	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS SOBRE POBREZA NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS.....	43
2.2	SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS RELATIVOS À INCIDÊNCIA DE POBREZA - 1990.....	49
3.1	ESTIMATIVAS POPULACIONAIS - RMC - 1989-2000	86
4.1	CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

2.1 - PERCENTUAL DE PESSOAS POBRES EM ÁREAS METROPOLITANAS -1981-95.....	47
2.2 IDH-M E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS - 1991.....	59
2.3 ICV E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS - 1991.....	60
3.1 VARIAÇÃO ANUAL E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E DA POPULAÇÃO BRASILEIRA - BRASIL 1970/1999.....	76
3.2 CRESCIMENTO REAL ACUMULADO DO PIB - BRASIL 1970/1999.....	76
3.3 TAXA DE OCUPAÇÃO - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989/99.....	90
3.4 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE OCUPADOS DO SETOR ESTRUTURADO NO TOTAL DE OCUPADOS - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989-99.....	92
3.5 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE OCUPADOS CONTRIBUINTES DA PREVIDÊNCIA NO TOTAL DE OCUPADOS - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989-99.....	93
3.6 PERCENTUAL DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA NO TOTAL DE OCUPADOS - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989-99.....	94
3.7 EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989-99.....	96
4.1 PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CURITIBA, PERIFERIA CONSOLIDADA E METROPOLITANA COM BAIXO CRESCIMENTO NO TOTAL DO INCREMENTO POPULACIONAL VERIFICADO NOS PERÍODOS INTERCENSITÁRIOS - 1960-2000.....	110
4.2 DENSIDADE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA RMC - 2000.....	111
4.3 PROPORÇÃO DE CHEFES DE FAMÍLIAS SEGUNDO POSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA, POR SITUAÇÃO OCUPACIONAL - RMC - 1998.....	121
4.4 PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS POBRES SEGUNDO PERFIL DAS FAMÍLIAS - RMC - 1998.....	122

RESUMO

O objeto desta tese é o processo de precarização da estrutura ocupacional brasileira, no contexto da crise do modelo de substituição de importações e do processo de reestruturação produtiva. Ele é focalizado no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e relacionado ao processo de expansão urbana que esta viveu nas últimas décadas. Privilegiam-se as mudanças na estrutura ocupacional como elemento de compreensão da dinâmica de diferenciação social que acompanha os processos de modernização, a qual implica formas diferenciadas de apropriação do espaço urbano, acarretando conseqüências sociais e ambientais cujo ônus é partilhado de modo desigual.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma leitura do processo de desenvolvimento sócio-econômico da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, a partir da configuração de seu mercado de trabalho. Paralelamente, procura-se associar as características e alterações por que este passou nas últimas décadas com o quadro sócio-ambiental que resulta do intenso processo de expansão urbana apresentado por esta região. A ponte entre essas questões será feita pela problematização da evolução do quadro de pobreza e desigualdades sócio-espaciais que se manifestam na região.

A preocupação, em particular, com a associação entre precarização do trabalho e pobreza antecede a própria iniciativa de participação no Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PDMAD), uma vez que o seu delineamento inicial decorreu de minhas atividades no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), na primeira metade dos anos 90, relacionadas ao desenvolvimento da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na RMC.

Posteriormente, apareceu a oportunidade de desenvolver de modo mais profundo essa preocupação, quando da definição do eixo temático proposto para a segunda turma do PDMAD: "Gestão Ambiental e Condições de Vida na Região Metropolitana de Curitiba".

Essa trajetória que, *ex-post*, parece tranqüila, na realidade foi um processo de constante ansiedade. Mesmo ciente da proposta de interdisciplinaridade proposta pelo Programa de Doutorado, pairava sempre a pergunta: que contribuição alguém envolvido com questões de mercado de trabalho pode dar para a compreensão da questão ambiental? E como articular essa dimensão às relacionadas com outros campos do conhecimento, particularmente com as ciências da natureza?

Não cabe aqui responder a essas indagações, pois, espera-se, as reflexões desenvolvidas na seqüência deste trabalho constituem uma das respostas possíveis, a que consegui desenvolver. Mas é importante, sim, ressaltar alguns passos que só foram possíveis pela participação no PDMAD.

O primeiro desafio surgiu quando da definição da própria carta de intenção para seleção ao Doutorado. Na ocasião, fez-se necessário desenvolver minimamente a problemática de estudo, e o contato com uma bibliografia sobre população e meio ambiente, particularmente os trabalhos de MARTINE (1992) e HOGAN (1993), permitiu verificar que os termos da equação população e meio ambiente remetiam à discussão, não tão recente, que decorre das formulações de Malthus sobre a relação entre crescimento populacional e esgotamento de recursos naturais. Para esse autor, a pobreza era um fator essencial na manutenção do equilíbrio entre população e recursos.

Mais importante, porém, foi a perspectiva que Martine e Hogan apontavam, destacando a necessidade de se ir além da matriz neomalthusiana e trazer novos elementos para compreender a relação população e meio ambiente. MARTINE (1992, p.20), por exemplo, destacava que, no caso brasileiro, a grande questão já não era mais o crescimento populacional, mas sim a sua redistribuição espacial, com a crescente concentração populacional em áreas urbanas, onde a população de baixa renda depara-se com dificuldades de assentamento, o que a leva a buscar alternativas de moradia em áreas de risco ambiental. Ele propunha introduzir essa questão na agenda ambiental brasileira, lembrando que "as questões sociais e ambientais de maior significado para a população brasileira necessariamente vão se concentrar onde existe maior densidade econômica e demográfica. Ou seja, as questões ambientais que afetam mais diretamente o cotidiano da maioria da população brasileira deverão ser resolvidos no âmbito de espaços urbanos construídos ou em construção (...)".

Do mesmo modo, HOGAN (1993) abordava a questão da redistribuição espacial ao procurar distinguir, no caso de Cubatão, os diversos fatores demográficos associados ao problema da degradação ambiental. Esse autor mostrou que nem todos os segmentos populacionais, relacionados com o complexo industrial daquela cidade, estavam sujeitos aos mesmos riscos ambientais, com o ônus maior recaindo sobre os imigrantes de baixa renda, situação associada à sua inserção precária no mercado de trabalho local e às condições de assentamento que lhes coube. Mais ainda, ao diferenciar tipos de movimentos migratórios e associá-los a segmentos diferenciados

da força de trabalho ligada ao complexo industrial, o autor propôs como hipótese, para explicar o longo período entre a ocorrência de problemas de poluição em Cubatão e sua transformação em uma problemática ambiental,¹ a idéia de que o segmento com maior potencial de organização social – os trabalhadores qualificados – não possuía vínculo de moradia com o município, compondo o fluxo de migração pendular que ligava Cubatão à Grande São Paulo.

Outro passo importante para a construção desta tese deu-se com a realização das oficinas de pesquisa, realizadas sob a coordenação do Professor Francisco de Assis Mendonça, que tinham por objetivo a definição de um programa que integrasse as diversas teses da segunda turma do Doutorado. As atividades foram desenvolvidas em duas etapas: 1) formulação de um diagnóstico da RMC, contemplando suas dimensões sócio-econômica e ambiental; 2) desenvolvimento dos programas de pesquisa nas áreas de qualidade de vida e de gestão ambiental. Delas resultaram dois relatórios que serviram para o posterior desenvolvimento dos projetos de tese (UFPR, 1997 e KARAM et al., 1998).

As reflexões então realizadas levaram a privilegiar o processo de metropolização que se consolidou a partir dos anos 70, entendendo-o como um processo sócio-econômico que instaura dinâmicas de ordem espacial e sócio-ambiental, a partir da dialética que envolve a configuração de uma forma específica de organização do espaço, mas, ao mesmo tempo, a sua fragmentação a partir de diferenciações que se estabelecem no espaço em suas dimensões física e social.² Seguia-se aqui a formulação de CASTELLS (1983, p.29), para quem o espaço

¹Como ressalta HANNIGAN (2000, p.10) "os problemas ambientais não se materializam por eles próprios; em vez disso, eles devem ser "construídos" pelos indivíduos ou organizações que definem a poluição, ou outro estado objectivo como preocupante, e que procuram fazer algo para resolver o problema. A este respeito, os problemas ambientais não são muito diferentes de outros problemas sociais, tais como abuso de crianças, os sem abrigo, o crime juvenil ou a SIDA".

²Sintetizo aqui a fundamentação realizada no relatório das atividades desenvolvidas no âmbito do Subprograma que discutiu a questão do desenvolvimento e qualidade de vida (KARAM et al., 1998).

metropolitano distingui-se não só por "seu tamanho (que é consequência da sua estrutura interna) mas também [pela] difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo um dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica". Ou seja, a metropolização é percebida como modo de organização do espaço no âmbito do desenvolvimento do capitalismo. Na realidade, o fenômeno da metropolização deve ser entendido como aprofundamento, qualitativamente distinto, da expansão urbana decorrente da convergência histórica, a partir do século XVIII, dos processos de industrialização, consolidação do Estado-nação e desenvolvimento capitalista (GOLDBLATT, 1996, p.88). Mesmo se manifestando em formações não capitalistas (SERRA, 1987, p.22), reconhece-se que a dinâmica da metropolização está, contemporaneamente, associada ao processo de mundialização do capital (SANTOS, 1993a). E, principalmente, que a estruturação da forma urbana passa por alterações, que se manifestam em novas (e desiguais) espacialidades/fragmentação da metrópole, decorrentes de mudanças na lógica da divisão internacional do trabalho e dos paradigmas produtivos que a determinam.

Outra referência importante foi a obra de SANTOS (1985) que destaca a especificidade da metropolização nos países latino-americanos. Segundo esse autor, embora todas as metrópoles contribuam para a macroorganização do território, elas se diferenciam quanto ao conjunto de funções que são capazes de exercer, daí os conceitos de metrópole completa e metrópole incompleta para caracterizar essa hierarquia na organização do território. Tais diferenças decorreriam do atraso da industrialização e das formas que essa assume nos planos nacional ou regional. O importante aqui é a sugestão do espraiamento do processo de metropolização, pelo território nacional, e a possibilidade de operar com a idéia de temporalidades distintas de modernização como elemento explicativo das diferenças regionais.

Foi possível, a partir desse referencial, destacar alguns aspectos que embasam a noção de metropolização (KARAM et al., 1998, p.10) e seu uso na construção do programa de pesquisa:

- "a metrópole é uma forma espacial específica das sociedades capitalistas

[no sentido acima destacado, de determinação do processo e não como particularidade histórica];

- é decorrente de um processo histórico desencadeado com a revolução industrial, que transforma relações sociais, relações espaciais e temporais;
- a complexidade de relações e interações que estão presentes na metrópole permite que a mesma seja estudada, analisada, apreendida e compreendida a partir de diferentes abordagens teóricas e de distintas perspectivas, seja do ponto de vista das relações sociais, políticas, econômicas e culturais ampliadas ou cotidianas, seja da perspectiva das conseqüências do uso e ocupação do espaço sobre os recursos físicos e ambientais;
- não deve ser analisada como variável independente, mas no conjunto da sociedade, como integrante de um sistema regional, nacional e internacional de interdependência”.

A questão que se propôs como comum aos diversos projetos de pesquisa, mas que ganharia contornos específicos em cada um deles, dados os seus objetos, era: como esse processo de metropolização e as diferenciações que dele decorrem, rebatem sobre as condições de vida de grupos específicos da população residente na RMC?

A presente tese constitui um dos empreendimentos que tenta responder a essa indagação, privilegiando a dinâmica do mercado de trabalho em sua interseção com o processo de expansão urbana, como fatores determinantes da conjunção que, quase sempre, caracteriza os fenômenos da pobreza e degradação ambiental nos espaços urbanos.

É necessário, agora, especificar como estas questões adquiriam concretude no caso da Região Metropolitana de Curitiba. Inúmeros trabalhos sobre o problema da pobreza no Brasil e, especificamente, nas suas regiões metropolitanas, apontavam uma situação de menor incidência de pobreza na RMC. Estudos sobre mercado de trabalho também indicavam que essa região experimentou nas décadas de 70 e 80 forte incremento ocupacional. Na realidade, esse desempenho regional acompanhava a

dinâmica de expansão ocupacional que decorreu e se seguiu ao período do milagre brasileiro, embora com resultados diferenciados no plano regional.

O interessante no caso da RMC é que esses resultados – crescimento do emprego e baixa incidência de pobreza – estavam associados ao mais intenso crescimento populacional entre as regiões metropolitanas brasileiras, contrariando alguns prognósticos sobre as conseqüências da urbanização acelerada, principalmente quanto à inevitabilidade do agravamento das condições de vida da população concentrada nessas aglomerações. Evidentemente que, na RMC como nas demais regiões, o inventário das carências é enorme, mas não necessariamente desacompanhado do registro de melhorias.

Uma hipótese para explicar esse comportamento da RMC é a de que o processo de metropolização coincidiu com um período de forte expansão econômica e, mais importante para a sua especificidade, ela se inseria na área que recebeu os investimentos decorrentes do processo de espraiamento do núcleo dinâmico da economia brasileira, com a desconcentração de atividades a partir do núcleo paulista. Outro fator a ser considerado é que a partir dos anos 70 e até meados dos anos 80 houve forte intervenção pública, centralizada pelo governo federal, que procurou garantir algumas condições infra-estruturais ao processo de urbanização do país, o que contribuiu para a melhoria de alguns dos indicadores sociais.

Atenção mais detalhada aos estudos acima mencionados indicava que os resultados positivos referentes à RMC estavam concentrados na cidade-pólo, portanto com desigualdades intra-regionais. Além disso, a consideração das desigualdades sociais em outras dimensões, que não apenas a pobreza enquanto insuficiência de renda (linha de pobreza), indicava que a posição privilegiada da RMC não se verificava em outros indicadores sociais.

Havia também indicativos de que, já nos anos 80, parte do desempenho favorável do mercado de trabalho da RMC estava associada ao incremento de ocupações precárias.

Pois bem. Na seqüência, nos anos 90, o Brasil assistiu a profundas mudanças na sua economia, com o esgotamento do antigo modelo de crescimento baseado em substituição de importações e com os efeitos do processo de reestruturação econômica no plano internacional, que foram aqui potencializados pela política de abertura econômica. Assiste-se à intensificação do processo de precarização de seu mercado de trabalho e ao incremento das situações de pobreza. No caso da RMC, assistiu-se também, na primeira metade dos anos 90, ao recrudescimento dos fluxos migratórios.

Definiu-se então, como objeto deste trabalho, a seguinte questão: como essas mudanças, em sua manifestação sobre a configuração dos mercados de trabalho urbanos, refletiram-se, na última década, na RMC? E em que medida a precarização do trabalho rebateu sobre o processo de expansão urbana que então se intensificou?

Essa questão foi formulada por meio da seguinte hipótese:

- a reversão das condições econômicas vigentes nos anos 70 e 80, que propiciou a constituição de um mercado de trabalho dinâmico, seguida de um processo de crise econômica, caracterizado por baixas taxas de crescimento econômico e um processo de reestruturação produtiva, implicou maior precarização da estrutura ocupacional, levando a uma deterioração das condições de vida da população; assim, muito embora a RMC apresente alguns indicadores sociais favoráveis, presume-se que os processos acima vêm alterando as condições de inserção produtiva da população trabalhadora, com implicações inclusive sobre as modalidades de apropriação do espaço urbano e a configuração da problemática sócio-ambiental nesse meio.

A noção de precarização procura qualificar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, enfatizando o fato de o crescimento da ocupação estar ocorrendo em bases não-formais. Em alguns casos, dos países desenvolvidos da Europa, a precarização está associada não apenas a uma mudança da estrutura ocupacional, mas também do sistema de regulação do mercado do trabalho, com a flexibilização das suas regras de funcionamento. No caso brasileiro, há tentativas de desregulamentação,

mas a manifestação da precarização se dá principalmente por mudanças na estrutura ocupacional, como decorrência das crises econômicas e da reestruturação produtiva iniciada nos anos 80.

Assim, neste trabalho, a referência ao termo precarização objetiva destacar essa mudança da estrutura ocupacional, por meio do incremento ou maior participação de modalidades de ocupação informal.

O Capítulo 1 pretende fornecer o referencial teórico para rastrear as articulações prováveis entre as questões que aqui são abordadas: trabalho, expansão urbana e problemática sócio-ambiental. Nele se pretende discutir a noção de reestruturação produtiva e suas conseqüências sobre o mercado de trabalho, destacando-se a categoria "precarização do trabalho" como expressão das mudanças por que esse mercado vem passando. Serão destacadas também as conseqüências da reestruturação sobre o processo de produção do espaço metropolitano, recorrendo-se a noções como fragmentação do espaço e desigualdades sócio-espaciais. Por fim, discute-se a questão da especificidade da problemática ambiental em áreas urbanas, e como esta se relaciona com a questão das desigualdades sócio-espaciais e pobreza.

No Capítulo 2, procura-se discutir o conjunto de trabalhos que tratam de condições de vida em áreas metropolitanas, destacando-se desde elementos de ordem metodológica até evidências empíricas sobre a situação social nas RMs brasileiras. Trata-se aqui de fundamentar as preocupações que mencionei anteriormente como origem de meu projeto de pesquisa, apresentando portanto um quadro comparativo das regiões metropolitanas brasileira, procurando identificar as particularidades que caracterizavam a RMC.

O Capítulo 3 tem por objetivo caracterizar a dinâmica do mercado de trabalho da RMC durante o período recente de sua metropolização. Inicialmente, será realizada uma contextualização dos processos de ajuste econômico e reestruturação produtiva no Brasil, com suas conseqüências sobre a organização do mercado de trabalho. Em seguida, analisa-se um conjunto de indicadores de precarização da

estrutura ocupacional, no sentido de verificar a validade da hipótese deste trabalho, e, com o intuito de captar especificidades regionais, compara-se o desempenho do mercado de trabalho da RMC com o de outras regiões metropolitanas selecionadas.

O último capítulo pretende verificar como, confirmada nossa hipótese a precarização do trabalho rebata sobre a expansão urbana. Para tanto, serão avaliadas um conjunto de informações censitárias no plano intra-regional que permitam identificar os vetores e as condições da expansão urbana nos anos 90 e possíveis relações com a questão ambiental. Além disso, pretende-se relacionar as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho com as manifestações, durante essa década, de fenômenos como migração, pobreza e condições de vida na RMC.

Después de muchos años de intensos debates, ambos bandos (obs: los alarmistas – neomalthusianos – y los revisionistas – neoliberais) concuerdan tácitamente en que el nivel de desarrollo es fundamental para determinar la manera en que la población afecta el medio ambiente. Sin embargo, partiendo de puntos de vista totalmente diferentes, ambas partes assuem una perspectiva neoevolucionária, simplista y no diferenciada del desarrollo. Ni una ni la outra consideram la economía política concreta del desarrollo ni la diversidad de trayectorias desarrollistas (y no desarrollistas) que siguen los distintos países en el actual escenario de fin de siglo.

MARTINE (1995)

Por um lado, existem as interações directas e imediatas do comportamento humano com o ecossistema (tais como as práticas agrícolas). Por outro lado, existem as pressões históricas e estruturais, restrições e oportunidades que induzem grupos e indivíduos a regerem seu comportamento económico e demográfico de modo problemático sob o ponto de vista do ambiente (tais como o subemprego urbano, escassez de capital para os agricultores, etc.). Refiro a primeira como um exemplo de causas directas de degradação do ambiente e a última de causas estruturais.

GOLDBLATT (1996)

1 ARTICULANDO PORTAIS: QUESTÕES SOBRE EMPREGO, EXPANSÃO URBANA E MEIO AMBIENTE

Portais são o quê são: sendas, aberturas. E é dessa perspectiva que se pretende, na seqüência, articular discussões que vêm se desenvolvendo em campos disciplinares próprios, nem sempre imediatamente relacionados. Isso significa que a abordagem se configura numa espécie de mosaico que, a partir de elementos variados, propõe uma aproximação a dada problemática; afasta-se, pois, sem pretender ser alternativa superior, de um tipo de construção teórica que parte da definição de relações privilegiadas de causalidade para a explicação de determinado fenômeno. Mas um portal denota também a idéia de que algumas aberturas se destacam dentre outras: há entradas principais! Essa noção de hierarquia se concretiza, aqui, na eleição da temática das mudanças recentes no mundo do trabalho como foco para a compreensão da configuração do urbano, enquanto ambiente em construção, e para as implicações de tais mudanças sobre a qualidade de vida em tais espaços.

Os espaços urbanos constituem *locus* privilegiado da dinâmica de acumulação capitalista e, conseqüentemente, de reprodução da força de trabalho articulada a essa dinâmica. Neste sentido, um aspecto fundamental a ser aqui considerado é o das mudanças que o processo de acumulação de capitais vem sofrendo no plano internacional, desde os anos 70, e suas implicações sobre a organização do trabalho. Objetiva-se delimitar os principais traços do processo de reestruturação produtiva e suas conseqüências sobre o padrão de regulamentação das relações de trabalho e a estrutura ocupacional. Nesse momento, o foco será a experiência dos países centrais onde esses processos tiveram origem e que, com o aprofundamento da internacionalização da economia, moldou mudanças nos países periféricos. Posteriormente, ao fim deste capítulo e, principalmente, no Capítulo 3, pretende-se destacar as peculiaridades que esses processos apresentaram no Brasil.

Outro tema aqui abordado é o da produção do espaço urbano. Parte-se do reconhecimento de que as mudanças produtivas acima mencionadas acarretam

transformações nas modalidades de estruturação inter e intra-urbana, acarretando a emergência de novas formas de desigualdades sócio-espaciais. Interessa, pois, identificar as características do processo recente de estruturação sócio-espacial, sua articulação com as mudanças econômicas e seu impacto sobre as possibilidades e condições de apropriação do espaço urbano por diversos segmentos sociais.

É a partir da identificação dos condicionantes da desigual apropriação do espaço urbano que se pretende qualificar a configuração da problemática ambiental urbana. Pressupõe-se que os processos de poluição e degradação do ambiente urbano decorrem da natureza da estruturação do espaço urbano, e seus impactos estão intimamente associados à capacidade diferencial, pelos diversos segmentos sociais, de sua apropriação.

Essas questões serão abordadas no curso deste capítulo, dando o escopo para as análises a ser desenvolvidas nos Capítulos 3 e 4, nos quais serão abordados a configuração do mercado de trabalho e seu rebatimento sobre o processo de expansão urbana na Região Metropolitana de Curitiba, da ótica das condições e qualidade de vida nas cidades.

O foco de análise será o processo de precarização do trabalho associado aos processos mencionados acima. Como veremos, uma das conseqüências da reestruturação produtiva é uma crescente precarização do emprego, a qual, dependendo do modo como o processo de acumulação se recompõe, ocasiona o aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Por sua vez, o aumento da pobreza/empobrecimento,³ aliado à ampliação das desigualdades, particularmente de renda, condiciona as possibilidades de estruturação/apropriação do espaço urbano, ocasionando a intensificação de formas

³SALAMA e VALIER (1997) destacam que é necessário distinguir pobreza e empobrecimento, com a primeira referindo-se à situação do segmento populacional que, no limite, consegue se reproduzir em termos de atendimento de suas necessidades básicas, enquanto o empobrecimento refere-se à mudança de condição de segmentos que, abaixo ou acima da linha de pobreza, vivenciam um processo de queda real de seus rendimentos.

antigas – as favelas – e novas de ocupações – pontes, viadutos, praças – por parte da população pobre, bem como a consolidação de espaços de apropriação exclusiva por parte dos segmentos de média e alta rendas – tipo condomínios residenciais. A paisagem urbana é assim remodelada e, na ausência (em alguns casos, não aplicação efetiva) de mecanismos de regulação, bem como pela insuficiência na provisão de infra-estrutura e serviços de interesse público, ampliam-se as desigualdades sócio-ambientais que acompanham a expansão urbana.

1.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A década de 70 não significou apenas o fim dos "30 anos gloriosos", referência ao período de intenso crescimento das economias centrais no pós-guerra.⁴ A crise que então se manifestou significou a ruptura do modelo de desenvolvimento denominado fordista. Segundo BENKO (1999), um modelo de desenvolvimento envolve a conjunção "de uma forma de organização do trabalho (um paradigma industrial), uma estrutura macroeconômica (um regime de acumulação) e um conjunto de normas implícitas e regras institucionais (um modo de regulação).⁵

⁴Optou-se por uma estratégia de exposição, neste capítulo, no sentido de privilegiar inicialmente a discussão mais geral dos três tópicos abordados (precarização do trabalho, desigualdades sócio-espaciais e a questão ambiental urbana), recorrendo-se muitas vezes à experiência dos países desenvolvidos, para então concluir com uma reflexão sobre as adequações necessárias para apreender as mudanças da realidade brasileira.

⁵Referir-se à crise de um modelo de desenvolvimento e não apenas a uma crise econômica tem amplas conseqüências, pois remete a uma multiplicidade de dimensões envolvidas na estruturação de uma formação social. Mais ainda, na concepção relacionada por BENKO (1999), que deriva da escola regulacionista francesa, fica explícita a idéia de que esse modelo envolve uma "escolha", desde que se entenda esta como resultante de um jogo entre as principais forças presentes numa sociedade e época, manifestando-se, principalmente, naquilo que tal escola denomina de modo de regulação. Sabe-se que, em boa medida, o movimento ambientalista internacional se posicionou contrário ao tipo de lógica particular de crescimento econômico que caracterizou o fordismo; há mesmo vertentes que criticam inclusive as bases do Estado de Bem-Estar pela vinculação deste àquela lógica. Mas, a virtude do conceito, e mesmo de sua manifestação particular – o fordismo –, é destacar a idéia de um compromisso que organizava a dinâmica do capital; no caso, estabelecendo limites à exploração da força de trabalho, o que sem dúvida teve profundas conseqüências para o nível de desenvolvimento

O fordismo caracterizava-se, no plano econômico, pelo predomínio de formas de produção industrial standardizadas, voltadas ao atendimento do consumo de massa. É essa articulação entre um modo de organização do trabalho (padronização de processos e produtos) e um modo de administração da demanda agregada (sustentando o consumo de massa) que permite caracterizá-lo como "uma lógica particular de crescimento econômico no nível macroeconômico" (BENKO, 1999, p.236). Essa lógica tinha sua contrapartida no plano político, por meio de um Estado regulacionista e na configuração de arranjos sociais que articulavam a representação empresarial e de trabalhadores na reprodução das condições de acumulação de capital vigentes.

Um conjunto de mudanças contribuiu para a crise desse modelo de desenvolvimento. Dentre essas, pode-se citar a emergência de novas tecnologias de produto e processo, associada ao avanço da informática e das comunicações, que ancoraram o processo de racionalização econômica, mudando a estrutura das empresas e o seu modo de gestão da força de trabalho. Para tanto, porém, foi necessário dismantelar as regulamentações que fundamentavam as relações de trabalho vigentes, nos países centrais, no período fordista.⁶

Importa aqui ressaltar como essa crise manifestou-se no âmbito do mundo do trabalho nos países desenvolvidos. A desarticulação do antigo modelo de desenvolvimento provocou profundas mudanças na estrutura de emprego e no perfil do desemprego, com o mercado de trabalho se caracterizando por crescente heterogeneidade. Antes de apontarmos quais as mudanças na estrutura ocupacional, é importante verificar aquelas que ocorreram na estrutura normativa das relações de trabalho.

atingido pelos países centrais. Creio que qualquer encaminhamento mais profundo da questão ambiental só será efetivo se inserido no âmbito de um projeto que vise estabelecer novas condições de organização do processo de acumulação, contemplando questões como a da preservação da biosfera e do bem-estar, ou de sua superação. Em outras palavras, organização ou superar o mercado.

⁶Embora o quadro normativo não fosse homogêneo entre os diversos países desenvolvidos, com situações como a americana, em que a regulamentação era bastante reduzida, o fato é que diante das crises econômicas recorrentes no período 70/90 houve um enfraquecimento do poder sindical em todos os países no sentido de fazer frente às novas formas de organização dos mercados de trabalhos nacionais.

Segundo DEDECCA (1999), diante do novo contexto de instabilidade econômica e de estabelecimento de um novo padrão, nacional e internacional, de concorrência intercapitalista, a partir dos anos 70, as empresas buscaram readequar o uso do capital e do trabalho visando maior produtividade e competitividade, o que significou maior racionalização do processo produtivo. Um dos elementos fundamentais dessa estratégia empresarial era obter maior autonomia no estabelecimento das condições de uso e remuneração da força de trabalho, o que implicou o questionamento do padrão de regulamentação das relações de trabalho⁷ configurado no pós-guerra.

Esse questionamento deu-se por meio de estratégias que procuravam transferir, para o âmbito das empresas, decisões sobre: a conformação da estrutura ocupacional (definição de níveis ocupacionais e de diferenciais de salário); a política de contratação e dispensa de trabalhadores; a regulamentação de jornadas de trabalho; e a definição de políticas salariais. Tais mudanças resultaram em maior flexibilidade na gestão da força de trabalho, propiciando a emergência de políticas salariais vinculadas a desempenhos individuais e da empresa, à proliferação de modalidades de contratação por tempo parcial e/ou determinado; modulação das jornadas de trabalho em função das variações do nível de atividade.

As conseqüências dessas mudanças manifestaram-se na tendência à maior precarização do trabalho e ampliação das desigualdades salariais. Segundo DEDECCA (1999), essa precarização é expressão da nova estrutura de emprego e desemprego marcada por maior heterogeneidade. No que se refere ao emprego, esta se manifesta na

⁷A regulamentação das relações de trabalho envolve o estabelecimento de um conjunto de leis e normas que visam estabelecer padrões quanto a, dentre outros, jornada de trabalho, remuneração, direitos de representação dos trabalhadores e tipos de contrato de trabalho. Tal estrutura normativa é um dos principais elementos do modo de regulação incluso num dado modelo de desenvolvimento. Principalmente no caso dos países desenvolvidos da Europa, no pós-guerra, essa estrutura normativa configurava-se em um sistema nacional de relações de trabalho, no qual processos de negociação coletiva envolvendo representações centralizadas de trabalhadores e empregadores tiveram importante papel na definição das condições de uso e remuneração do trabalho.

perda de importância da relação de emprego "padrão" (contratos por tempo indeterminado e com maior proteção social), cuja contrapartida foi o incremento nas modalidades de contratação por tempo parcial e/ou por tempo determinado. Outro elemento que molda a nova estrutura ocupacional refere-se à crescente terceirização de atividades, com a transferência de atividades não estratégicas para outras empresas, muitas de pequeno e médio portes, transferindo a estas o ônus de eventuais ajustes à queda da atividade econômica. Além disso, o impacto dessas mudanças atingiu de modo desigual os vários segmentos da população inserida no mercado de trabalho. Os trabalhadores sem qualificação foram os principais atingidos pelas medidas de racionalização, bem como os jovens. Outra consequência foi a ampliação, desde os anos 80, das desigualdades salariais, revertendo a melhoria de distribuição que acompanhou o crescimento econômico no pós-guerra.⁸

Em relação à desocupação, duas tendências vêm se manifestando. Uma delas refere-se ao incremento da inatividade, o que significa que parcela dos trabalhadores desempregados não retorna mais ao mercado de trabalho. Por outro lado, as situações de desemprego tornam-se mais diversificadas, adquirindo maior peso as situações de desalento (o trabalhador mesmo necessitando trabalhar, deixa de procurar trabalho diante de reiterado insucesso em tentativas anteriores), e aquelas em que, mesmo ocupado, o trabalhador continua procurando uma ocupação com maior estabilidade/remuneração. Assim, o desemprego como uma situação temporária, manifesta pelo indicador de desemprego aberto, que capta apenas a procura recente de trabalho por pessoas sem qualquer ocupação, deixa de ser a norma nos países desenvolvidos.

⁸As consequências que resalto referem-se às tendências gerais, mas há diferenças importantes entre os diversos países desenvolvidos, sendo os impactos mais acentuados naqueles países de tradição liberal (EUA e Reino Unido) e menos nos de tradição de maior regulação dos mercados (França, Alemanha). Um balanço do impacto dessas mudanças na França, Alemanha, Itália, Suécia, Reino Unido, Japão e Estados Unidos consta de DEDDECA (1999, cap. IV); para alguns países latino-americanos ver: DUPAS (1999); SALAMA (1999); CARLEIAL & VALLE (1997).

1.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS

No início dos anos 90, BENKO e LIPIETZ (1994) organizaram o que denominaram de novo debate regional, no qual se confrontavam paradigmas alternativos da geografia econômica.⁹ A disputa era entre explicações alternativas para algumas mudanças espaciais que emergiram e/ou se consolidaram nos anos 70/80. Essas mudanças refletiam a inflexão no padrão de distribuição espacial das atividades industriais, que no pós-guerra caracterizava-se pela descentralização dessas atividades – industrialização dos campos/periferias. Segundo os autores mencionados, essa modalidade de divisão do trabalho era possível devido à típica organização fordista do trabalho, que se assentava na divisão das atividades produtivas em conformidade com as funções de concepção, fabrico qualificado e execução, sendo que as atividades direcionadas para os espaços periféricos eram aquelas mais especificamente relacionadas às funções de execução. Pode-se agregar a esse argumento o fato de a industrialização fordista ter se estabelecido no bojo da Segunda Revolução Industrial, com importantes ramos assentados na base de recursos naturais. Esse fato é destacado por CANO (1997) para explicar a desconcentração no Brasil, como veremos no Capítulo 3.

A crise anteriormente referida do fordismo adquire, pois, expressão espacial, com uma nova redistribuição das atividades produtivas, que confluíram novamente para as grandes cidades.¹⁰ Para BENKO e LIPIETZ (1994), a nova configuração

⁹Nosso interesse imediato não é propriamente sobre os paradigmas explicativos, mas o contexto de transição que os mesmos tentavam compreender. De qualquer modo, o debate concentrava-se em torno de duas hipóteses alternativas que tentavam explicar a emergência das novas regiões industriais (as regiões ganhadoras) consoantes à nova forma flexível de organização do trabalho: a hipótese que acentuava as características endógenas dos lugares como fator de crescimento (cujo modelo eram os distritos industriais) e a outra que destacava elementos estruturais ligados à mundialização do capital.

¹⁰Assim, do menor distrito italiano às megalópoles mundiais, o novo paradigma tecnológico da especialização flexível impulsionaria não só a volta das fábricas e dos escritórios rumo às zonas urbanas mas também a retomada do crescimento quantitativo das metrópoles: forma espacial enfim encontrada da saída da crise do fordismo. A futura hierarquia das cidades e regiões urbanas

espacial foi favorecida por duas mudanças nos processos de produção, referentes uma às relações profissionais vigentes no interior das empresas e outra às relações entre empresas. No primeiro caso, rompe-se com os padrões rígidos de divisão do trabalho e sua hierarquia, com separação estrita de processos de concepção e execução. A nova modalidade de organização do processo produtivo favorecia um tipo de trabalhador com maior qualificação, capaz de operar num ambiente multitarefas e de produtos mutáveis. Por sua vez, o recurso à terceirização de etapas da produção favorecia a formação de redes de empresas, que poderia envolver desde parcerias entre empresas especializadas até a mera transferência de atividades rotineiras para subcontratadas. Tanto a concentração de mão-de-obra especializada como a formação de redes de empresas reforçavam uma nova concentração em grandes centros urbanos.

Preocupava particularmente aos autores citados o fato de essa nova concentração reforçar a centralidade das megalópoles dos países desenvolvidos.¹¹ Preocupavam também as implicações dessa nova centralidade para a questão das condições de vida nesses espaços urbanos, aos quais os autores contrapõem outras aglomerações, sugerindo mesmo, nesse caso, a possibilidade de se estabelecer áreas "ganhadoras" compatíveis com espaços não degradados social e ambientalmente.

Tratar-se-á verdadeiramente [no caso das megalópoles] de regiões ganhadoras? Mas, nesse caso, em países perdedores!¹² Em países que recuam na cena internacional. Em países com déficit comercial, em países que se endividam.

mundiais resultaria da estratégia interna desses distritos (ou aglomerados de distritos): que vençam os melhores!" (BENKO, 1999, p.195; ver também páginas 127 e 193). Há preocupação com a possibilidade de nova concentração espacial, mas creio que a idéia principal, do autor, é a de que mesmo que haja espraiamento das atividades produtivas – indústria e serviços – este só se viabiliza em determinadas configurações territoriais, fundadas em processos de densificação: de população, de conhecimento, de capital. Transpondo para o caso brasileiro, penso na idéia do "polígono de desconcentração", de que fala Campolina; como este ressalva, embora vasto, apenas alguns pontos no seu interior se beneficiam do processo de desconcentração.

¹¹Referência a: Grande Londres, Grande Paris, Tóquio, Nova Iorque/New Jersey e Los Angeles/San Diego.

¹²A referência a países perdedores é com certeza datada, principalmente quando se considera o desempenho da economia americana nos anos 90; mas isso não invalida as preocupações com as condições dessas aglomerações.

Megalópoles devastadas pela crise ecológica e social, onde proliferam as novas classes perigosas e os novos flagelos sociais: isolamento, medo, droga, racismo, delinqüência (...) Nas verdadeiras regiões ganhadoras, temos metrópoles que são provavelmente distritos (terciários e/ou industriais), mas que não ultrapassam os dois ou três milhões de habitantes. Zurique e Frankfurt são metrópoles, mas não megalópoles (...)

Com efeito, é da nossa vida quotidiana – do emprego, do interesse do trabalho, do ambiente, da qualidade de vida, da convivialidade urbana (...) – que se trata, em definitivo. (BENKO; LIPIETZ, 1994, p.5 e 14).

Para esses autores, trata-se de remeter a discussão da nova centralidade das grandes cidades para o âmbito da discussão sobre modelos de desenvolvimento, sobre os conflitos e contradições subjacentes a essa espacialidade, à necessidade de se considerar os modos de regulação (ou desregulação) que conformam e mudam no desenrolar do processo de acumulação, para além das *economias de aglomeração* que fundam a centralidade das grandes cidades. Mas se, do ponto de vista teórico, isso significa considerar "as estruturas pesadas, constrangedoras, do capitalismo mundial", significa também ampliar a abordagem para considerar elementos que se manifestam localmente, em arranjos sinérgicos envolvendo empresários e administração pública.¹³

¹³BENKO e LIPIETZ (1994, p.10-11) mencionam que no desenvolvimento das Ciências Sociais está sempre presente o embate entre perspectivas holistas/estruturais e individualistas/comportamentais; quando eles falam em uma abordagem ampliada da questão regional, estão propondo recuperar alguns elementos desta última para complementar a perspectiva por eles privilegiada – a estrutural. Por exemplo, a industrialização de alguns países periféricos não pode ser entendida apenas como a consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho; não é possível desconsiderar "a irredutível especificidade da sociedade local, nem do papel do Estado local, da natureza das relações e dos compromissos sociais locais, do seu modo de regulação garantido pelo Estado local, etc". Isso é fundamental, como pretendo abordar mais adiante, para entender o contexto da economia nacional de forte expansão industrial e da desconcentração espacial das atividades industriais que condicionam o processo de metropolização pós-1970, em particular quanto à estruturação da RMC. No caso da RMC, uma referência fundamental é a experiência de planejamento urbano que caracterizou a cidade-pólo, cujo desempenho (incluindo aí os sucessos, mesmo que parciais e a produção de representações mitificadoras) só é compreensível a partir de certas particularidades da organização do poder local. OLIVEIRA (1995).

Esse debate, que se preocupou principalmente em precisar os fatores que condicionavam a nova distribuição espacial das atividades econômicas no interior dos países e internacionalmente, foi acompanhado pela preocupação com as repercussões da reestruturação econômica e da crise econômica, nos países centrais, sobre a estruturação do espaço urbano, em termos sociais e espaciais.

Adquire relevo a hipótese de uma crescente dualização intra-urbana, manifesta pela polarização da estrutura social e da ampliação das desigualdades sócio-espaciais com a emergência de novas formas de segregação espacial.

Contribuição importante nesse debate foi dada por SASSEN, que, em sua obra *The Global City*, formulou a tese da constituição de uma nova economia urbana, decorrente do processo de globalização financeira e da reestruturação das atividades produtivas, que redefiniam a centralidade do que ela denominou de cidades globais. Segundo essa autora:

Na atual fase da economia mundial, é precisamente a combinação de dispersão global das atividades econômicas e da integração global, mediante uma concentração contínua do controle econômico e da propriedade, que tem contribuído para o papel estratégico desempenhado por certas grandes cidades, que denomino cidades globais. Algumas têm sido centros do comércio mundial e da atividade bancária durante séculos, mas, além dessas funções de longa duração, as cidades globais da atualidade são: 1) pontos de comando na organização da economia mundial; 2) lugares e mercados fundamentais para as indústrias de destaque do atual período, isto é, as finanças e os serviços especializados destinados às empresas; lugares de produção fundamentais para essas indústrias, incluindo a produção de inovações. Várias cidades também preenchem funções equivalentes em escalas geográficas menores, no que se refere a regiões transnacionais e subnacionais. (SASSEN, 1998, p.16).

A afirmação da centralidade das cidades globais levou à formulação da hipótese de aumento das desigualdades tanto entre cidades, à medida que um número reduzido de cidades poderia acender ao *status* de cidade global, como também no interior dessas aglomerações urbanas, pois as mudanças econômicas são acompanhadas por mudanças nos mercados de trabalho locais, favorecendo ocupações de nível superior ligadas às atividades do setor terciário avançado e aquelas ocupações com menores requisitos de qualificação, que refletem o processo de precarização do

trabalho antes mencionado. Como contrapartida, as camadas médias que cresceram com o fordismo são fortemente afetadas pela nova organização do trabalho.

A estrutura social das cidades tenderia, pois, à crescente dualização, manifesta quer pela emergência de novas formas de consumo urbano, quer pelas novas espacialidades intra-urbanas.

A tese da dualização social e espacial ensejou um debate sobre a reconfiguração do espaço intra-urbano, em que novos elementos foram introduzidos para explicar as mudanças observadas. Para alguns autores, a dualização deveria ser relativizada, pois a diversidade sócio-espacial das cidades não permitia validar a hipótese do modelo dual; de um lado, porque era possível verificar a emergência de um nova classe média, de outro, porque o crescimento das áreas de apropriação exclusiva (por pobres ou por ricos) não era suficiente para descaracterizar a presença de importantes áreas urbanas não polarizadas (quadro 1.1).

Outros autores buscavam outros elementos explicativos que não aqueles decorrentes das mudanças no mercado de trabalho. Alguns enfatizavam que as profundas mudanças em algumas áreas das cidades decorriam de uma estratégia de valorização do capital, que, com a crise econômica, tinha sido desviado das atividades produtivas para aplicações de caráter especulativo, em que os empreendimentos imobiliários tiveram importante papel. Outros ainda viam neste *boom* imobiliário uma estratégia de posicionamento das cidades no contexto da competição por novos investimentos.

Independente da perspectiva adotada, reconhece-se que profundas alterações marcaram a configuração do espaço urbano no período recente. E ainda, as várias perspectivas esboçam alguma forma de ligação entre essas mudanças e o processo de reestruturação produtiva que caracteriza a nova fase do processo de acumulação de capital no plano internacional. Como ressalta LAGO (2000, p.30):

Mesmo que a noção de dualidade seja reducionista e esconda o grau de complexidade da estrutura social nos países centrais, não há dúvida sobre a crescente precarização das relações de trabalho e das condições de reprodução de parte significativa da classe trabalhadora.

QUADRO 1.1 - SÍNTESE DE ABORDAGENS SOBRE AS NOVAS DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS

TESE	PRESSUPOSTO	VARIANTES	IMPACTO ESPACIAL	CRÍTICAS
Dualização social	Mudanças no mercado de trabalho / polarização da estrutura social	Foco sobre o conjunto da estrutura social	Modalidades exclusivas de apropriação do espaço: áreas de riqueza e de pobreza	<ol style="list-style-type: none"> 1) Reconhece a constituição de espaços duais, mas afirma ser necessário contemplar a diversidade de espacialidades; 2) Relativiza a hipótese da dualização, afirmando que a reestruturação produtiva favoreceu a emergência de segmentos médios; 3) Relativiza a dualização ocupacional, e afirma que ela decorre de fatores políticos e culturais (capacidade de organização dos grupos sociais / fragmentação relacionada a gênero, etnia e ocupação).
		Foco sobre a nova pobreza urbana (a diferenciação principal seria entre incluídos e excluídos do mercado de trabalho e não pela forma diferenciada de inserção ocupacional)	A segregação espacial não é apenas consequência da pobreza; ela é um dos elementos estruturante dessa condição	
Papel do capital imobiliário	A crise econômica foi acompanhada de crescente concentração de capitais nos circuitos financeiros e imobiliários	Foco sobre as atividades especulativas associadas ao <i>boom</i> imobiliário	Renovação das áreas centrais, via edificações para escritórios ou residências de luxo; para alguns autores, parcela dos trabalhadores manuais permanecem nos núcleos urbanos, atendendo à demanda por serviços pessoais e domésticos da classe alta	
Competição entre cidades por investimentos externos	Renovação urbana faz parte das estratégias de atração de investimentos	Não desconsidera a face especulativa, mas associa a renovação urbana a necessidades da reestruturação produtiva		

FONTE: Compilado a partir de LAGO (2000)

1.3 DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS E PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Neste item, pretende-se abordar dois conjuntos de questões: um relacionado à especificidade da problemática ambiental no urbano e outro, à articulação dessa problemática com as questões anteriormente tratadas, reestruturação econômica e desigualdades sócio-espaciais.

A teoria social já destacou a importância da constituição das cidades como espaços de assentamento humano, suas implicações sociais, culturais e econômicas.

Num período recente, há um esforço no sentido de repensar a importância do espaço para os processos sociais, superando a visão daquele como mero suporte físico destes, propondo-se que os elementos espaciais são variáveis que conformam também a dinâmica social.

Há o risco, nessa virada teórica, de se fetichizar o espaço como sujeito de processos sociais, quando se trata na realidade de processos de valorização do espaço em esferas distintas da vida social, decorrentes das relações e práticas sociais vigentes em dada formação social (DINIZ FILHO, 1999).

Feita a ressalva de que as configurações espaciais possuem uma história, o resgate da dimensão espacial pode enriquecer os esquemas interpretativos. Nesse sentido, um esforço particular consiste na proposta de Goldblatt de relacionar a constituição da cidade moderna e os problemas de degradação ambiental.

Para esse autor, o fenômeno urbano é fundamental para se entender a história de degradação ambiental no mundo moderno. Embora praticamente a totalidade do *ecúmeno* configure-se, como resultado da intensificação das intervenções humanas, em ambiente construído, as áreas urbanas distinguiriam-se por: "uma densidade muito elevada de pessoas envolvidas no consumo e em processos produtivos coletivos; a proximidade das pessoas e dos processos econômicos entre si; e a presença vastamente reduzida de aspectos do ambiente natural" (GOLDBLATT, 1996, p.94). Ou seja, o urbano não é meramente uma prótese, mas uma configuração espacial com características econômicas, demográficas e ecológicas específicas.

A devida compreensão do argumento do autor requer a menção a dois outros elementos analíticos: a) a diferenciação entre causas diretas e estruturais da degradação ambiental; b) a conjunção do capitalismo e industrialismo como ordens institucionais da modernidade que atuam, juntamente com o urbanismo, nos processos de degradação do ambiente. A distinção entre essas ordens institucionais auxilia na compreensão do que há de específico ou não na experiência histórica das diversas formações sociais que caracterizam a modernidade, particularmente em como essas se relacionaram com a problemática ambiental.

A distinção entre causas diretas e estruturais não tem finalidade meramente analítica, mas remete mesmo à formulação de políticas adequadas para um problema. Causas diretas remetem aos impactos que decorrem das qualidades intrínsecas de uma prática social, de uma configuração espacial ou mesmo de transformações próprias aos ciclos naturais. Causas estruturais remetem aos constrangimentos decorrentes das modalidades de organização social nas quais esses fenômenos se situam.

Nesse sentido, embora o urbano em si não determine as modalidades de organização social, a qual se assenta fundamentalmente em elementos de ordem econômica e política, ele se constitui em causa direta de degradação. GOLDBLATT (1996) mostra, com base na história das cidades ocidentais no século XIX, que a aceleração do crescimento urbano, nesse período, teve por consequência uma série de problemas ambientais relacionados ao provisãoamento de energia, habitação, alimentos, dentre outros: poluição atmosférica associada ao uso de carvão como fonte energética; acúmulo de lixo e dejetos humanos e de animais – mesmo após o advento do trem, o transporte urbano continuou dependendo, por algum tempo, da força animal, ocasionando elevada concentração de animais nas cidades.

Mas, ressalta o autor, esses problemas já se manifestavam, noutra escala, no âmbito das cidades pré-industriais. Com isso ele pretende destacar que, independente das características da organização social e dos meios que esta utiliza para explorar os recursos naturais, a forma espacial em si provoca certas consequências ecológicas.

O que deu especificidade à urbanização dos últimos três séculos é a convergência desse processo com o capitalismo e o industrialismo. Essas duas ordens institucionais são consideradas como independentes e irredutíveis entre si. Historicamente, o capitalismo surgiu antes que o processo produtivo pudesse se organizar com base no industrialismo, ou seja, num sistema produtivo baseado na intensa mobilização de fontes de energia inanimada, na mecanização das atividades e na particularização dos espaços de trabalho. Do mesmo modo, têm-se exemplos de sociedades – no socialismo de Estado – que recorreram a esse sistema produtivo independente da existência de mecanismos de mercado regulando a produção.

Mas foi a conjunção dessas três ordens em determinado quadrante do planeta, no Ocidente, que possibilitou um nível de intervenção sobre a natureza sem precedentes. Até que emergisse a Primeira Revolução Industrial, o potencial de degradação associado à urbanização e ao capitalismo viu-se estrangido. Na segunda metade do século XVII, e como uma das condições para o estabelecimento do industrialismo, "Ao mudar para o carvão os londrinos começaram a superar os estrangimentos estruturais que poderiam ter mantido a sua cidade, sob o ponto de vista demográfico e ecológico, sob controlo. Isto desencadeou um presságio de um tipo de problema ecológico, especificamente urbano, globalmente mais temível". (GOLDBLATT, 1996, p.95).

Naquele momento da história, o industrialismo atuou como uma causa estrutural, pois rompeu com certos estrangimentos que impediam que a dinâmica do capital adquirisse maior autonomia e se transformasse na principal causa da degradação ambiental. Porém, dessa proposição não decorre, e aí reside o interesse em diferenciar as ordens institucionais, que o urbanismo e o industrialismo não tenham papel na degradação ambiental. O que o autor pretende destacar é que esses dois elementos perdem sua função estrutural. Mesmo nas experiências de socialismo de Estado, são estrangimentos de ordem política e militar que explicam a adoção do industrialismo.

A dimensão do poder é outro elemento a ser considerado, sob dois aspectos: a) o da regulação da dinâmica do capital; e b) o de que os problemas de degradação são problemas coletivos. Mesmo que alguns desses problemas possam ser contornados por meio de mecanismos de mercado, isto supõe a institucionalização do mercado: "A investigação das causas estruturais de degradação do ambiente levou-nos à importância da intervenção política e, mais vezes do que seria de esperar, à sua ausência". (GOLDBLATT, 1996, p.99).

O esquema acima possui um caráter geral e deve ser submetido às especificações de cada formação social. Mas, se inserido no âmbito das discussões ambientais, tem o mérito de esclarecer algumas questões básicas: ele evidencia, por exemplo, que atribuir a degradação apenas a uma forma de produção – o industrialismo,

como se dá em algumas vertentes do ambientalismo, significa subestimar outras determinações do problema, de caráter estrutural como o autor propõe.

Também, ao mesmo tempo em que recupera a importância da dimensão espacial para a configuração da problemática ambiental urbana, esse esquema implica o estabelecimento de outras relações de causalidade. Se a forma urbana traz consigo o potencial de desencadear certos tipos de problemas ambientais, a distribuição dos mesmos no espaço é bastante diferenciada. Essa distribuição desigual está associada à produção social do espaço, e manifesta-se pela fragmentação do espaço urbano.

É nesse sentido que as questões articuladas nos itens anteriores – a natureza do processo de reestruturação produtiva e seu rebatimento na estruturação do espaço urbano – colocam-se como fundamentais para se entender não apenas a contínua produção de problemas ambientais urbanos, mas também aquilo que TORRES (1996) designou de desigualdade ambiental: o fato de a exposição aos riscos ambientais acometer desigualmente os diversos grupos sociais.

Esse autor mostrou como se estabeleceu, na cidade de São Paulo, durante os anos 80, uma dinâmica demográfica particular associada à crescente pauperização de determinados segmentos sociais, em decorrência dos efeitos das crises econômicas, da aceleração da inflação e do início do processo de reestruturação produtiva. O crescimento da cidade de São Paulo, naquela década, tinha sido extremamente baixo, próximo a 1% a.a.; porém, houve um intenso processo de mobilidade no interior da cidade, com deslocamentos populacionais para a sua periferia interna, particularmente para áreas sujeitas a riscos ambientais. Por meio do uso de técnicas de geoprocessamento, TORRES (1996) dimensionou a evolução demográfica das áreas sujeitas à inundação e constatou que o crescimento demográfico nelas era extremamente elevado, acentuando uma problemática ambiental que já existia naquela cidade.

Ainda em relação à cidade de São Paulo, TASCHNER (2000) destaca outra faceta daquela dinâmica demográfica mencionada acima: as novas formas de assentamento humano. Possivelmente expressando o mesmo fenômeno de mobilidade destacado por Torres, inclusive os destinos dos fluxos populacionais, a autora destaca

que houve um incremento mais acentuado da população morando em favelas do que o crescimento da população total. Em pesquisa realizada junto a moradores de favelas, em 1993, ela constatou que a metade desses moradores residiam há no máximo seis anos nessas áreas. Esses fluxos não estavam, predominantemente, associados à migração, mas sim a um processo que ela caracterizou como de "filtração descendente": 41% dos chefes de famílias procediam de casas alugadas fora de favela.

Mas há outro elemento importante destacado por TASCHNER (2000): a proliferação de novas formas de ocupação urbana. A crise dos anos 80, juntamente com o colapso do sistema habitacional, custo do transporte, colocou sérios limites a uma modalidade, vigente em décadas anteriores, de acesso à terra urbana e à moradia pela população de baixa renda, qual seja, a auto-construção em lote próprio nas periferias. Observou-se então aumento e diferenciação nas formas de invasão. Verificou-se nas favelas um processo crescente de mercantilização de terras e casas, bem como a sua densificação (o fenômeno destacado por TORRES, 1996). Além disso, "surgem novos tipos de invasão: a) debaixo de pontes e viadutos; b) em jardins e praças públicas; c) em calçadas de vias expressas. Além da verticalização de unidades em favelas mais estruturadas e da população nômade, dos sem-teto que se ajeitam como podem pelas ruas municipais". (TASCHNER, 2000, p.280).

Uma característica dessas invasões é o assentamento em áreas menos valorizadas, os pedaços preteridos pelo mercado imobiliário, normalmente sujeitos a maiores riscos ambientais. Embora nem sempre isso signifique deslocamentos massivos de população – aspecto ressaltado tanto por TORRES (1996) como por TASCHNER (2000) –, os mesmos têm importante consequência na degradação de áreas ambientalmente frágeis, bem como, da ótica da população, revelam os efeitos perversos dos processos sócio-econômicos de modernização.

Processos similares ocorreram também em áreas fora dos espaços metropolitanos. COSTA (2000) avaliou as consequências sócio-ambientais da implantação de uma indústria baseada em padrões "flexíveis" de organização do trabalho, no Vale do Aço, em Minas Gerais. Trata-se de uma indústria de celulose, instalada em fins dos anos 70. A autora

constata que essa nova indústria reforça processos associados à dinâmica das indústrias já instaladas na região – igualmente dependentes da base de recursos naturais: processos de concentração fundiária, de desarticulação das formas tradicionais de agricultura e correspondentes fluxos migratórios. Porém, como decorrência das características do processo produtivo, o requerimento de mão-de-obra contratada é pequeno, comparativamente ao das demais indústrias - siderúrgicas. Enquanto estas tiveram de desenvolver estratégias de atração de mão-de-obra, e, como parte delas construíram bairros ou cidades operárias, o recrutamento pela nova empresa se dá predominantemente via subcontratação. Ocorre, assim, a formação e/ou a expansão de núcleos de urbanização espontânea, dando origem a uma espacialidade diferente, "manifesta pelo não envolvimento direto [da indústria] com a produção do espaço ou pela aparente omissão quanto às questões ligadas à reprodução da força de trabalho, do ponto de vista das necessidades urbanas de seus empregados".¹⁴ (COSTA, 2000, p.202). Por ser uma empresa voltada para o mercado externo, ela investia na adequação ambiental de seu processo produtivo, configurando uma atuação ambiental restrita às externalidades intra-indústria.

Todos esses casos estão relacionados a um período de inflexão do processo de acumulação capitalista no Brasil. A experiência do Vale do Aço contrapõe as conseqüências ambientais associadas a momentos distintos do processo de industrialização no Brasil. As referências à capital paulista, por sua vez, remetem ao principal palco do processo de precarização do trabalho no Brasil, fenômeno iniciado nos anos 80 e impulsionado na última década. Essas questões, que constituem o objeto desta tese, serão aprofundadas nos Capítulos 3 e 4.

Como se mencionou anteriormente, esses processos não são exclusivos de países periféricos. Aliás, a sua "novidade" estava associada ao recrudescimento de desigualdades sócio-espaciais nos países desenvolvidos. Nesse mesmo período, anos 80 e 90, esses países voltaram a crescer e, segundo GOLDBLATT (1996, p.66), há

¹⁴Como ressalta a autora, em parte a estratégia da nova indústria foi viabilizada pela existência de uma estrutura urbana regional, associada ao momento anterior de industrialização; por outro lado, a urbanização que ocorreu na primeira fase da industrialização também mostrava seus limites, ficando restrita àquele segmento de trabalhadores diretamente relacionado às indústrias.

sinais de que "o crescimento do PIB pode estar associado a níveis estacionários ou decréscimos na utilização de energia e recurso". O que esses dois aspectos sugerem é a persistência de uma lógica de acumulação que, apesar de sustentada em tecnologias limpas, impulsiona constantemente o crescimento e gera desigualdades. Como se viu no item 1.2, a reestruturação urbana, nesses países, e as desigualdades que a acompanharam estavam relacionadas à necessidade de valorização do capital, o qual encontrou nos circuitos financeiro e imobiliário seu *locus* de acumulação.

Assim, quando Madsen PIRIE (2000, p.35), presidente do Instituto Adam Smith, ressalta a virtude da riqueza e diz ser necessário reafirmar o crescimento como valor para a humanidade, depois de três décadas de ataques a ele, e, a favor de seu argumento, exemplifica que "as cidades dos países ricos continuarão a ser, de modo geral, menos poluídas em 2001 que em 1901", ele aponta para avanços reais, porém que decorrem de intervenções sobre aquele tipo de causalidade que GOLDBLATT (1996) designa como direta, espaço por excelência da técnica.

Essas colocações abrem espaço para a discussão do que se entende por desenvolvimento sustentável, pois a dualidade causas diretas/causas estruturais remete a concepções diferentes de mudanças.

O primeiro ponto a ser ressaltado em relação à noção de desenvolvimento sustentável é o de seu estatuto. ACSELRAD (1999) destaca que, ao mesmo tempo em que esse conceito teve ampla difusão, não há consenso quanto ao seu significado, suscitando diversas interpretações. Esse autor sugere que a imprecisão não decorre da insuficiência analítica do conceito, posto que o mesmo, em nenhum momento, colocou-se como instrumento teórico-metodológico de apreensão do real. Seu estatuto situa-se no âmbito da lógica das práticas sociais, enquanto elemento discursivo que sustenta representações e projetos sociais: "articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva". (ACSELRAD, 1999, p.80).

Disso decorre a necessidade de identificação das matrizes que sustentam as diversas formulações desse conceito. Antes de apontar os principais eixos que articulam sustentabilidade e cidade, faz-se necessário posicionar o debate num plano

mais geral. FOLADORI e TOMMASINO (2000) identificaram três núcleos que articulam as diversas formulações acerca do desenvolvimento sustentável. Os autores propõem que se concebam esses núcleos como posições num contínuo, sendo que os lugares são definidos a partir de duas ordens de questões: os problemas a que a noção de sustentabilidade se refere e a natureza das soluções propostas.

Assim, o primeiro grupo é composto por formulações que enfatizam como problemas ambientais apenas aqueles relacionados à degradação e à contaminação do meio abiótico e dos seres vivos (exclusive o homem). A sustentabilidade decorreria do uso racional (em termos de parâmetros ambientais) dos recursos e da mitigação dos impactos das intervenções sobre a natureza. Essa postura é denominada de "sustentabilidade ecológica".¹⁵

Os demais grupos relacionam, juntamente com problemas ecológicos, os problemas sociais. Mas diferenciam-se em como definem a questão social e articulam com a questão ecológica. Assim, o segundo grupo opera com uma noção de sustentabilidade social restrita, uma vez que incorpora a questão social (a pobreza e as suas formas de manifestação), enquanto fator que concorre para a insustentabilidade ecológica: "*Aquí el problema de la insustentabilidad no es que sean pobres (aunque esto obviamente no se dice), sino que sua atividade, a través de la quema, aumenta el calentamiento global y conduce a la degradación de los suelos cuando el descanso es menor al exigido por el ecosistema*". (FOLADORI; TOMMASINO, 2000, p.4).

Esses dois núcleos enfatizam aquilo que GOLDBLATT (1996) designa como o âmbito das interações diretas e imediatas dos homens com seu ambiente, das causas diretas de degradação, e que FOLADORI e TOMMASINO (2000) denominam como o âmbito das relações técnicas.

O terceiro grupo propõe redefinir os termos da problemática ambiental, a partir mesmo do conceito de meio ambiente. Nas concepções anteriores, os seres humanos são contrapostos às demais espécies e ao meio abiótico, e enfatizam-se apenas as interações diretas/técnicas entre os mesmos – expressas normalmente por

¹⁵Para cada postura, os autores arrolam vários exemplos extraídos da literatura sobre desenvolvimento sustentável.

meio da noção de ação antrópica. Não são aí destacadas as relações sociais que estruturam as práticas sociais. Já na concepção que denominam de "co-evolução sociedade-natureza", os problemas sociais constituem também problemas ambientais: aqui, por exemplo, a pobreza e suas manifestações constituem um problema ambiental em si, independente do tipo de pressão que possam estar exercendo sobre as demais espécies e o meio físico.

Talvez não por acaso seja no espaço urbano que esse tipo de distinção adquira maior relevância. A produção do espaço é uma produção de ambiente e as desigualdades sócio-espaciais que dela derivam têm relevância para as condições de vida humana, ou pelos impactos ecológicos que possam causar.

ACSELRAD (1999) também identifica três principais matrizes que articulam a noção de sustentabilidade ao espaço urbano. Percebe-se que essas representações atualizam, para as discussões urbanas, a dicotomização entre sustentabilidade ecológica e social (quadro 1.2).

QUADRO 1.2- SÍNTESE DAS REPRESENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE URBANA

REPRESENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE URBANA	PROBLEMA	PROPOSTAS
Técnico-material	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cidade como <i>locus</i> da produção crescente de entropia (insustentabilidade urbana como expressão da irreversibilidade termodinâmica) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ reprodução adaptativa das estruturas urbanas com base em modelos de racionalidade ecoenergética ou de metabolismo urbano ▪ planejamento urbano visaria minimizar a degradação energética e desacelerar a trajetória de irreversibilidade
Espaço da "qualidade de vida"	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insustentabilidade estaria associada às conseqüências sanitárias das práticas urbanas (exposição crescente a substâncias nocivas e tóxicas próprias de um ambiente artificial / ligada à imposição de um modelo de consumo) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os modelos de intervenção técnica devem derivar de uma concepção de cidadania: <ul style="list-style-type: none"> - Articular espaços de participação; - Sustentabilidade remete à idéia de patrimônio (materialidade e identidade urbanas) - Articular qualidade de vida e eficiência ecoenergética na concepção da forma urbana
Espaço de legitimação das políticas urbanas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insustentabilidade estaria associada à insuficiência/ausência de políticas urbanas capazes de garantir os serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, déficit que está na base da segmentação sócio-territorial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer as bases para a legitimação de políticas urbanas capazes de reverter os déficits de serviços urbanos ▪ Para garantir legitimidade às políticas deve-se evitar desperdício de meios e a concentração sócio-territorial dos benefícios

FONTE: Compilado a partir de ACSELRAD (1999)

Embora os dois esquemas guardem certa especificidade – no que concerne à idéia de sustentabilidade social –, ambos apontam para uma concepção ampliada da questão ambiental: "Ao promover uma 'articulação ambiental' do urbano, o discurso da sustentabilidade das cidades atualiza o embate entre 'tecnificação' e politização do espaço...". (ACSELRAD, 1999, p.88).

1.4 REPOSICIONANDO OS PORTAIS: OBSERVAÇÕES SOBRE A ESPECIFICIDADE DO CASO BRASILEIRO

As observações que seguem cabem à experiência de um conjunto mais amplo de experiências nacionais, envolvendo, *grosso modo*, a chamada periferia internacional. De qualquer modo, o foco será a experiência brasileira, mesmo porque ela apresenta certa singularidade no sentido em que um processo de modernização conservadora foi aqui bem-sucedido, pelo menos até que certos limites à sua continuidade se revelassem a partir de meados dos anos 80.

A expressão modernização conservadora é aqui utilizada no sentido expresso por Celso Furtado, que a concebe como uma estratégia de atualização do subdesenvolvimento, sendo este uma modalidade (e não uma etapa) de desenvolvimento capitalista na periferia. Assim, o conceito modernização conservadora objetiva dar conta da capacidade de re-articulação da dinâmica do desenvolvimento capitalista no país, a partir de meados dos anos 60, com o aprofundamento do processo de industrialização do país e, também, por meio da intensa reconversão agrícola assentada em mudanças das bases social e técnica da agricultura. Alguns resultados importantes decorreram desse processo de modernização, como o esboço de uma desconcentração econômica, impulsionando o crescimento em outras regiões brasileiras que não apenas o Sudeste; um forte crescimento do emprego urbano, o qual, segundo CANO (2000, p.117), juntamente com a expansão da fronteira agrícola, permitiu absorver "os enormes fluxos migratórios que saíram da periferia (principalmente do Nordeste e de Minas Gerais), amortecendo, no período, grande parte das tensões sociais e com isso evitando o dissabor que é para as elites a justa distribuição da propriedade".

Duas temáticas, que já se faziam presentes nas décadas anteriores, adquirem maior relevo nesse período: a questão do intenso processo de urbanização e as peculiaridades do mercado de trabalho urbano. Elas são retomadas aqui com o objetivo de *qualificar as discussões que atualmente ocorrem em torno da reestruturação produtiva e seus impactos*, principalmente no que se refere à precarização do trabalho.

O que se pretende deixar claro é que, por um lado, o mercado de trabalho brasileiro, historicamente, estruturou-se marcado por forte heterogeneidade, dada a conjunção de expansão do assalariamento "regulado" a par da manutenção de expressivos contingentes de trabalhadores cuja inserção produtiva era marcada pela "informalidade". Por outro lado, como desenvolveremos no Capítulo 3, há uma inegável inflexão na estruturação do mercado de trabalho brasileiro, iniciada nos anos 80, mas que adquiriu magnitude nos anos 90, com a estrutura ocupacional sofrendo regressão expressa num novo incremento da informalidade, permitindo, pois, uma aproximação com o processo que ocorre hoje nos países centrais.

O problema da heterogeneidade da formação sócio-econômica latino-americana, tendo por contraponto a experiência dos países centrais, foi formulado já a partir do imediato pós-guerra, originando inclusive uma corrente de pensamento que se aglutinou em torno da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), instituição vinculada às Nações Unidas e que tinha por propósito articular propostas de desenvolvimento para a região.

O contraponto – a trajetória dos países centrais – assinalava para a possibilidade de redução das desigualdades sociais e crescente integração social a partir de um processo de modernização, este percebido como um processo de aprofundamento da divisão social do trabalho possibilitado pela industrialização. Caberia aos países latino-americanos endogeneizar esse processo de modernização, definindo políticas ativas de industrialização, processo no qual o Estado desempenharia papel fundamental ao coordenar e intervir na economia.

Nesse momento, anos 50, não se colocava ainda a possibilidade de tal processo adquirir sua matiz conservadora. Na realidade, o conservadorismo combatido

na época era aquele que se expressava na idéia de uma especialização produtiva assentada nos recursos naturais da região, basicamente na reprodução da estrutura agrário-exportadora que caracterizava as economias regionais.

De qualquer modo, assistiu-se, no pós-guerra, pelo menos em alguns países, a um processo intenso de industrialização. Porém, como ressalta DEDDECA (1990), tem início, já nos anos 60, o debate em torno do insucesso da estratégia de modernização. Frise-se que, tal insucesso não se refere à incapacidade de aprofundar a divisão técnica e social do trabalho, por meio da modernização do aparato produtivo, mas sim a incapacidade de concretizar aquela função civilizatória¹⁶ que se esperava o desenvolvimento econômico propiciaria. Como sintetizou este autor,

toda problemática poderia ser resumida na idéia que os processos de desenvolvimento nacionais deixaram de integrar parcelas expressivas da população aos novos padrões produtivos e de consumo. *A exclusão representava a não incorporação aos segmentos modernos* – e por conseqüência, aos novos padrões de consumo. Além disto, criava-se um problema de grave dimensão: a *modernização* tinha destruído formas de produção atrasadas (encontradas principalmente no meio rural) e acelerado o crescimento populacional no meio urbano – determinado pelo processo migratório criado e pelo aumento da esperança de vida da população no seu novo ambiente. (DEDDECA, 1990, p.7).

Têm-se aí ressaltadas duas das principais vertentes dos debates atuais em torno dos processos de reestruturação produtiva e ajuste econômico: a estruturação truncada do mercado de trabalho e a configuração da problemática urbana. Antes de prosseguir, gostaria de frisar que não se trata, no debate atual, de mera transposição das antigas questões, mas antes de sua atualização, num contexto em que as próprias bases da acumulação capitalista passam por mudanças: crescente financeirização da acumulação, mudança no papel do Estado, intensificação dos fluxos comerciais e financeiros entre países, questionamento das bases do Estado de Bem-estar, dentre outras características.

¹⁶Uso a noção de civilização no sentido de que as mudanças que se esperavam não se resumiam a uma modernização meramente do aparato produtivo; havia sim a expectativa de uma alteração mais profunda da estrutura social, inclusive em seu aspecto cultural: tratava-se mesmo de se alcançar a modernidade, contra a tradição.

Como o debate atual destaca a questão da regulação do trabalho, no sentido de definir as condições de incorporação da população ao mercado de trabalho, estipulando regras de inserção e mecanismos de proteção social, cabe tecer algumas considerações sobre como essa questão se deu no caso brasileiro, recorrendo a algumas idéias desenvolvidas por SILVA (1990). Esse autor ressalta que a instituição do mercado de trabalho não deriva apenas do processo produtivo,¹⁷ mas envolve condicionamentos que derivam da matriz político-institucional do país. Nesse sentido, o autor destaca que, no caso brasileiro, a *imposição do assalariamento* sempre foi um processo truncado, no sentido de que a capacidade do Estado de controlar e organizar esse processo sempre foi frágil. Jamais se tratou da ausência de iniciativas legislativas, mas da incapacidade política e econômica de lhes dar concretude.

A incapacidade de impor condições de entrada e saída do mercado de trabalho, o que suporia certamente a existência de mecanismos eficazes de proteção social e não apenas medidas regulatórias, teve como conseqüência sujeitar toda população (menores/adultos; homens/mulheres) ao que o autor denomina "agulhão da fome", com a sujeição ao mercado decorrendo das necessidades de reprodução familiar, levando a que os conflitos associados à estratificação dos trabalhadores em segmentos incorporados/excluídos fossem "solucionados" na esfera privada, ou seja, por meio das chamadas estratégias familiares de sobrevivência.

Posto isto, há de se ressaltar a complexidade da experiência histórica. Se é possível sustentar a tese da fragilidade do Estado, há de se ressaltar que foram estabelecidas sim tentativas de regulação, mas que redundaram na segmentação dos trabalhadores. Na realidade, como o próprio autor destaca, o conjunto de regulamentos do

¹⁷Na realidade, todo mercado é instituído e supõe algum tipo de condicionalidade política. Como lembra SALAMA e VALIER, a negação desse fato é um dos elementos do pensamento liberal e de suas concepções de ajuste econômico. Trata-se de uma fábula histórica, pois que, historicamente, o Estado sempre desempenhou papel fundamental na constituição da ordem mercantil e capitalista. Mais ainda: o não reconhecimento da condicionalidade política fundamenta a "idéia segundo a qual é impossível que os homens organizem voluntária e racionalmente suas relações sociais". (SALAMA; VALIER, 1997, p.138).

trabalho, estabelecidos desde os anos 30, no Brasil, constitui um dos mecanismos fundamentais de legitimação da estrutura social brasileira contemporânea, ao permitir o estabelecimento de um conjunto diferenciado de trabalhadores, para os quais são assegurados certos direitos trabalhistas e sociais. O importante, na análise de SILVA (1990), é o destaque dado ao fato de essa estratégia atender a requisitos extra-econômicos, com isso afirmando que ela atendia a limites decorrentes do pacto de dominação que estava na base do processo (e suas atualizações) de modernização brasileiro.

Outro aspecto destacado como elemento de sustentação da estrutura social brasileira é que esta modalidade de institucionalização do mercado de trabalho foi sendo estabelecida num contexto, interrompido nos anos 80, em que a economia brasileira experimentou altas taxas de crescimento da produção e do emprego. Assim, "o quadro político-institucional esboçado, apesar de sua evidente precariedade, pôde universalizar-se, submetendo inclusive os segmentos sociais situados nos seus limites externos, à medida que a estabilidade das taxas de crescimento produzia um clima de "expectativa de incorporação". (SILVA, 1990, p.5). Por fim, mas não menos importante, a sustentação dessa estrutura esteve associada à combinação entre formas de repressão e assistencialismo.

Esse autor lembra ainda que a discussão da informalidade sempre foi uma discussão sobre o processo de urbanização. Nesse sentido, cabe indagar qual a novidade das atuais discussões que relacionam reestruturação produtiva e reconfiguração do urbano. Como LAGO (2000) ressalta, a questão da dualização e exclusão social esteve presente na literatura que estudou a organização espacial das metrópoles brasileiras. Identificava-se então que o crescimento urbano era segregador e excludente, e o esquema pólo – periferia era utilizado para representar a dinâmica das desigualdade sócio-espaciais. Embora LAGO (2000) afirme não ser possível se definir sobre a atualidade ou não do esquema dual para entender a problemática da estruturação urbana brasileira, ela destaca dois aspectos que indicariam que os padrões de segregação passaram, no pós-80, por mudanças: surgiram evidências de expansão da pobreza no pólo metropolitano (ver referências a São Paulo no item anterior); por

outro lado, e como decorrência da atuação do capital mobiliário, surgiram novos enclaves de riqueza, ampliando a segregação urbana.

Assim, embora recorrentes, algumas questões relacionadas às características da estrutura social brasileira pareciam passar por mudanças no período recente. Neste trabalho, pretende-se destacar, fundamentalmente, o escopo dessas mudanças sobre o mercado de trabalho urbano, em particular sobre o seu rebatimento na Região Metropolitana de Curitiba. Embora haja níveis de articulação com as transformações nos países centrais, acredita-se que o processo tem sua especificidade no caso brasileiro, a qual será melhor qualificada no Capítulo 3.

2 CONDIÇÕES DE VIDA NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

O período de aceleração do crescimento populacional da Região Metropolitana coincide com um processo mais amplo de redistribuição espacial da população brasileira, que teve como uma de suas manifestações o processo de metropolização. Trata-se de um processo de múltiplas dimensões, caracterizando-se, como destacou SANTOS (1993b, p.78), pela

concentração da população e da pobreza, contemporânea da rarefação rural e da dispersão geográfica das classes médias; concentração das atividades relacionais modernas, contemporânea da dispersão geográfica da produção física; localização privilegiada da crise de ajustamento às mudanças na divisão internacional do trabalho e às suas repercussões internas, o que inclui a crise fiscal; 'involução metropolitana', com a coexistência de atividades com diversos níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho; maior centralização da irradiação ideológica, com a concentração dos meios de difusão das idéias, mensagens e ordens; construção de uma materialidade adequada à realização de objetivos econômicos e socioculturais e com impacto causal sobre o conjunto dos demais valores.

Aqui esse processo será abordado da ótica da redistribuição espacial da população brasileira, decorrente dos processos de modernização que a economia brasileira viveu no pós-guerra. Na seqüência, pretende-se verificar, a partir de dois conjuntos de indicadores sociais, o quadro social que resultou desse processo. Como será visto, essas áreas sintetizam as contradições que acompanham o que se designou de modernização conservadora. São espaços de profundas diferenças, mas também os que mais se beneficiaram desse processo.

Essa contextualização pretende também situar a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) no processo de metropolização brasileira. Ela se destaca por ser a área em que o crescimento populacional foi mais intenso, nas últimas décadas, mas também por apresentar resultados favoráveis em termos da situação social de sua população. Mas nela também se observam as contradições acima mencionadas.

Um panorama dos processos de modernização no Brasil será realizado no próximo capítulo. Há de se destacar, por enquanto, o fato de os conjuntos de indicadores sociais aqui analisados refletirem momentos de afirmação do

desenvolvimento no Brasil. Nos capítulos seguintes, trataremos da inflexão dessa trajetória e de seu rebatimento sobre o mercado de trabalho das regiões metropolitanas, particularmente em Curitiba, procurando identificar os efeitos dessas mudanças recentes na situação social da RMC.

2.1 O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO

A transformação da economia brasileira neste século, principalmente a partir dos anos 30, quando ganha impulso o processo de industrialização, foi acompanhada de profunda mudança demográfica. A dinâmica demográfica brasileira, nesse período, foi marcada por dois processos: urbanização – interiorização.¹⁸ Ao mesmo tempo que se registrava a concentração populacional num número reduzido de centros urbanos (o processo de metropolização), observava-se também a ocupação sucessiva de fronteiras no meio rural. Dentre os fatores determinantes dessa dinâmica, cabe destacar as elevadas taxas de crescimento vegetativo da população, registradas até a década de 70, a par de importantes processos de (re)definição de novos espaços econômicos.

Entretanto, durante os anos 80 se observou uma mudança no padrão demográfico brasileiro. Por um lado, como informam os dados censitários de 1991, houve uma reversão na tendência de crescimento populacional, com a acentuada redução da taxa de fecundidade (5,8 em 60/70 e 3,2 em 80/91).

Por outro, há indicações de redimensionamento do processo de metropolização. Trata-se do adensamento populacional de áreas urbanas próximas às principais áreas metropolitanas do país, principalmente na área de influência de São Paulo, em detrimento das cidades-pólo e mesmo das próprias regiões metropolitanas. A desconcentração populacional não é aleatória, configurando-se mesmo num redimensionamento do fenômeno urbano.

A tabela 2.1, a seguir, evidencia o ritmo de crescimento populacional nas regiões metropolitanas brasileiras desde a década de 50. Percebe-se que, de modo geral, há uma inflexão no período 1970-80, com expressiva redução nas taxas de crescimento, a qual se confirma na década seguinte.

¹⁸MARTINE (1992).

TABELA 2.1 - TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL PARA A POPULAÇÃO TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS E METRÓPOLES, 1950/91

REGIÕES METROPOLITANAS	1950-60		1960-70		1970-80		1980-91	
	TOTAL	Metrópole	TOTAL	Metrópole	TOTAL	Metrópole	TOTAL	Metrópole
Belém	4,70	4,67	4,85	4,85	4,32	3,24	2,65	2,65
Fortaleza	5,37	7,07	4,87	5,99	4,37	4,37	3,49	2,77
Recife	4,24	4,41	3,93	3,10	2,79	1,32	1,85	0,71
Salvador	4,82	5,26	4,77	4,93	4,41	4,08	3,18	2,97
Belo Horizonte	6,47	6,88	6,25	6,53	4,76	3,82	2,52	1,14
Rio de Janeiro	4,33	3,42	3,63	2,70	2,47	1,85	1,01	0,66
São Paulo	6,06	4,83	5,53	6,15	4,48	3,59	1,86	1,15
Curitiba	5,47	9,54	5,04	5,49	5,79	5,36	3,02	2,28
Porto Alegre	5,77	5,12	4,20	3,69	3,93	2,61	2,59	1,06
TOTAL	5,17	4,68	4,66	4,75	3,81	3,28	1,98	1,37

FONTE: BREMAEKER (1991); ROCHA e TOLOSA (1993)

À redução no ritmo de crescimento das regiões metropolitanas corresponde um processo de periferização dessas regiões, ou seja, a menor intensidade do crescimento metropolitano deve-se à desaceleração do crescimento nos pólos, enquanto os demais municípios tendem a apresentar taxas elevadas de crescimento, mas sobre bases populacionais reduzidas, pelos menos inicialmente. Assim, se no período 1950-60 e 1960-70 as metrópoles, na sua maioria, cresciam de forma mais intensa em relação aos demais municípios metropolitanos, a partir de 1970-80 são esses municípios que passam a apresentar as maiores taxas de crescimento.

Observe-se, porém, que mesmo com a expressiva redução do ritmo de crescimento populacional das regiões metropolitanas, ainda assim sua participação no total da população brasileira, em 1991, mantinha-se no mesmo nível de 1980 (29%). Reunindo quase 43 milhões de habitantes, em 1991, essas regiões apresentaram no período 1980-91 um incremento médio anual de aproximadamente 700 mil pessoas no seu conjunto.

Por outro lado, mais expressiva no último decênio foi a urbanização das áreas não-metropolitanas, que aumentaram sua participação na população brasileira de 38,7%, em 1980, para 46,4%, em 1991.¹⁹

¹⁹ROCHA e TOLOSA (1993).

SANTOS (1993b) destaca que essa redistribuição populacional estaria refletindo um espraiamento do fenômeno metropolitano e não sua reversão. Segundo ele, a desaceleração da participação das regiões metropolitanas oficiais na população brasileira refletia basicamente o que acontecia nos centros com população acima de 2 milhões de habitantes. A contrapartida disso era a emergência de um conjunto de médias e grandes cidades, configurando novos espaços metropolitanos no país, embora não institucionalizados.

A Região Metropolitana de Curitiba, muito embora seguindo a tendência geral do processo de metropolização, acabou por se destacar pela acentuada inflexão, ocorrida nos anos 70, quando apresentou a maior taxa de crescimento (5,79%) entre as regiões metropolitanas, sendo a única no período a ter apresentado taxa de crescimento maior em relação à do decênio anterior.²⁰ Além disso, essa região tem se apresentado desde os anos 50 entre as regiões metropolitanas com ritmo mais intenso de crescimento.

A inflexão destacada acima reflete as peculiaridades da metropolização no contexto estadual, quando o Paraná, após ter sido uma importante área de fronteira agrícola, recebendo grande contingente de migrantes no período 1940-70,²¹ expressão do que MARTINE (1992) designou como o vetor de interiorização do padrão demográfico brasileiro, passou por processo profundo de reestruturação do perfil produtivo, por meio da modernização agrícola e da constituição de um parque industrial mais dinâmico, concentrado na RMC. As alterações na base produtiva estadual impactaram fortemente sobre a população, dando origem a múltiplos fluxos migratórios: para fora do Estado, com destino para as principais aglomerações urbanas do país, principalmente o Estado de São Paulo, ou para as novas regiões de fronteira

²⁰Para se ter uma idéia do significado dessa inflexão para cima das taxas de crescimento da RMC, cabe destacar que, para todo o período iniciado em 1950 até 1991, em apenas duas ocasiões uma região metropolitana apresentou taxa maior em relação ao período precedente: Curitiba, em 70/80 e Belém, em 60/70. Nos demais casos, a tendência foi sempre de contínuas taxas decrescentes.

²¹Nesse período, as taxas geométricas anuais de crescimento da população paranaense foram em muito superiores à média brasileira, respectivamente: 5,51 e 2,39, no período 40/50; 7,28 e 2,99, entre 50-60; e, 4,98 e 2,89, nos anos 60-70 (IPARDES, 1982).

no Centro-Oeste e Norte do país; para os maiores centros urbanos do interior do Estado e para a Região Metropolitana de Curitiba. Assim, ao mesmo tempo em que o Paraná reverte sua condição de receptor de população, inclusive perdendo expressivo contingente populacional para outras regiões do Brasil,²² experimenta um processo generalizado de urbanização – a participação da população urbana na população total do Estado passou de 36%, em 1970, para 73%, em 1991.

Nesse novo padrão demográfico que se configura no Paraná, a partir dos anos 70, a RMC se constituirá na principal área de atração populacional. MOURA e MAGALHÃES (1996) apresentam alguns dados a respeito desse processo: entre 1970 e 1991, no Paraná, o número de centros cuja área urbana concentrava população acima de 50 mil habitantes passou de 5 para 22, sendo que dos 17 novos centros 6 se localizam na RMC; ainda em relação a esses centros, a população urbana neles concentrada passou, no mesmo período, de 1.013 mil habitantes para 3.784 mil habitantes, sendo que do incremento populacional ocorrido 44% concentrou-se nos 6 centros localizados na RMC.

2.2 SITUAÇÃO SOCIAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS

2.2.1 Indicadores do Quadro de Pobreza

Os estudos sobre pobreza se assentam em duas grandes linhas metodológicas. Uma baseada na definição de uma linha de pobreza – indicador monetário associado ao custo de uma cesta mínima de consumo ou valor limite preestabelecido –, e outra na mensuração da qualidade de vida por meio de indicadores sociais (escolaridade, saneamento, etc.).

Neste item pretende-se abordar o problema da pobreza na RMC e demais regiões metropolitanas, no sentido de verificar sua magnitude e algumas de suas características. Na realidade, recorrer-se-á a um conjunto de estudos já publicados, os

²²Estima-se um saldo migratório líquido em relação às outras unidades da Federação, no período 1970-80, de menos 2 milhões de pessoas.

quais embora privilegiem o uso de linhas de pobreza, utilizam também outros indicadores para complementar a caracterização do problema.

Conforme o quadro 2.1, a seguir, pode-se verificar que esses estudos apresentam em comum o recurso aos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), pesquisa realizada anualmente pelo IBGE, exclusive anos censitários. Quanto às diferenças, a principal se refere ao estabelecimento da linha de pobreza, a qual em dois dos trabalhos é variável conforme a cesta de necessidades básicas e o custo dessa em cada região, e nos outros dois trabalhos é preestabelecida como frações do salário mínimo *per capita*.

QUADRO 2.1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS SOBRE POBREZA NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

CARACTERÍSTICAS	ALBUQUERQUE (1993)	ROCHA e TOLOSA (1993)	ROCHA (1995 e 1997a)	SABÓIA (1991)
Base de dados	PNAD			
Período	1990	1990	1981-1993	1981-89
Linha de Pobreza	Rendimento familiar <i>per capita</i> ▪ ¼ do s.m. = US\$ 417 anuais (em 1990)	Valor mínimo de cestas de consumo, em cada RM, para camadas de baixa renda, segundo pesquisas de orçamento familiar e custo de vida, cotejado com rendimento familiar <i>per capita</i>		Rendimento familiar e domiciliar <i>per capita</i> ▪ ¼ e ½ do s.m. de 1981, corrigidos para os demais anos
Unidade de análise	pessoas			Pessoas/famílias/domicílios
Outros indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de pobreza crítica ▪ Distância social ▪ Índice de carências básicas ▪ Índice de exclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicadores de mercado de trabalho ▪ Indicadores de acesso a serviços básicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicadores de mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de Gini ▪ Distribuição de renda em classes percentis

As diferenças no estabelecimento de linhas de pobreza têm importantes conseqüências quer quanto à magnitude do problema, quer quanto às características da população pobre, levando a alguns resultados aparentemente contraditórios quando se compara a situação das diversas regiões metropolitanas. Por outro lado, esclarecidas as diferenças metodológicas, os resultados divergentes permitem obter um quadro mais complexo do problema, e, portanto, mais "rico" analiticamente.

Os estudos sobre pobreza têm apontado algumas características fundamentais para o entendimento do problema no Brasil, e em áreas específicas dele. Uma dessas se refere à importante diferença quanto à evolução do problema nas décadas de 70 e 80, períodos diferenciados quanto ao desempenho econômico do país. Na primeira década, observou-se um processo de crescimento econômico sustentado, o qual foi acompanhado por importante redução da pobreza absoluta e relativa, inclusive quanto à sua distribuição regional e entre rural-urbano, embora a desigualdade de renda tenha aumentado. Já durante os anos 80, persistiu a tendência de ampliação das desigualdades em termos de distribuição de renda, juntamente com o aumento da pobreza, num contexto de estagnação econômica. ALBUQUERQUE (1993).²³

Do mesmo modo que a pobreza tem se mostrado sensível aos ciclos de média duração da economia, tem também alta sensibilidade às variações conjunturais – anuais – da atividade econômica. Assim, os trabalhos que abordam a pobreza numa série temporal têm demonstrado bruscas mudanças na magnitude da pobreza durante os anos 80, relacionadas à evolução da economia, sendo que no início dessa década se observaram os piores resultados, e o melhor esteve relacionado ao Plano Cruzado, em 1986. (ROCHA, 1995).

Outro aspecto referente à evolução da pobreza diz respeito à diminuição das diferenças entre pobres em termos regionais e rural-urbano,²⁴ embora ainda persistam

²³É importante destacar que os termos pobreza absoluta e relativa são utilizados aqui apenas como medida da magnitude do contingente de pobres; DEMO (1996) propõe o uso do termo "pobreza relativa" para se referir à distância social entre pobres e não-pobres, a qual, segundo este autor, constitui-se no principal obstáculo à maior equidade social; um indicador de distância social seria uma medida de distribuição de renda.

²⁴Um sério problema na captação dos rendimentos no meio rural é o da estimação da renda não monetária, o que sugere subestimação da renda total. Entretanto, isso não invalida as considerações geralmente feitas quanto à situação mais precária no meio rural. Por um lado, a pobreza rural concentra-se geralmente nas áreas cuja produção agropecuária é menos dinâmica em termos econômico, muitas vezes reduzida à subsistência familiar; por outro, o acesso a serviços básicos, como educação, saúde, é mais difícil nessas áreas. No caso específico da RMC, há de se registrar que a sua área rural, juntamente com outras do Centro-Sul do Estado, foi objeto de intervenção governamental, em fins dos anos 70 e início dos

diferenças importantes a favor das regiões mais dinâmicas e das áreas urbanas. Segundo ALBUQUERQUE (1993), esse foi o único aspecto positivo observado durante os anos 80, quando, apesar do aumento da pobreza, verificou-se lenta redução dos desníveis regionais e rural-urbano. Esse autor sugere que a redução dos diferenciais seria produto de um "nivelamento por baixo" da renda nas cidades, num mercado de trabalho fortemente pressionado pelos intensos fluxos migratórios. Por outro lado, essa redução se verifica apenas quando se adota o critério de renda como parâmetro de comparação; as diferenças são mais acentuadas quando se considera o acesso a serviços básicos e à proteção propiciada pela inserção no mercado formal de trabalho.

Fundamental também para a caracterização da situação da pobreza no Brasil é o reconhecimento de que, apesar dos efeitos positivos do crescimento econômico para a redução da pobreza absoluta no país, a sua persistência em patamares elevados deve-se à má distribuição de renda. Como ressalta ROCHA (2000b, p.3), "é importante enfatizar que embora a queda da pobreza absoluta que se observou no período 1970/80 tenha sido significativa – a proporção de pobres no país caiu à metade – ficou aquém da que seria possível atingir sob condições distributivas mais favoráveis".

Um último aspecto a ser destacado é o da metropolização da pobreza. Expressão das mudanças no padrão demográfico anteriormente mencionadas, parcela crescente dos pobres vem se concentrando nas regiões metropolitanas. Assim, embora em termos de incidência relativa a situação se apresente mais favorável nas áreas metropolitanas, o volume populacional é bastante elevado.

Ressalte-se, porém, que não há associação direta entre crescimento metropolitano e aumento de pobreza. A RM de Curitiba, como veremos na seqüência, apresenta reduzida proporção de pobres, muito embora tenha apresentado o maior incremento relativo de população entre 1970-91.

As questões acima apontadas foram estabelecidas a partir de estudos que enfatizavam a ocorrência de pobreza nos anos 70 e 80. A sua evolução nos anos 90

80, pelo Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRÓ-RURAL, sendo que as áreas por ele abrangidas integravam o chamado Corredor da Fome do Paraná.

confirma as tendências então verificadas. Nos primeiros anos desta década (até 1993), houve aumento da incidência da pobreza, comparativamente a meados dos anos 80,²⁵ com esse agravamento tendo sido mais forte nas áreas metropolitanas, principalmente na de São Paulo.

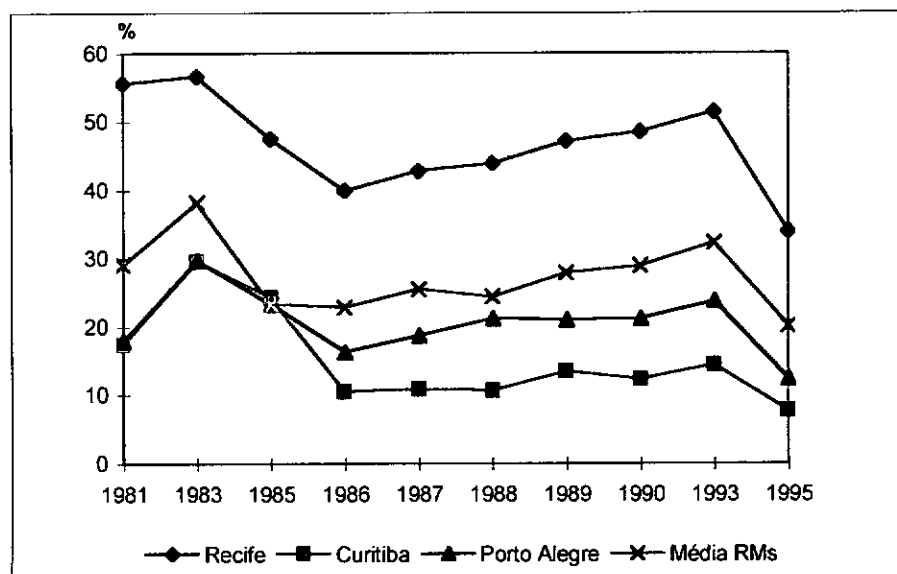
Posteriormente ao advento do Plano Real, houve redução do nível de pobreza, o qual se estabilizou nos anos 1996 e 1997. Esta estabilização mostra os limites que a má distribuição de renda coloca à reversão do quadro de pobreza no país. O êxito no combate à inflação propiciou uma melhoria dos rendimentos das parcelas mais pobres da população, no período de implantação do plano de estabilização, com ganhos reais de até 100% para as pessoas situadas no decil inferior da curva de distribuição de rendimentos. Porém, esse ganho, que contribuiu para reduzir em 1/3 a pobreza entre 1993 e 1995, teve pequeno impacto sobre o grau de concentração de renda, e já a partir de 1997 sofre reversão diante de um novo quadro recessivo, o qual se caracterizou por significativo incremento do desemprego, registrando as mais altas taxas observadas nos últimos 20 anos. As áreas metropolitanas mostram-se mais sensíveis a essas alterações no nível de atividade econômica, apresentando reduções mais intensas da pobreza nos momentos de crescimento e aumentos mais expressivos nos períodos recessivos.

De modo geral, os trabalhos aqui mencionados apontam para uma situação favorável para a RMC quanto à magnitude e evolução do quadro de pobreza. O gráfico 2.1, a seguir, ilustra os resultados obtidos por ROCHA (1995; 1997a), a qual trabalha com linha de pobreza baseada nos custos regionais de uma cesta básica. Além da série referente à RMC, foram representadas: a da RM de Recife, por ter a mais alta proporção de pobres no início e fim do período; a da RM de Porto Alegre, por ser a segunda melhor situação, tendo partido de patamares similares ao da RMC; e a média das nove Regiões Metropolitanas brasileiras. Percebe-se que as curvas apresentam comportamento cíclico que refletem o nível de atividade econômica nacional. No caso da RMC, há que se

²⁵Em 1985 inicia-se um pequeno período de recuperação econômica, mas que não foi capaz de resistir à falência do plano de estabilização adotado em 1986 (Plano Cruzado).

destacar o período 1986-88, marcado por acentuada redução do nível de pobreza; em 1988, Porto Alegre possuía, relativamente à RMC, o dobro de pobres.

GRÁFICO 2.1 - PERCENTUAL DE PESSOAS POBRES EM ÁREAS METROPOLITANAS -1981-95



FONTE: ROCHA (1995;1997a)

SABÓIA (1991) apresenta informações para anos selecionados da década de 80, diferindo ao optar por uma linha de pobreza única – $\frac{1}{2}$ salário mínimo enquanto rendimento familiar *per capita*. Considerando-se apenas os dados referentes a pessoas pobres – o autor também apresenta proporção de famílias e domicílios pobres –, a RMC termina a década de 80 como a região que apresentou a maior redução da proporção de pobres - de 26,4%, em 1981, passou a 17,2%, em 1989, proporção maior apenas que a da RM de São Paulo. Por esse critério, a proporção de pobres é bem superior ao observado pelo critério anterior.

Sabóia apresenta também informações quanto à evolução da distribuição dos rendimentos provenientes do trabalho. Todas as regiões metropolitanas apresentaram maior desigualdade ao fim do anos 80, sendo que o aumento relativo das desigualdades na RMC foi o maior entre as regiões metropolitanas do Sul/Sudeste – o índice de Gini passou de 0,516, em 1981, para 0,600, em 1989.

Haveria aí um paradoxo: a região que apresentou o melhor desempenho em termos de redução de pobreza, foi a segunda pior em termos de aumento relativo da

desigualdade de renda. Na realidade, o paradoxo é apenas aparente, pois se trata de fenômenos diferentes – redução de pobreza e aumento de desigualdades. O primeiro se refere ao acesso a condições mínimas de bem-estar, enquanto o segundo se refere à maior ou menor participação na riqueza gerada por uma coletividade.²⁶ Essa dissociação, inclusive, pode assumir formas distintas: no meio rural, ela aparece conjugada à expansão das relações capitalistas como forma predominante de produção, com intensa redução do pessoal ocupado, com a base da pirâmide – os pobres – sendo expulsa; no meio urbano, essa dissociação pode estar, como sugere SABÓIA (1991), relacionada à ampliação do mercado de trabalho, porém em condições precárias, com mais membros familiares exercendo ocupações de baixa remuneração, mas que no agregado eleva a renda familiar, e, portanto, contribui para a redução da pobreza.

A observação anterior é importante, pois uma das hipóteses para explicar a situação da RMC é a de um mercado de trabalho com certo dinamismo para incorporar a população que para ela migrou. Fica evidente a necessidade de qualificar em que condições se deu essa expansão do mercado de trabalho.

Vejam os estudos realizados por ALBUQUERQUE (1993) e ROCHA e TOLOSA (1993), ambos discutindo a situação observada para o ano de 1990, mas com maior detalhamento das características do contingente populacional pobre. Antes, porém, um comentário sobre o quadro 2.2, a seguir, que sintetiza os resultados referentes à RMC nos vários trabalhos aqui apresentados.²⁷ Duas coisas ficam evidentes: 1) a importância do critério adotado para definição da linha de pobreza na determinação da magnitude do contingente populacional – em termos relativos, o percentual de pobres apresenta variação, de um para outro estudo, de mais de 100%; 2) independente do critério adotado, há consistência quanto à posição da RMC no conjunto de regiões metropolitanas.

²⁶A DISTRIBUIÇÃO (1997).

²⁷Os dados apresentados por SABÓIA se referem a 1989.

QUADRO 2.2 - SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS RELATIVOS À INCIDÊNCIA DE POBREZA - 1990

AUTORES	% DE POBRES NA RMC	NÚMERO DE POBRES (mil pessoas)	% NO TOTAL DE POBRES DAS RMs	POSIÇÃO DA RMC ENTRE AS RMs (menor incidência)
Albuquerque (1993)	8,1	193,9	3,3	2
Sabóia (1991)	17,4	370,0	3,6	2
Rocha (1995, 1997a); Rocha e Tolosa (1993)	12,3	234,2	2,0	1

FONTE: compilado dos autores citados no quadro

As variações absolutas quanto ao número de pobres devem ser vistas com reserva, pois os autores trabalham com projeções populacionais diferentes para expansão da amostra; a que consta dos trabalhos de ROCHA (1995 e 1997) e ROCHA e TOLOSA (1993) é que mais se aproxima dos resultados censitários de 1991, enquanto os demais trabalham com projeções superestimadas. Independente dessa consideração, torna-se claro que a magnitude da pobreza é considerável, o que novamente requer a observação de que, apesar dos resultados relativos favoráveis, trata-se de um problema social grave.

A definição da linha de pobreza não tem conseqüências apenas sobre a magnitude do problema, mas, como se mencionou anteriormente, sobre as próprias características observadas da população pobre. Isso se torna mais evidente no caso de ALBUQUERQUE (1993), que trabalha com uma linha de pobreza equivalente a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, a menor em termos monetário. Para as regiões mais dinâmicas economicamente, com um mercado de trabalho mais heterogêneo, com diferencial de renda mais acentuado, quanto menor a linha adotada, mais o contingente selecionado se distancia da média populacional, com a análise se concentrando sobre os segmentos extremamente carentes. Assim, apesar de essas regiões apresentarem melhores resultados em termos da incidência relativa de pobreza, ao compará-las com outras regiões de menor desenvolvimento por meio de outros indicadores, como o de acesso à infra-estrutura social, os resultados referentes ao contingente pobre acabam, muitas vezes, sendo desfavoráveis para as regiões mais desenvolvidas. Obviamente, os resultados assim alcançados refletem a extrema desigualdade que tem marcado o processo de desenvolvimento brasileiro, desigualdade mais acentuada exatamente nas

suas regiões mais dinâmicas. Porém, há de se ter sempre o cuidado com generalizações a partir desses resultados.

Quando se introduzem, pois, outros critérios para avaliação da situação de pobreza que não apenas o seu grau de incidência, a associação estabelecida entre regiões de menor incidência de pobreza e maior dinamismo econômico revela-se frágil. Embora ALBUQUERQUE (1993) confirme a baixa incidência de pobreza na RMC, ele revela também que essa parcela da população vive em condições bastante precárias quanto ao atendimento de carências básicas. Por meio de um índice sintético de carências básicas - ICB, composto por indicadores de educação, trabalho, habitação e renda, a RMC apresenta a pior situação, dentre as nove regiões metropolitanas, relacionada à população considerada pobre. Tomando-se cada um dos indicadores, tem-se que a RMC ocupa, em termos de criticidade da situação, a seguinte posição: a primeira quanto à educação; a primeira em relação aos indicadores sobre inserção no mercado de trabalho; a terceira em termos de habitação; e quarta quanto à renda.

Observe-se que esse índice de carências busca expressar o acesso, pelos pobres, a certos serviços públicos – educação e saneamento, e, em menor medida, a certos bens de consumo duráveis, os quais impactam sobre o nível de bem-estar individual e familiar. Nesse sentido, ele revela o (não) alcance das políticas públicas no plano regional a um segmento específico da população: os pobres.

É importante considerar a qualificação feita por ALBUQUERQUE (1993) quanto à situação da RMC acima destacada. Segundo esse autor,

os resultados, tão díspares, dos componentes dos ICBs e dos próprios índices para as duas metrópoles (Curitiba, como a pior situação, e Belém, como a melhor) são, assim, a decorrência necessária desses diferenciais nos dados básicos. O fato de Curitiba ter cerca de 35% de sua população habitando os municípios periféricos (e Belém apenas 7%) e de lá haver um grande contingente de pobres vivendo no meio rural e da agricultura (31% dos chefes de família [pobres] em Curitiba e apenas 4,1% em Belém) explicaria, em grande medida, esses desníveis. (ALBUQUERQUE, 1993, p.67).

Essa qualificação revela uma especificidade da RMC, o peso da pobreza rural, a qual é destacada também por ROCHA e TOLOSA (1993). De antemão, cabe a pergunta: até onde essa pobreza rural resulta do processo de metropolização? Mais propriamente, como ela se relaciona com esse processo? Gostaria de antecipar que se trata de processos diferenciados, aos quais retornarei mais adiante.

Quanto ao trabalho de ROCHA e TOLOSA (1993), um primeiro aspecto de caráter geral diz respeito às implicações da delimitação legal das regiões metropolitanas. As características de ocupação e densidade de cada região estão associadas à sua delimitação em lei. A RMC apresentava, em 1991, a maior área metropolitana²⁸ – 8.428 Km², e a menor densidade populacional – 237 hab/km², contra a média das regiões metropolitanas de 972 hab/km². Por outro lado, o núcleo metropolitano – Curitiba – concentrava mais de 2/3 da população total da região, com uma densidade populacional mais de 12 vezes superior à metropolitana. Esse aspecto se refere diretamente à especificação do alcance do processo metropolitano, inclusive, dentre outros, à questão da institucionalização dos processos de gestão desse território.²⁹ No caso do estudo da pobreza, essa questão se reflete sobre os padrões de distribuição da pobreza entre núcleo e periferia, o que, no caso da RMC, tem importantes conseqüências devido à extensão de sua área rural.

Segundo ROCHA e TOLOSA (1993), o grau de incidência de pobreza nas periferias metropolitanas repete o mesmo padrão observado quando se considera sua incidência na população total das regiões metropolitanas, sendo relativamente menor nas periferias das regiões metropolitanas situadas no Sul/Sudeste. Entretanto, quando se verifica a espacialização da pobreza, interna a cada uma das regiões, verifica-se que a concentração de pobreza no núcleo ou na periferia depende de outros fatores, dentre os quais aqueles relacionados às características de ocupação e densidade acima mencionadas, como também ao que a autora denomina de "ciclo de vida das metrópoles", relacionado às dinâmicas produtiva e urbana próprias de cada região.

A RMC se destaca novamente como a região metropolitana onde a periferização da pobreza se apresenta mais acentuada – o grau de periferização é a

²⁸Não estão incluídos os municípios recém-integrados à RMC: Quitandinha, Tijucas do Sul, Adrianópolis, Cerro Azul, Agudos do Sul e Doutor Ulysses, o que deve contribuir ainda mais para diminuir a densidade populacional, apesar da persistência do crescimento demográfico.

²⁹Esse aspecto, no caso da RMC, encontra-se analisado por ULTRAMARI e MOURA (1994), principalmente p.67 e seguintes.

razão entre a participação do núcleo na população total da região e sua participação no total de pobres. Assim, enquanto a RMC apresentava, em 1990, proporção de pobres na população periférica semelhante à observada em Porto Alegre e São Paulo (21%, 24% e 25%, respectivamente), o grau de periferização para essas regiões era de 84,0%, 34,3% e 5,8%.

Novamente a especificidade de Curitiba é relacionada ao peso da pobreza rural. ROCHA e TOLOSA (1993) destacam que esse fato não teria relação com os fluxos migratórios dirigidos para a RMC, e sim às características do rural dessa região. Creio ser, em parte, realmente esse o caso, dadas suas características ambientais e produtivas: parcela expressiva do rural metropolitano apresenta baixa aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas e baixo grau de incorporação tecnológica e mercantilização para a maioria dos pequenos produtores,³⁰ constituindo-se numa área de menor pressão em termos de modernização das atividades agropecuárias, permitindo a sobrevivência de pequenos minifúndios.

Porém, o rural metropolitano também recebeu fluxos migratórios, embora em intensidade bem menor àquele verificado para o urbano. O rural metropolitano, juntamente com o Litoral e o Centro-Sul paranaense, constituíram, na década de 70 e início dos anos 80, áreas de refúgio da pequena produção rural desarticulada pelo processo de modernização da agricultura ocorrida de forma intensa nas regiões Norte e Oeste do Estado. Esse aspecto é corroborado quando se observam as características da distribuição da população migrante na RMC: os dados censitários de 1980 mostram que a participação de migrantes – pessoas não-naturais dos municípios onde vivem –, tende a ser decrescente quanto mais o município se distancia do núcleo metropolitano; porém, independente do peso dos migrantes na composição da população dos municípios, em todos eles a maioria dos migrantes chegou na década de 70.

³⁰Destaco o fato de essa caracterização se referir ao número de produtores, pois a pobreza está sendo observada aqui a partir de sua incidência em termos demográfico. Fosse pela ótica estritamente produtiva, haveria de se destacar a importância da produção hortifrutigranjeira da RMC, com padrões tecnológicos intensivos, porém restrita a um número reduzido de produtores.

ROCHA e TOLOSA (1993) agregam, também, outros indicadores para melhor qualificar o problema da pobreza: indicadores de mercado de trabalho – taxa de atividade, subemprego, desemprego, emprego informal, ocupação no terciário tradicional e secundário; indicadores de acesso a serviços públicos – frequência à escola pela população em idade escolar e saneamento. A sua conclusão é similar à apresentada por ALBUQUERQUE (1993), destacando que os resultados adversos para a RMC estão relacionados à pobreza rural estrutural. Segundo os autores, "particularmente na última década, a migração em direção a Curitiba, de caráter urbano-metropolitano, foi claramente absorvida sem impactar de forma óbvia a incidência de pobreza". (ROCHA; TOLOSA, 1993, p. 165).

Embora concorde com a conclusão apresentada, gostaria de chamar a atenção para alguns indicadores por ela apresentados. No caso do acesso à escola, a RMC apresentava as taxas mais altas de não frequência entre as regiões metropolitanas, tanto para pobres e não-pobres, como para o núcleo e periferia, aspecto que revela a fragilidade das políticas públicas, pelo menos setorialmente. Isso indica que apesar da sua especificidade, no sentido de ser uma região com importante segmento da pobreza vinculada ao setor rural, o fenômeno é mais amplo e atinge também o pólo. Como veremos no próximo item, a consideração de outras dimensões relativas à qualidade de vida revela importante diferenciação entre os municípios dessa região.

Por outro lado, a questão do mercado de trabalho mais adversa, comparativamente a Porto Alegre, auxilia na compreensão, como sugerido por ALBUQUERQUE (1993), da menor incidência de pobres na RMC. É que embora alguns indicadores possam ser adversos do ponto de vista da qualidade das ocupações, e portanto em relação às condições de trabalho, esses podem revelar estratégias familiares de complementação de renda, por exemplo aumentando a taxa de atividade de seus membros.

As duas observações acima interessam particularmente, pois ajudam a qualificar minha hipótese de que o principal fator que explica a especificidade da RMC tem a ver com a dinâmica do mercado de trabalho. Por um lado, ela foi, nos anos

70 e 80, suficientemente intensa para absorver grande parcela do fluxo migratório dirigido a Curitiba (MARANHO, 1987 e MARANHO; CIMINELLI, 1988). Por outro lado, haveria de se aprofundar a questão das estratégias familiares de complementação de rendimentos, pois as que foram indicadas normalmente se associam mais ao mercado urbano de trabalho. Teríamos assim duas grandes questões: por um lado, uma parcela integrada ao mercado de trabalho rural, com menor flexibilidade a essas estratégias familiares; por outro lado, temos um mercado urbano que permitiu a absorção de expressivos contingentes populacionais, mas que é marcado por forte heterogeneidade, a qual se expressa nos crescentes diferenciais de renda observados para a região.

Iniciei este subitem chamando atenção para as duas formas de abordagem do problema da pobreza: pela definição de linhas de pobreza e pelo acesso a serviços básicos. Na realidade, a utilização das duas abordagens permite melhor qualificação da pobreza, como ficou claro no caso dos dois últimos trabalhos analisados. Exatamente quando se recorre às duas abordagens é que se destacam certas adversidades da metropolização em Curitiba. Geralmente, a situação de pobreza, enquanto incidência sobre a população total, coloca Curitiba numa situação muito próxima da de Porto Alegre e São Paulo; dependendo do estudo, os resultados são até mais favoráveis. Porém, quando se concentra sobre indicadores de acesso a serviços públicos, a situação de Curitiba parece ser a mais precária entre as três. Isso estaria relacionado apenas ao problema estrutural da pobreza rural, área em que é, sabidamente, mais difícil de se levar certos serviços públicos?

2.2.2 Indicadores de Desenvolvimento Humano e de Condições de Vida

Nesta seção, pretende-se complementar a caracterização da realidade social das metrópoles brasileiras, utilizando-se dois outros indicadores sociais que tentam retratar outras dimensões de carências, e não apenas o critério de renda. Além disso, esses permitirão esboçar um quadro das áreas metropolitanas no âmbito de seus municípios.

Os Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e Índice de Condições de Vida (ICV) foram desenvolvidos no projeto BRA/97/007 – Desenvolvimento Humano no Brasil, em parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Um dos produtos desse projeto é o Atlas do Desenvolvimento Humano, em CD-ROM, o qual disponibiliza um conjunto de 20 indicadores,³¹ base para a construção dos dois índices acima, para todos os municípios brasileiros, nos anos censitários de 1970, 1980 e 1991. É esse conjunto de informações que foi aqui trabalhado para explicitar o quadro social dos municípios metropolitanos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma adaptação para a realidade municipal, dadas as informações disponíveis nesse nível, do IDH que compõe o Relatório do Desenvolvimento Humano divulgado pelo PNUD desde 1990, comparando a situação do desenvolvimento humano internacionalmente. Esse índice reflete um esforço de estabelecer novas bases para caracterizar o nível de desenvolvimento de um país, ultrapassando a sua associação tão-somente com o nível econômico dos países (normalmente medido em termos de PNB e PNB *per capita*).

O princípio dessa conceituação de desenvolvimento humano é a ênfase nas pessoas enquanto beneficiárias e participantes do processo de desenvolvimento. Daí a seleção de indicadores que se relacionam com dimensões que afetam as possibilidades de as pessoas acessarem e participarem dos resultados do progresso material e cultural de uma sociedade.

Na realidade, esse indicador é o produto de um esforço mais amplo de revisão do conceito de condição/qualidade de vida. Como destaca MENDONÇA (1999), esse termo foi associado, inicialmente, às dimensões relativas a um conjunto de carências materiais e de acesso a serviços sociais. Posteriormente, procurou-se redimensionar o enfoque, operando-se com a noção de ambiente social das pessoas ou

³¹Ver lista dos indicadores no Anexo 2. Para maiores detalhes dos princípios e metodologia de construção dos índices, consultar PNUD (1998).

grupos, que remetem para novas dimensões que afetam a qualidade de vida: "tipo e qualidade das relações interpessoais, acesso ao trabalho produtivo, acesso à educação e à cultura, os condicionantes externos da participação e a liberdade de expressão, as influências psicossociais, etc.". (MENDONÇA, 1999, p.54).

Além disso, essa revisão do conceito se deu no âmbito das discussões sobre a questão ambiental, onde a própria concepção de meio ambiente, de matiz naturalista, foi revista a favor de nova definição que "ressaltou a sociabilidade humana e suas práticas enquanto elemento primordial da análise ambiental" (MENDONÇA, 1999, p.54). Ao estudar as relações entre clima e criminalidade, no Brasil, esse autor recorre ao IDH como elemento de particularização das condições socioambientais das diferentes regiões.

O IDH-M é um índice que sintetiza três dimensões: longevidade (esperança de vida), grau de conhecimento e renda *per capita*. O ICV adiciona a essas três dimensões, duas outras: infância e habitação. Além disso, o ICV é composto, em todas as suas dimensões, por um conjunto mais amplo de indicadores (ver Anexo 2). Essas diferenças devem-se ao objetivo de se garantir similaridade, mas não identidade, entre o IDH-M, para os municípios, e IDH, utilizado pelo PNUD em seus relatórios internacionais e pelo IPEA nos relatórios para os Estados brasileiros. Com o ICV, por sua vez, procurou-se refinar a capacidade de retratar as dimensões econômicas, sociais e ambientais que afetam as condições de vida nos municípios brasileiros. Os dois índices assumem valores entre 0 e 1, refletindo este a situação mais favorável e zero a situação de extrema carência.

Antes de verificar a situação dos municípios metropolitanos, é interessante destacar como esses indicadores retratam a evolução da situação social dos municípios brasileiros no período 1970-91. A tabela 2.2, a seguir, revela que a redução da pobreza absoluta, no Brasil, principalmente no período 1970-80, foi acompanhada pela melhoria em outras dimensões do desenvolvimento. Entre 1970 e 1991, o número de municípios com baixo IDH-M teve sua participação reduzida de 91% para 40%; aqueles com nível médio de desenvolvimento (IDH-M entre 0,5 e 0,8) passaram a

representar, em 1991, 58% do total de municípios. Nesse ano, pela primeira vez, 80 municípios atingiram valores correspondentes a um alto nível de desenvolvimento (acima de 0,8). Embora, esses representem apenas 2% dos municípios, neles residiam cerca de 20% da população brasileira.

TABELA 2.2 - PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS E DE POPULAÇÃO POR CLASSE DE IDH-M - BRASIL - 1970-91

CLASSE DO IDH-M	1970		1980		1991	
	% dos Municípios	% da Pop. Brasileira	% dos Municípios	% da Pop. Brasileira	% dos Municípios	% da Pop. Brasileira
0 --- 0,5	91	62	46	27	40	22
0,5 ---- 0,8	9	38	54	73	58	58
0,8 ---- 1	-	-	-	-	2	20

FONTE: PNUD (1998)

O ICV também retrata uma melhoria das condições de vida entre 1970-91. Essa melhoria foi observada nas cinco dimensões (longevidade, renda, educação, infância e habitação) abordadas por esse índice, com ressalva à dimensão renda, que teve desempenho expressivo na década de 70 e uma queda nos anos 80. Mesmo assim, ao ampliar o quadro de indicadores analisados, esse índice permite verificar a forte heterogeneidade que caracteriza os municípios e regiões brasileiras; assim, em 1991, 76% dos municípios brasileiros apresentavam ICV abaixo da média do país, concentrando quase 50% de sua população. Segundo PNUD (1998), essa heterogeneidade manifestava-se: por uma distribuição **dual** dos municípios, configurando dois grandes grupos que orbitavam em torno do ICV igual a 0,42 e 0,65, distantes portanto do valor mínimo (0,8) para ser considerado um nível alto de desenvolvimento; por alta **disparidade** entre os valores obtidos pelos municípios situados na base (25% mais carentes) e no topo (25% mais afluentes) da distribuição; e pela **desigualdade** na distribuição de rendimentos, a qual aumentou entre 1970 e 1991, tanto quando se considera a distribuição intramunicipal (entre pessoas) como a intermunicipal.

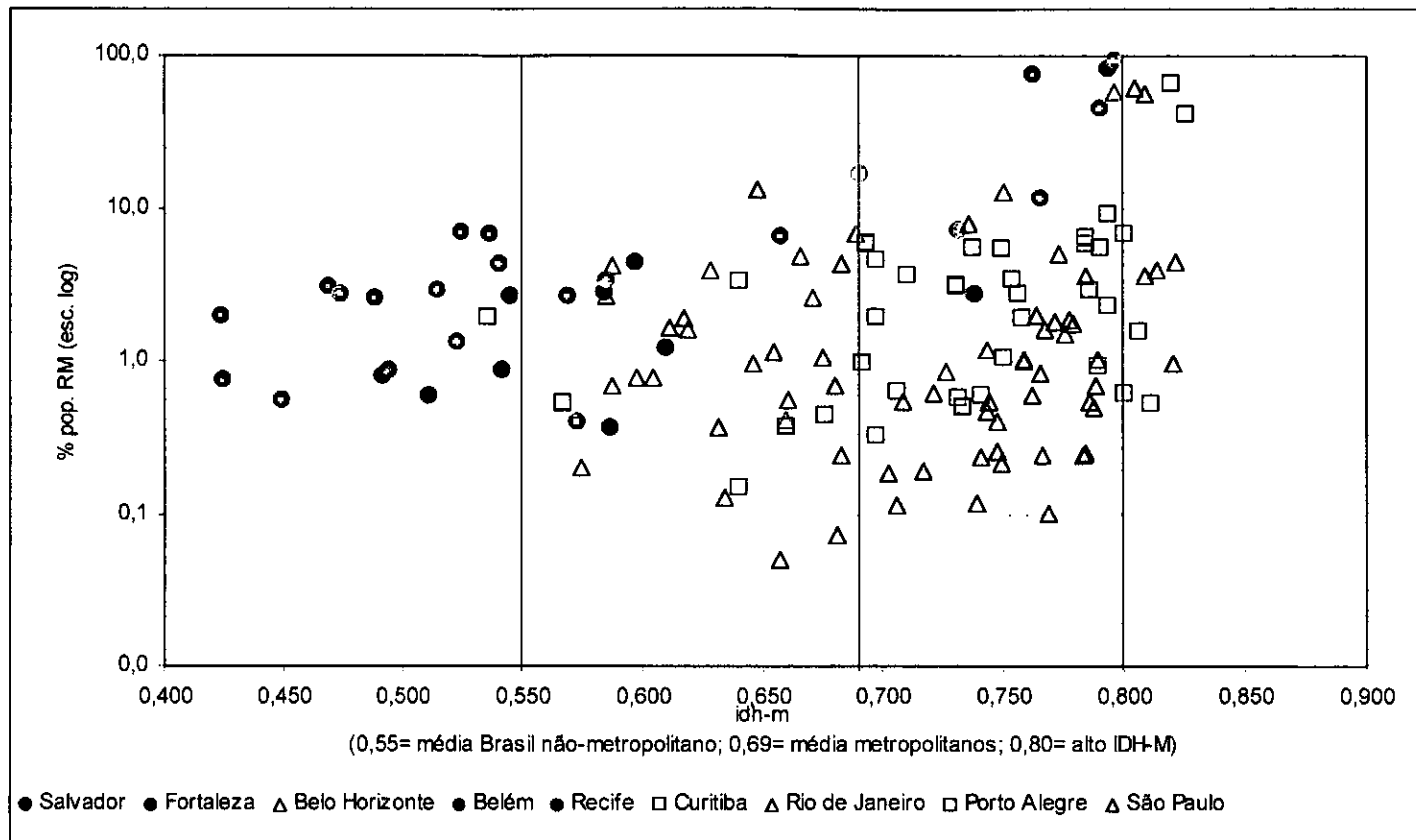
Os gráficos 2.2 e 2.3, a seguir, representando os municípios das nove áreas metropolitanas brasileiras, mostram que há certa heterogeneidade entre as regiões

metropolitanas e/ou os municípios no interior de cada uma delas. Mas, como veremos, essa heterogeneidade não é tão acentuada quanto à verificada entre os municípios não-metropolitanos. Os dois gráficos plotam cada um dos 137 municípios que integravam as regiões metropolitanas em 1991, conforme o escore por eles obtidos em cada um dos índices e a sua participação na população total da região metropolitana em que se inseriam.

O primeiro aspecto a ser observado refere-se à forte concentração populacional nas cidades-pólo, apesar da tendência de desconcentração apontada no item 2.1; a maioria dos pontos localizados no quadrante superior direito dos dois gráficos, acima da linha que delimita o valor 10,0 no eixo Y, representa, em sua quase totalidade, as cidades-pólo. Os municípios situados abaixo dessa linha participam com menos de 10% da população total de suas RMs.

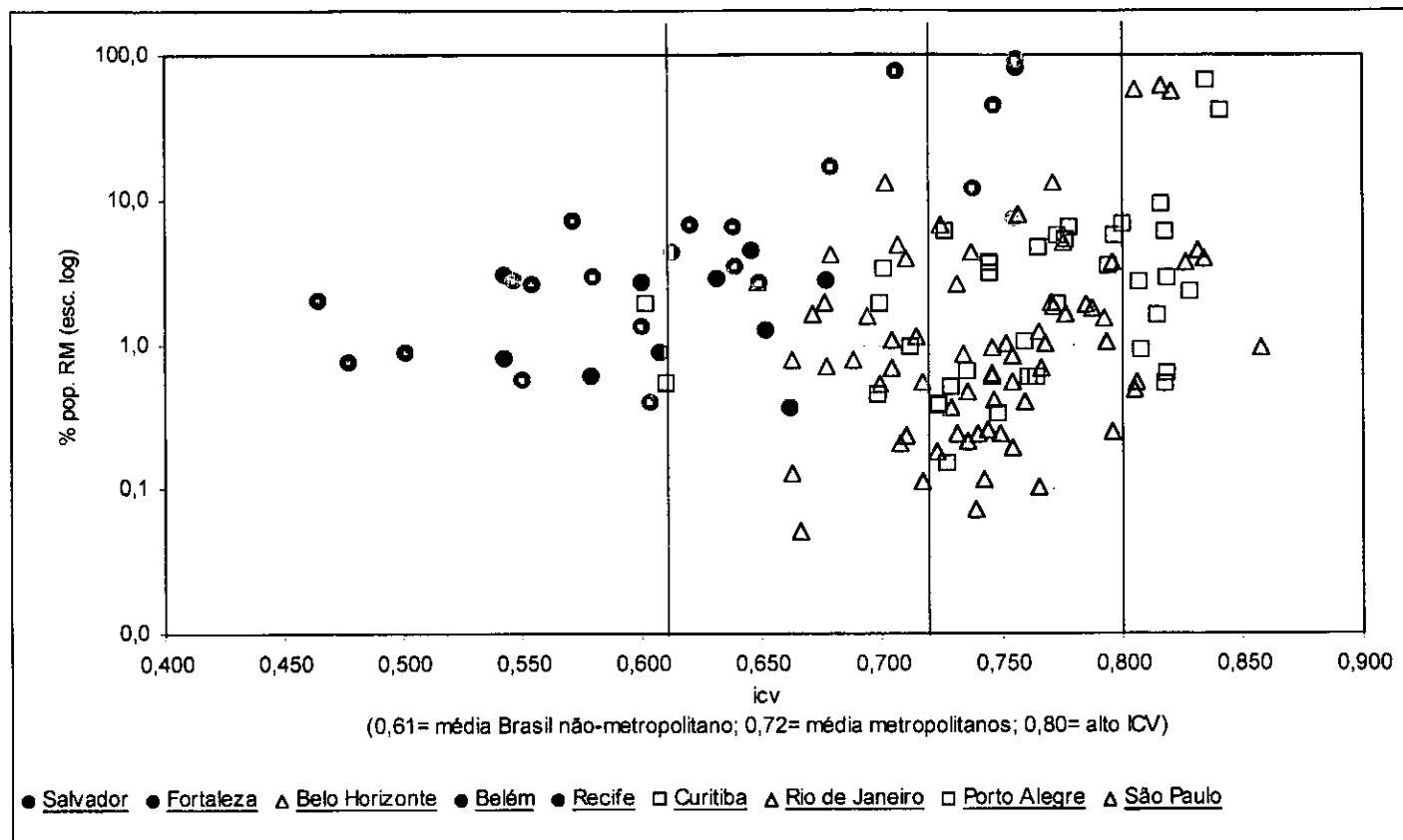
Mais importante, porém, é o fato de os municípios-pólo situados no extremo superior direito dos dois gráficos (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte) apresentarem elevados índices de desenvolvimento (IDH-M e ICV), indicando que, apesar da intensidade do processo de crescimento demográfico, esses espaços tenderam a concentrar as melhorias decorrentes do desenvolvimento socioeconômico do país no período 1970-91. Ao conjunto de municípios acima, juntam-se alguns municípios menores, nas RMs de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, que também apresentam elevado nível de desenvolvimento.

GRÁFICO 2.2 - IDH-M E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS - 1991



FONTE: PNUD (1998)

GRÁFICO 2.3 - ICV E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS - 1991



FONTE: PNUD (1998)

A contrapartida desse fato se manifesta nas condições de vida nas periferias, que tendem a apresentar menores índices de desenvolvimento, com algum grau de disparidade entre os municípios. De qualquer modo, não se trata de um nível de heterogeneidade tão acentuado como o destacado para o conjunto dos municípios brasileiros. Esse fato pode ser constatado pela análise dos gráficos 2.2 e 2.3 e da tabela 2.3. Nos dois gráficos, observa-se uma nuvem de pontos entre os valores 0,70 e 0,80, no eixo X, expressando uma aglomeração dos municípios metropolitanos no nível médio de desenvolvimento, mas próximo do nível mais elevado, contrastando com o resultado acima apresentado para o conjunto dos municípios brasileiros, cuja dualidade concentrava-se em valores inferiores a 0,70. Na tabela, verifica-se que nenhuma das regiões apresenta coeficiente de variação alto referente ao IDH-M e ao ICV, apesar de algumas apresentarem elevada diferença entre os maiores e menores escores registrados, entre as quais a RMC.

TABELA 2.3 - ESTATÍSTICAS DE VARIABILIDADE DO IDH-M E ICV POR REGIÃO METROPOLITANA - 1991

REGIÕES METROPOLITANAS	IDH-M		ICV	
	Amplitude (abs.)	Coefficiente de variação (%)	Amplitude (abs.)	Coefficiente de variação (%)
Belém	0,139	9,566	0,118	8,465
Fortaleza	0,338	19,551	0,242	13,488
Recife	0,341	18,359	0,208	11,010
Salvador	0,301	15,168	0,214	8,806
Belo Horizonte	0,221	10,364	0,157	5,920
Rio de Janeiro	0,210	9,566	0,160	6,271
São Paulo	0,186	5,947	0,195	5,591
Curitiba	0,283	10,599	0,233	8,173
Porto Alegre	0,185	5,907	0,114	3,970

FONTE: PNUD (1998)

De qualquer modo, há importantes diferenças regionais a ser ressaltadas. Observe-se nos dois gráficos que os municípios metropolitanos situados abaixo da média dos municípios não-metropolitanos são das regiões metropolitanas nordestinas, com exceção do município de Rio Branco do Sul, da RMC, que se inclui nessa posição no caso do IDH-M e do ICV. Ainda em relação às metrópoles nordestinas, registre-se que nenhuma delas situa-se no nível de alto desenvolvimento.

A região metropolitana de São Paulo destaca-se como aquela com maior proporção de população residindo em municípios com alto nível de desenvolvimento, para tanto contribuindo o peso demográfico da cidade pólo (tabela 2.4).

A RM de Porto Alegre destaca-se pela maior homogeneidade entre os municípios que a compõem (tabela 2.3). Apesar de apenas 51,3 % de sua população residir em municípios com IDH-M elevado, a quase-totalidade de seus municípios situa-se nas duas classes mais elevadas, conforme os dados da tabela 2.4. Porém, quando se analisa o ICV, que incorpora um número maior de dimensões e indicadores, essa região passa a ser a que possui a maior proporção (75%) de população vivendo em municípios com condições de vida elevada; a metade de seus municípios situa-se na classe mais elevada.

As regiões metropolitanas de Curitiba e Rio de Janeiro apresentam certa similaridade. Ambas têm mais de 60% de sua população em municípios com alto IDH-M e ICV. Mas se diferenciam de São Paulo e Porto Alegre pelo número de municípios nessa classe: apenas Curitiba, no caso da RMC, e dois no caso da RM do Rio de Janeiro (o pólo e Niterói). Além disso, as RMs de Curitiba e Rio de Janeiro apresentam vários municípios situados nas duas classes mais baixas, tanto em relação ao IDH-M quanto ao ICV, indicando maior disparidade social nesses espaços metropolitanos.

TABELA 2.4 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR CLASSE DE IDH-M E ICV - REGIÕES METROPOLITANAS E BRASIL NÃO-METROPOLITANO - 1991

REGIÕES	CLASSES DE IDH-M									
	0 --- 0,55		0,55 --- 0,69		0,69 --- 0,80		0,80 --- 1,00		TOTAL	
	Número de Municípios	% na Pop. da Região	Número de Municípios	% na Pop. da Região	Número de Municípios	% na Pop. da Região	Número de Municípios	% na Pop. da Região	Número de Municípios	% na Pop. da Região
Belém			1	6,6	1	93,4			2	100,0
Fortaleza	7	23,3			1	76,7			8	100,0
Recife	5	12,1	3	6,5	4	81,3			12	100,0
Salvador	4	5,0	4	9,1	2	85,9			10	100,0
B. Horizonte			13	24,5	5	75,5			18	100,0
Rio de Janeiro			7	29,5	4	10,2	2	60,3	13	100,0
São Paulo			6	2,3	28	26,6	4	71,1	38	100,0
Curitiba	1	1,9	4	4,7	8	27,7	1	65,7	14	100,0
Porto Alegre			1	0,2	16	48,6	5	51,3	22	100,0
Brasil não-metropolitano	2154	36,6	1314	21,7	818	32,8	68	8,9	4354	100,0

REGIÕES	CLASSES DE ICV									
	0 --- 0,61		0,61 --- 0,72		0,72 --- 0,80		0,80 --- 1,00		TOTAL	
	Número de Municípios	% na Pop. da Região	Número de Municípios	% na Pop. da Região	Número de Municípios	% na Pop. da Região	Número de Municípios	% na Pop. da Região	Número de Municípios	% na Pop. da Região
Belém			1	6,6	1	93,4			2	100,0
Fortaleza	6	16,5	2	83,5					8	100,0
Recife	5	8,1	4	27,5	3	64,4			12	100,0
Salvador	4	5,0	5	11,8	1	83,1			10	100,0
B. Horizonte			10	20,5	7	20,7	1	58,8	18	100,0
Rio de Janeiro			4	18,0	7	21,7	2	60,3	13	100,0
São Paulo			7	2,8	25	25,0	6	72,1	38	100,0
Curitiba	1	1,9	5	7,2	7	25,2	1	65,7	14	100,0
Porto Alegre					11	24,6	11	75,4	22	100,0
Brasil não-metropolitano	2063	37,6	1249	21,0	846	25,2	196	16,2	4354	100,0

FONTE: PNUD (1998)

NOTA: Para definição das classes adotou-se como referência os seguintes escores: a) IDHM: 0,55, como média dos escores dos municípios não-metropolitanos; 0,69, como média dos municípios metropolitanos; 0,80, como limite inferior dos municípios com alto nível de desenvolvimento; b) ICV: 0,61, como média dos escores dos municípios não-metropolitanos; 0,72, como média dos municípios metropolitanos; 0,80, como limite inferior dos municípios com alto nível de desenvolvimento.

Por fim, cabem alguns comentários sobre os componentes dos índices (as dimensões) que apresentam maior variabilidade, possivelmente influenciando os resultados até aqui analisados. A tabela 2.5, a seguir, evidencia que para todos os componentes do IDH-M e do ICV há maior variabilidade (coeficientes de variação mais elevados) no conjunto de municípios não-metropolitanos, reforçando o que já se mencionou sobre a menor heterogeneidade entre os municípios metropolitanos. Mostra também que a média dos escores obtidos pelos municípios, para todos os componentes, é sempre maior no caso dos municípios metropolitanos.

De qualquer modo, para os dois índices (IDH-M e ICV) são os componentes *renda e habitação* que apresentam maior variabilidade para os dois conjuntos de municípios. Essas duas dimensões nos interessam particularmente, pois estão afetadas às principais questões que se pretende trabalhar na continuidade: a questão do mercado de trabalho e seus impactos sobre a pobreza e a questão da expansão urbana, principalmente da ótica da qualidade ambiental a ela associada, e que são expressas por indicadores de infra-estrutura urbana.

TABELA 2.5 - ESTATÍSTICAS DE CENTRALIDADE E VARIABILIDADE DOS ÍNDICES POR TIPO DE MUNICÍPIO - 1991

ÍNDICES	MUNICÍPIOS NÃO-METROPOLITANOS			MUNICÍPIOS METROPOLITANOS		
	Média	Desvio padrão	CV	Média	Desvio padrão	CV
IDH-M	0,548	0,142	25,96	0,691	0,099	14,35
IDH-M longevidade	0,631	0,065	10,29	0,651	0,037	5,73
IDH-M educação	0,535	0,134	25,14	0,675	0,072	10,64
IDH-M renda	0,480	0,263	54,86	0,747	0,217	29,10
ICV	0,609	0,125	20,49	0,721	0,080	11,10
ICV longevidade	0,733	0,081	11,05	0,762	0,043	5,67
ICV educação	0,452	0,124	27,44	0,593	0,078	13,17
ICV infância	0,631	0,137	21,65	0,743	0,074	9,94
ICV renda	0,577	0,164	28,43	0,753	0,127	16,93
ICV habitação	0,649	0,193	29,75	0,753	0,123	16,38

FONTE: PNUD (1998)

Para finalizar este capítulo, seguem-se alguns comentários sobre os condicionantes da situação da RMC. Os resultados "favoráveis" relativos à situação

social da RMC resultaram de uma conjunção de fatores que marcaram o momento de inflexão do processo de metropolização de Curitiba.

A década de 70 foi um período de reversão do processo de concentração de atividades econômicas que vinha marcando a industrialização brasileira. Foi também um período de intensas mudanças no agrário brasileiro, além da alteração do padrão demográfico que acompanhou essas mudanças na base produtiva.

A metropolização da RMC resultou dessa conjunção de processos, através da intensificação do crescimento populacional decorrente dos intensos fluxos migratórios oriundos predominantemente do interior do Paraná, mas também pela sua inserção na área de desconcentração das atividades produtivas do núcleo paulista, principalmente da indústria. Durante os anos 70, a taxa de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) foi elevada e sempre em níveis superiores ao do crescimento populacional. Setorialmente, cabe destacar o crescimento do emprego industrial que apresentou taxas anuais próximas de 10%. Mesmo com a crise dos anos 80, o emprego industrial ainda apresentou certo dinamismo.

Se o processo de desconcentração industrial adquiriu uma configuração espacial pertinente à lógica de reprodução do capital industrial, por outro ele foi objeto de diversas políticas institucionais de desenvolvimento regional. De algum modo, a própria criação das regiões metropolitanas, na primeira metade dos anos 70, fazia parte desse esforço de desenvolvimento regional, bem como do planejamento da dinâmica urbana, dado o intenso processo de crescimento populacional nas principais cidades-pólo e seu entorno.

A especificidade do caso da RMC e, fundamentalmente, da cidade de Curitiba é que o processo de expansão urbana coincide com esse momento de inflexão institucional, quando, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), inicia-se todo um processo de definição de políticas urbanas, que vieram dar sustentação aos esforços de planejamento gestados no plano local. Nesse sentido, pode-se afirmar que o município de Curitiba se capacitou tanto institucionalmente como economicamente para fazer frente ao processo de metropolização que se intensificou a partir dos anos 70.

Esses fatos foram evidenciados na análise desenvolvida neste capítulo, com os indicadores de pobreza, fortemente associados à dinâmica econômica e do mercado de trabalho, apontado para a sua baixa incidência na RMC. Porém, verificou-se que para o segmento situado abaixo da linha de pobreza, a distância social em relação à média metropolitana é bastante acentuada, chamando a atenção o grau de periferização da pobreza, associado inclusive ao fato de parcela expressiva desse segmento estar situada no rural.

Por outro lado, a consideração de outras dimensões associadas ao processo de desenvolvimento suscita a necessidade de maior problematização da qualidade de vida na RMC. Como se viu, o desempenho da RMC em relação aos indicadores de desenvolvimento humano e condições de vida está relacionado à situação da cidade-pólo e de seu peso demográfico. Dentre as regiões metropolitanas do Sul/Sudeste, a RMC é a que apresenta a maior heterogeneidade entre seus municípios, expressão da diferenciação social entre pólo e periferia.

Para concluir, registre-se que esses dois índices (IDH-M E ICV) operam com uma medida de desenvolvimento em termos relativos. Alto desenvolvimento não significa necessariamente a inexistência de carências relacionadas às dimensões que esses índices medem.

3 O MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NOS ANOS 90

Neste capítulo objetiva-se verificar a evolução dos principais indicadores de desempenho do mercado de trabalho na RMC. Pretende-se, com isso, evidenciar os impactos das mudanças recentes da economia brasileira, em particular os processos de ajuste econômico e de reestruturação produtiva sobre a estrutura do mercado de trabalho regional, sustentando-se, assim, a hipótese mencionada no Capítulo 1 de crescente precarização dos postos de trabalho.

Este capítulo está organizado em três itens. No primeiro, procede-se à caracterização dos processos de ajuste econômico e de reestruturação produtiva no Brasil, objetivando apontar as principais alterações na dinâmica de acumulação econômica. Ainda neste item, será discutido o impacto dessas mudanças sobre o mercado de trabalho nacional, destacando-se a inflexão ocorrida no processo de sua estruturação, entendida esta como a crescente formalização das relações de trabalho, que resultou numa expressiva participação de postos de trabalhos sob o abrigo da legislação trabalhista, em boa medida associada à expansão do emprego industrial e em segmentos modernos do setor serviços, processo inaugurado ainda na primeira metade do século XX.

O segundo item consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos que suportam a base empírica da análise; destacam-se as principais características da base de dados utilizada, bem como os ajustes necessários à compatibilização da série histórica.

Finalmente, tem-se, no terceiro item, a avaliação dos indicadores selecionados para análise, referentes à RMC. Para efeito de comparação, serão analisadas também informações sobre as Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP), de Porto Alegre (RMPA) e de Belo Horizonte (RMBH). Com isso, objetiva-se evidenciar possíveis diferenças regionais dos processos econômicos acima mencionados.

3.1 AJUSTE ECONÔMICO E REESTRUTURAÇÃO NO BRASIL

No Capítulo 1, fez-se a caracterização dos principais traços do processo de reestruturação produtiva, nos países centrais, e seu rebatimento sobre o mundo do trabalho. Mencionou-se ainda que uma das temáticas que emergiram nos países centrais, a questão da precarização do trabalho, não se constituía em novidade histórica na experiência brasileira e de outros países da periferia capitalista. Porém, há uma atualização dessa questão à medida que se verifica, desde os anos 80, uma reconfiguração das bases do desenvolvimento capitalista no país. Como será visto adiante, pesquisadores dessa questão têm destacado dois momentos desse processo de reconfiguração, sendo que os anos 80 constituíram os anos de esgotamento de um padrão de acumulação gestado desde o pós-guerra, enquanto os anos 90 foram anos de articulação de novas bases da acumulação.

Na realidade, como propõe ALVES (2000, cap. IV), nesse período tem-se o terceiro surto de reestruturação produtiva no Brasil. O primeiro teria ocorrido a partir dos anos 50, com a constituição de um moderno parque industrial no país, sintonizado com o padrão industrial característico da Segunda Revolução Industrial e assentado na produção de bens de consumo duráveis, que teve na indústria automobilística seu principal marco.

O segundo momento é aquele ligado ao "milagre econômico" do início dos anos 70 e seus desdobramentos até o início da década seguinte. Nesse período, o aprofundamento da industrialização baseada na expansão do setor de bens de produção atingiu seu ápice e, ao mesmo tempo, deparou-se com sérios limites à sua continuidade. Vale a pena deter-se sob algumas especificidades desse período, levantadas pelo autor mencionado, posto que elas auxiliam na contextualização do período seguinte, bem como são elucidativas para se entender certos desempenhos diferenciados entre as várias regiões do país

Uma dessas questões é a natureza da crise econômica que o país viveu a partir de 1974, quando chega ao fim o milagre brasileiro. Segundo ALVES (2000), essa crise não constituiu propriamente o esgotamento do modelo de organização

produtiva baseado no fordismo, como então já se prenunciava nos países centrais. Antes, foi uma crise associada a um desequilíbrio na estrutura produtiva do país, decorrente da concentração acentuada de investimentos na indústria de bens de consumo duráveis, que implicava crescente dependência da importação de bens de capital, cujo limite era dado pela capacidade de financiamento do déficit externo que se acumulava. A liquidez de capitais, no mercado internacional, durante os anos 70, deu sobrevida ao padrão de acumulação então vigente.

Mas, nesse mesmo período, o Estado brasileiro desenvolveu uma estratégia de desenvolvimento, manifesta no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que objetivou internalizar o setor de produção de bens de capital, visando diminuir a dependência externa, e que se concretizou num conjunto de investimentos em indústrias de insumos e equipamentos – siderurgia, petroquímica, dentre outros ramos.

Desse período, têm-se alguns desdobramentos importantes para o entendimento da temática desta tese e de seu rebatimento regional. Por um lado, a concretização dessa nova estratégia de desenvolvimento teve impacto expressivo na desconcentração espacial das atividades produtivas no país. Conforme destaca CANO (1997), os fatores subjacentes a esse processo de desconcentração já se faziam presentes antes da década de 70 (a própria colonização do Paraná, dentre outras regiões, é um exemplo disso). Mas há uma potencialização dessa dinâmica, associada a novos fatores como a própria natureza da indústria que se procurou implantar, fortemente dependente da base de recursos naturais; a existência de políticas ativas de desenvolvimento regional por parte do governo federal, bem como a crescente deseconomia de escala, para alguns setores, associada à intensa urbanização da metrópole paulista. A título de ilustração: a participação de São Paulo no PIB industrial brasileiro caiu de 56,4% em 1970 para 44,0%, em 1985; apesar da persistência de profundas diferenças regionais, entre 1970 e 1995 houve uma aproximação da renda média *per capita* entre os demais Estados do Sul/Sudeste e São Paulo: em 1970, a renda em São Paulo era 2,6 vezes maior que a do Paraná, caindo para 1,4 a diferença em 1995 (CANO, 1997, tabelas 1 e 2).

A RMC constituiu-se numa das áreas de desconcentração das atividades produtivas do núcleo paulista, principalmente da indústria. Em 1970 havia, no Brasil, 6 aglomerações industriais com nível de emprego industrial superior a 50 mil postos de trabalho; em 1991, o número de aglomerações nesta categoria passou para 17.³² Curitiba ingressou nessa categoria já a partir da segunda metade dos anos 70. Dentre essas aglomerações, Curitiba apresentou, no período 1970-91, a segunda maior taxa de crescimento anual médio (6% a.a.) do emprego industrial, atrás apenas de Manaus, e superior ao crescimento populacional. Embora no subperíodo 1980-91 tenha ocorrido uma desaceleração do crescimento do emprego industrial, a RMC cresceu à taxa de 3,5% a.a., atrás apenas de Fortaleza, e novamente a taxas superiores ao crescimento populacional. Curitiba passou a ser a sexta maior aglomeração industrial do país, sendo que as 5 maiores aglomerações já o eram em 1970 - São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Campinas e Belo Horizonte.

O outro aspecto relacionado ao segundo período de modernização, intimamente associado ao anterior, diz respeito ao fato de que, apesar dos sucessivos ciclos recessivos que a economia brasileira passa a experimentar, manteve-se uma tendência de crescente estruturação do mercado de trabalho brasileiro, com aumento da participação do assalariamento formal no conjunto das ocupações, cujo auge manifestou-se em fins dos anos 70.

Além da discussão da natureza da crise dos anos 70 e seus desdobramentos, há uma outra questão levantada por ALVES (2000) que merece ser comentada. Trata-se, na verdade, de elemento fundamental em seu argumento, que entende os vários momentos de reestruturação como de aprofundamento do processo de acumulação capitalista nas condições brasileiras. Segundo esse autor, durante os anos 70 a "superexploração do trabalho no Brasil iria assumir a sua maior perversidade histórica" (ALVES, 2000, p.109). Esse fato manifestou-se pela deterioração salarial, pelo recurso a longas jornadas de trabalho, à alta rotatividade do trabalho, dentre outros aspectos.

³²Informações extraídas de DINIZ e CROCCO (1996).

Por um lado, isso revela os limites do processo de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, o qual, apesar de intensificado no período, operava num contexto macroinstitucional caracterizado, na época, por um regime autoritário que limitava movimentos reivindicativos, bem como tinha, na sua própria natureza – o caráter truncado a que se fez menção no Capítulo 1 –, o limite para o embate com as estratégias empresárias de ajuste da relação salários/lucros.

Mas há de se indagar qual o significado dessa constatação – da superexploração – sobre as questões da pobreza e das desigualdades sociais, que subjazem às condições de reprodução da população. Não há dúvida de que uma série de problemas – déficits relativos à habitação, saúde, pobreza, educação – adquiriu magnitude expressiva, principalmente quando manifesta nas grandes aglomerações urbanas. Por outro lado, e de algum modo evidenciou-se isso no capítulo anterior, há um conjunto de indicadores que aponta para a melhoria das condições de vida da população, que se concentrou nas áreas metropolitanas – por exemplo, na década de 70 a proporção de pobres no Brasil foi reduzida de quase 70% para menos de 40% da população, com quedas já não tão acentuadas nas décadas seguintes, oscilando conforme os ciclos de recessão/expansão econômicas (ROCHA, 2000b).

Parece, pois, que a tese da superexploração deve ser matizada. Em primeiro lugar, porque essa característica do processo de extração de mais-valia opera em contextos mediatizados por outras determinações que não apenas as econômicas: alguns autores têm ressaltado, por exemplo, o fato de a melhoria em alguns indicadores sociais, principalmente nos anos 80, estar associada à intensificação de movimentos reivindicatórios que marcaram o processo de transição democrática no país; além de, mesmo regimes autoritários, necessitarem desenvolver estratégias de legitimação. Mas a própria noção de superexploração não implica necessariamente um jogo de perdas absolutas; ao contrário, ela se estabelece num processo que supõe a intensificação da produção de riqueza. Nesse caso, é possível se postular a possibilidade de a riqueza ser apropriada "por todos", mesmo que de forma desigual. Esse argumento faz parte, inclusive, do arsenal filosófico do liberalismo, que afirma

que há desigualdades associadas ao crescimento econômico que são positivas. SALAMA e VALIER (1997, p.146) citam a seguinte afirmação do filósofo John Rawls: "Teoricamente, o princípio de diferença [um dos princípios do conceito de justiça de Rawls] autoriza desigualdades tão grandes quanto se quiser, a partir do momento que estas propiciam ganhos para os mais desfavorecidos, por menores que sejam". E concluem: "isto constitui, de certa maneira, o meio de justificar um processo de pauperização relativa". Na sequência de sua polêmica, SALAMA e VALIER (1997) desenvolvem vários argumentos contra esse postulado, enquanto fundamento para uma estratégia de combate à pobreza e desigualdade, mas citam os casos do México e do Brasil como experiências onde esse processo de participação desigual nos resultados do crescimento econômico pode ter servido como elemento de legitimação de seus respectivos regimes políticos.

O próprio autor que está sendo comentado (ALVES, 2000) permite que se matize a sua afirmação, exatamente ao destacar que essas fases iniciais de articulação das bases do desenvolvimento capitalista, no Brasil, representaram momentos de positividade histórica, o que as diferencia da terceira fase – a reestruturação iniciada nos anos 80. Citando-o:

o capitalismo industrial, sob a direção do Estado desenvolvimentista, possuiu uma positividade histórica, não apenas do ponto de vista do capital, mas da perspectiva do trabalho: ele constituiu um processo civilizatório que assentou as bases materiais da modernidade, ainda que hipertardia, instaurando um novo patamar de industrialização (e urbanização). A partir daí, desenvolveu-se um mercado interno, as novas classes assalariadas e, notadamente, uma nova classe operária com potencial contestatório de massa, capaz de impulsionar a democracia política (e social) no país. Surgiu uma nova sociabilidade do trabalho (e do capital) capaz de ir além dos preconceitos tradicionais locais e regionais, além de repor, num patamar superior, as contradições sócio-históricas. (ALVES, 2000, p.108).

A questão de fundo é mesmo a das desigualdades que resultaram desse processo, no sentido expresso na noção de modernização conservadora. Há contrapontos históricos que permitem situar melhor essa questão. O processo de modernização no Brasil se fez possível via intervenção do Estado, articulando capitais nacional e internacional. Mas essa intervenção – denominada de desenvolvimentista –

foi caracterizada pela priorização de investimentos públicos na infra-estrutura necessária à expansão do capital – estradas, sistemas de comunicação, etc. – em detrimento de investimentos em áreas como educação, saúde. Na realidade, essas questões começaram a ter relevância na agenda pública em meados dos anos 70, portanto após os dois primeiros surtos de modernização.

A outra característica da intervenção estatal, conforme Goldenstein (citado em LACERDA, 1999, p.86), foi seu conservadorismo, no sentido de que o processo de modernização foi conduzido sem colocar em xeque a estrutura de poder e os ativos em que esta se baseava, em particular a propriedade da terra. Contrapontos históricos são as experiências do Japão e da Coreia do Sul, onde o processo de modernização se fez precedido de medidas como a reforma agrária e a prioridade à educação, embora tenha de se ressaltar também a especificidade geopolítica desses dois países no contexto da Guerra-Fria.

Nos anos 80, verificou-se o esgotamento das bases do modelo de expansão capitalista no Brasil. Na seqüência, pretende-se considerar algumas características desse período, objetivando destacar dois pontos: as razões de certo atraso no processo de reestruturação no Brasil e os seus impactos sobre a estruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Aquela década iniciou com profunda recessão econômica, quando as restrições externas ao crescimento emergiram novamente sob a forma da crise da dívida externa, inviabilizando a continuidade da estratégia de substituição de importações. Segundo LACERDA (1999, cap.4), esse foi um período caracterizado por queda nas taxas de investimento, pelo recrudescimento da inflação, estagnação econômica e agravamento das desigualdades. O PIB *per capita*, ao fim da década de 80, situava-se no mesmo nível do início dessa década; a indústria perdeu participação no PIB; a distribuição de renda se agravou, quer se a considere em termos da distribuição pessoal – as pessoas e famílias mais ricas terminam a década detendo parcela ainda maior da renda, a qual já era fortemente concentrada no início do período –, quer em termos da distribuição funcional – a participação dos lucros na renda nacional aumenta em detrimento dos salários.

Do ponto de vista da reestruturação produtiva, há de se destacar que a tentativa de fazer frente à crise externa se deu por meio de um esforço de aumento das exportações brasileiras. Isso resultou, segundo LACERDA (1999), na dualização da produção industrial, com o segmento voltado ao setor externo, em parte estruturado no bojo dos investimentos do II PND, sendo responsável pelos momentos de dinamismo verificados nos anos 80, particularmente na segunda metade da década. Esse segmento foi responsável inclusive pela manutenção do nível de emprego no país. Os segmentos voltados para o mercado interno estagnaram e seu crescimento passou a depender dos reflexos internos do aumento da produção para exportação. Os momentos de crescimento não eram acompanhados por novos ciclos de investimento, pois a produção era ajustada em função da existência de acentuada ociosidade no parque industrial. Esse fato, aliado às restrições de financiamento externo, provocaram o atraso tecnológico da indústria brasileira, em particular dos segmentos vinculados ao mercado interno.

É considerando esse ambiente macroeconômico que ALVES (2000) propõe destacar duas fases no terceiro ciclo de reestruturação no Brasil. Os anos 80 constituíram o período que ele denomina de "toyotismo restrito". O conceito toyotismo visa abordar a emergência de uma nova lógica de racionalização do processo de trabalho, por meio da introdução de novos princípios de administração da produção e de gestão da força de trabalho. Essa lógica culminaria no que o autor denomina "captura da subjetividade do trabalhador", no sentido de que os novos meios de organização do processo de trabalho (círculos de qualidade, *just-in-time/kanban*) pressupõem um envolvimento maior do trabalhador no processo de produção, implicando inclusive o requerimento de maior qualificação do trabalhador.

As características do ambiente macroeconômico, bem como aquelas relacionadas ao desenvolvimento do conflito capital e trabalho, nesse período, fizeram com que o processo de reestruturação se limitasse a alguns segmentos da indústria, como a indústria automobilística, e que as estratégias de racionalização fossem introduzidas como meio de ajuste aos ciclos recessivos, com caráter defensivo, e não propriamente de reorganização do processo de trabalho.

Apenas nos anos 90 ocorreria o aprofundamento da modernização, com a crescente incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais. A década de 90 também iniciou com recessão econômica, tão intensa quanto à verificada na década anterior. Porém, as estratégias de ajuste empresarial assumiram outra natureza. No início dos anos 90, aprofundou-se o processo de abertura econômica, dada a adoção, pelo governo brasileiro, de uma política de liberalização econômica, preconizada por organismos internacionais, como a saída para os países periféricos retomarem o crescimento econômico, e que fora implantada em diversos países latino-americanos ainda nos anos 80. Além disso, a política industrial é reformulada em novas bases – a chamada integração competitiva, não mais objetivando a promoção da indústria nacional, mas sim a modernização dos segmentos produtivos com potencial de inserção no novo ambiente de competitividade internacional. Nesse contexto, o ajuste envolveu "as medidas seguintes: concentração em linhas de produtos competitivos; redução da diversificação da produção; terceirização de atividades e implantação de programas de qualidade e produtividade". (LACERDA, 1999, p.110).

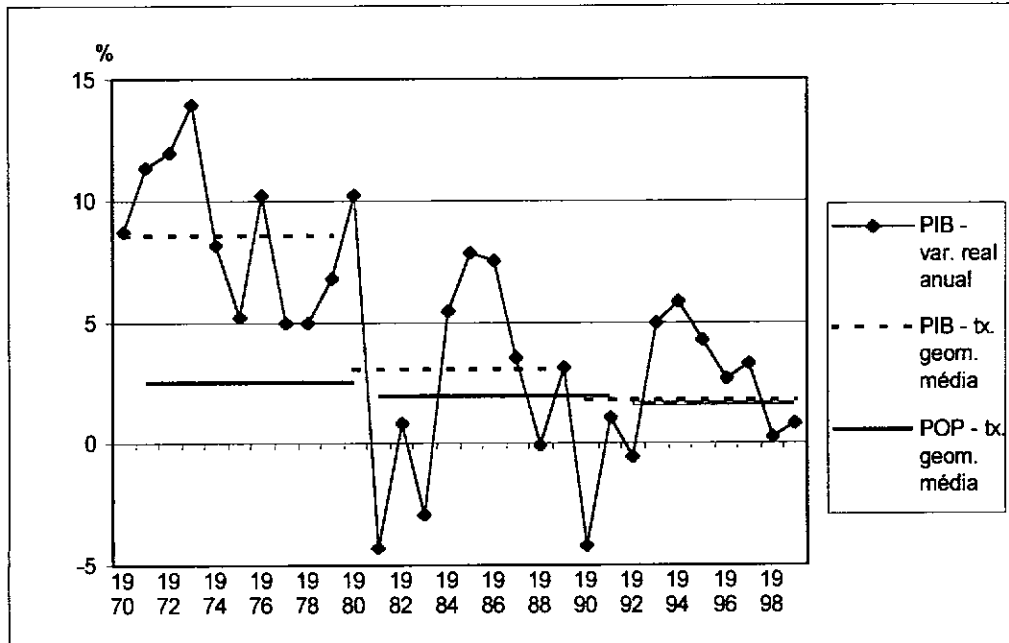
Só então o processo de reestruturação adquire caráter sistêmico, espalhando-se para outros ramos produtivos e alterando não apenas os processos de organização intra-empresa, mas também as relações no interior das cadeias produtivas.

Os gráficos que se seguem permitem visualizar os impactos sobre a produção nacional dos processos de modernização e crise desde os anos 70. O gráfico 3.1 evidencia as dificuldades, presentes desde o início dos anos 80, de se consolidar uma estratégia sustentada de crescimento, mesmo quando ganha vulto a nova etapa de reestruturação. Observe-se que há uma contínua queda, nas décadas de 80 e 90, nas taxas de crescimento médio do produto: aproximam-se das taxas de crescimento populacional, indicando uma estagnação da renda *per capita*. Na realidade, em alguns anos houve mesmo queda real do PIB *per capita*, situação que não foi mais grave devido, em parte, à desaceleração do crescimento populacional nas duas últimas décadas.

O gráfico 3.2 mostra os efeitos acumulados das crises nos últimos 20 anos. Enquanto o crescimento real na década de 70 atingiu um aumento acumulado de 150%, nas décadas seguintes situou-se, em cada uma delas, próximo a 50%, com o agravante das

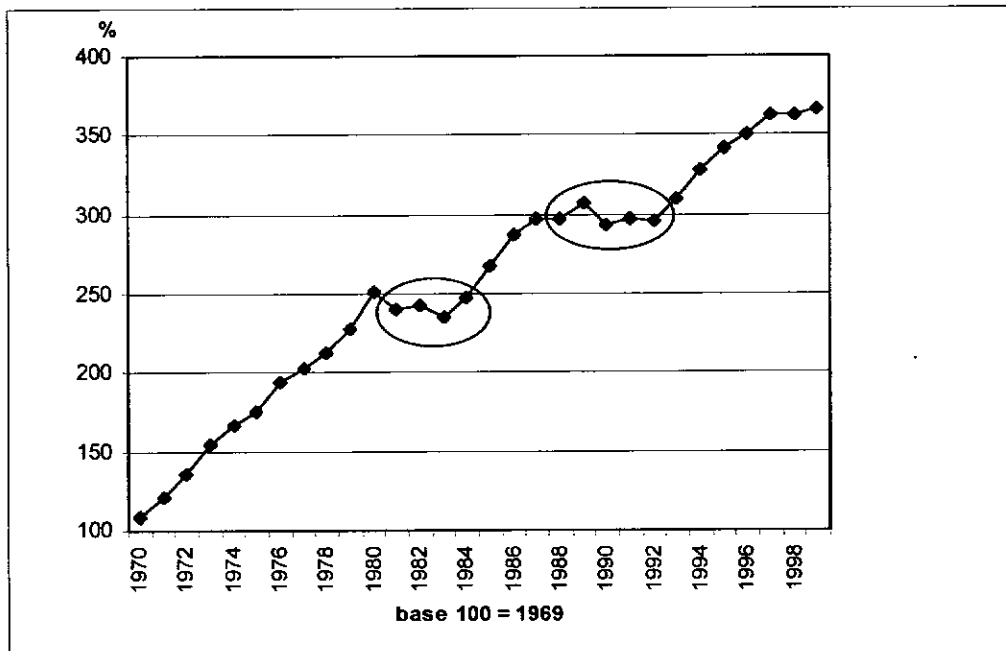
regressões verificadas no início dos anos 80 e 90, totalizando quase uma década em que o PIB apresentou taxas negativas ou abaixo da reduzida média do período.

GRÁFICO 3.1 - VARIACÃO ANUAL E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E DA POPULAÇÃO BRASILEIRA – BRASIL 1970/1999



FORNTE: IPEA (2000); IBGE (2001)

GRÁFICO 3.2 - CRESCIMENTO REAL ACUMULADO DO PIB - BRASIL 1970/1999



FORNTE: IPEA (2000)

Antes de verificar as conseqüências dessas mudanças sobre o mercado de trabalho brasileiro, há que se destacar que, embora tenha se aprofundado o processo de reestruturação, esse teve repercussões setoriais diferenciadas. Ramos ligados à base de recursos naturais (metalurgia, papel, agroindústria), a própria indústria automobilística, devido ao escopo do mercado interno/Mercosul, são setores que, embora com resultados negativos no nível de ocupação, têm conseguido fazer frente aos efeitos da abertura econômica. Outros setores como o eletroeletrônico, química fina, segmentos da indústria tradicional (calçados, têxteis) foram profundamente afetadas no seu nível de produção e emprego. Essa ressalva é importante porque ela permite associar os processos de abertura e reestruturação produtiva e o desempenho diferenciado das economias regionais.

O impacto dessas mudanças sobre o mercado de trabalho brasileiro manifestou-se desde a crise do início dos anos 80, quando aparecem os primeiros sinais de reversão da tendência de estruturação do mercado de trabalho verificado no pós-guerra. Mas a consolidação dessa quebra de tendência se efetivou nos anos 90.

O processo de estruturação do mercado de trabalho consistiu numa profunda alteração da estrutura ocupacional brasileira, mudança marcada pela presença crescente de trabalhadores vinculados aos setores organizados da economia brasileira. Essa organização expressa tanto a participação maior de atividades econômicas estruturadas em moldes capitalistas, como a crescente regulação da inserção produtiva dos trabalhadores, por meio dos estatutos trabalhistas instituídos desde a década de 30.

A expressão ocupacional da organização do mercado de trabalho manifestou-se nos seguintes aspectos: o emprego assalariado, em particular aquele formalizado, tornou-se a forma predominante de inserção dos trabalhadores; reduziu a participação das ocupações precárias (informais) na estrutura ocupacional; a expansão das novas modalidades de inserção ocupacional foi um fenômeno predominantemente urbano; embora atingindo as ocupações do setor terciário, o ritmo de expansão foi mais acentuado na indústria de transformação e construção civil. Mencionou-se, no Capítulo I, que esse processo não significou a homogeneização da estrutura ocupacional

brasileira, com a questão da informalidade sendo uma constante em todo o período. Mesmo assim, operou-se uma mudança qualitativa na estrutura ocupacional, que tem seu significado maior na extensão de uma série de direitos ligados ao trabalho.

POCHMANN (1999, cap.5) realizou um balanço dessas mudanças, fornecendo uma série de indicadores desse processo. Dentre estes, cabe destacar os seguintes, referentes ao período 1940-80: de cada 10 novas ocupações geradas nestes 40 anos, oito eram assalariadas, sendo sete registradas; o emprego assalariado com registro teve sua participação, no total da ocupação, ampliada de 12% para 50%; o setor moderno da indústria gerou, em média, 127 mil postos de trabalho a cada ano.

É esse processo que foi revertido a partir dos anos 80. Mas, como o próprio POCHMANN (1999) adverte, há de se diferenciar o desempenho do mercado de trabalho nas duas últimas décadas. Durante a década de 80, o ajuste se manifesta principalmente pela elevação do desemprego, que cresceu à taxa de 6,6% a. a. Do ponto de vista da estrutura ocupacional, o assalariamento continua sendo a forma predominante de vínculo trabalhista, mas com uma crescente participação do assalariamento sem registro. O setor industrial moderno apresenta já sinais de esgotamento, perdendo participação relativa, mas ainda com ganhos em termos absolutos.

Nos anos 90, porém, a desestruturação manifesta-se mesmo como regressão. Entre 1989-95, a participação do assalariamento no total da ocupação foi reduzida, sendo que, no caso do emprego formal, há queda absoluta, com redução média de 350 mil ocupações ao ano. Na indústria moderna, a redução média situou-se em torno de 230 mil ocupações ao ano. A taxa de desemprego dá novo salto no período, fato que se estendeu por toda a década.

O significado dessa ruptura não se resume a uma alteração do peso dos segmentos formal/informal na estrutura ocupacional. Ela acarretou uma mudança na própria dinâmica de operação do mercado de trabalho. Até os anos 70, o setor informal operava predominantemente como mecanismo de incorporação do grande excedente populacional que migrava para as cidades, dada a acentuada redução das ocupações

agrícolas.³³ As taxas de desemprego do período eram pequenas, se comparadas às constatadas nas décadas posteriores. A subutilização da força-de-trabalho excedente, pressionada constantemente pelos fluxos migratórios, tinha nas formas precárias a modalidade de sua inserção no mercado de trabalho urbano. Além dessa função de receptáculo dos fluxos migratórios, o informal alimentava o setor formal nos momentos de sua expansão. O potencial do setor informal dependia, por um lado, dos excedentes populacionais e, por outro, dos fluxos de renda gerados no setor formal, que estabeleciam os limites da demanda por bens e serviços providos pelo informal, em boa medida serviços pessoais e de reparação.

A nova dinâmica, instaurada no pós-80, significou, segundo DEDECCA (1998), a complexificação dessas relações entre os segmentos formal/informal. Este último mantém sua função de absorvedor dos fluxos migratórios. Mas a possibilidade de mobilidade para o setor moderno vê-se obstaculizada. Na realidade, adquirem densidade os fluxos em sentido contrário, com o informal passando a receber a mão-de-obra liberada pelo setor formal, em função da estagnação econômica e do processo de reestruturação produtiva. O desemprego aberto adquire maior expressão como elemento de ajuste do mercado de trabalho; as pesquisas – tanto a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) evidenciam que as taxas de desemprego nas duas últimas décadas atingiram patamares elevados, dobrando no período.

Se antes a demanda por bens e serviços providos pelo informal dependia basicamente do efeito renda do emprego formal, adquire magnitude, no período recente, a demanda gerada pelo setor moderno por produtos e serviços terceirizados.

³³As considerações sobre essas mudanças devem ser percebidas como referidas a um modelo, portanto incorrendo em certa simplificação da realidade. Por exemplo, em relação aos fluxos que se dirigem para as áreas urbanas, já se demonstrou que eles podem envolver certa diferenciação. MARANHO e CIMINELLI (1988) mostraram que, no caso da RMC, parte do fluxo migratório era constituído por pessoas com experiência de trabalho no setor urbano de suas regiões de origem, o que facilitava sua inserção ocupacional na metrópole.

A questão da mobilidade no mercado de trabalho tem implicações que transcendem a esfera propriamente produtiva DEDECCA (1998) sugere que a inserção dos migrantes rurais para o informal, mesmo que em ocupações precárias, normalmente com rendimentos inferiores aos obtidos no setor formal, não significava um processo de estagnação social. Este processo "aparecia como um modo de reprodução de seu modo de vida anterior [no sentido da flexibilidade da jornada de trabalho e de organização da atividade produtiva]...o acesso a certos serviços públicos podia ser tomado como sinônimo de um novo *status* social" (DEDECCA, 1998, p.108). Estudos sobre mobilidade social no Brasil, principalmente quando referidos aos anos 70, referendam essa hipótese.³⁴ Atualmente, os fluxos se dão em sentido contrário e seu impacto sociológico está por ser avaliado.

Outra implicação das mudanças na dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho diz respeito à questão da pobreza. De um modo geral, a informalidade está relacionada a níveis menores de rendimento, o que leva a associá-la com situações de pobreza. Vários estudos têm destacado, porém, que essa relação é mais complexa, dependendo do tipo de atividade informal e da própria dinâmica econômica – taxa de crescimento, natureza dos ajustes econômicos, características dos mercados. Ou seja, o informal é diferenciado, e as mudanças recentes o tornaram mais complexo: "a própria composição do setor informal vem evoluindo: uma fração moderna está se desenvolvendo, e sua informalidade provém da desregulamentação do estatuto de muitos trabalhadores, enquanto outra fração está passando por uma grande expansão nas atividades de estrita sobrevivência, ali onde se concentra a extrema pobreza". (SALAMA; VALIER, 1997, p.197).

³⁴Estudo realizado com dados de 1988 já indicava que a mobilidade estrutural associada a mudanças na estrutura de emprego tinha diminuído em relação aos anos 70. (SCALON, 1999).

3.2 INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO

A escolha da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, decorre de uma imposição e de algumas vantagens sobre outras fontes alternativas. A imposição refere-se ao fato de que, para a RMC, é a única fonte que apresenta uma série histórica robusta para a análise que aqui se pretende realizar. Embora, desde meados dos anos 90, tenham sido realizadas outras pesquisas na RMC – a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) –, essas foram interrompidas ou iniciadas muito recentemente, sendo que as diferenças metodológicas entre elas são bastante pronunciadas.³⁵

As vantagens da PNAD decorrem do fato de cobrir todas as regiões metropolitanas brasileiras (aquelas instituídas nos anos 70), bem como apresentar indicadores agregados para todas as unidades da federação. Além disso, as dimensões abordadas pela PNAD envolvem, além do bloco sobre trabalho, dados sobre características individuais, familiares e de habitação, escolaridade, migração e fecundidade. Tradicionalmente, os resultados da pesquisa são divulgados por meio de plano tabular padrão, sendo que, recentemente, o IBGE iniciou um processo mais amplo de disponibilização dos microdados, permitindo maior flexibilidade no uso dos dados, respeitando-se os limites de representatividade amostral. Salvo problemas operacionais, a pesquisa é realizada anualmente, com exceção dos anos em que se realizam os Censos Demográficos.

Em relação ao uso da PNAD, para caracterização do mercado de trabalho, há de se considerar que, no sistema de pesquisas que o IBGE desenvolve, a PNAD é uma

³⁵ Ambas as pesquisas foram desenvolvidas, na RMC, pelo IPARDES em parceria com a Fundação SEADE e DIEESE, no caso da PED, a qual cobriu o período 1994-97, e com o IBGE, no caso da PME, que iniciou em abril/99. A interrupção da PED foi uma decisão do governo estadual, e, de algum modo, reproduziu, no plano estadual, a disputa metodológica que se deu no plano nacional, num momento em que as taxas de desemprego "explodiram". Embora as duas pesquisas demonstrassem essa aceleração, a principal disputa era em torno do volume de pessoas atingidas pelo desemprego, o que decorre das opções teóricas e metodológicas inerentes a cada pesquisa quanto à definição das situações de desemprego. Nacionalmente, as duas pesquisas se mantiveram, embora cobrindo regiões nem sempre coincidentes, e recentemente, foi feita uma revisão do padrão da PME, alteração prevista para ser implementada em 2001.

pesquisa que objetiva captar mudanças que se expressam em períodos de tempo mais distendidos, portanto não conjunturais. Nesse sentido, por exemplo, embora ela forneça um indicador de desemprego, este não dá conta de questões como a sazonalidade anual que é característica desse indicador. No sistema IBGE, tais alterações conjunturais, no que respeita ao mercado de trabalho, são captadas via PME. Em síntese, a PNAD permite acompanhar aquelas mudanças que apresentam caráter mais estrutural.

Por razão a ser explicitada no próximo item, a construção da série histórica deveria ter por referência a situação do mercado de trabalho em algum momento dos anos 80, para se poder avaliar as mudanças ocorridas. Para tanto, foi necessário compatibilizar os dados disponibilizados pela PNAD, pois o bloco referente ao trabalho passou por reformulação a partir de 1992.

Essa alteração procurou atender à necessidade de um conjunto de informações que permitisse desvendar certas peculiaridades do mercado de trabalho brasileiro, o qual, apesar da crescente formalização, apresentava formas de ajuste aos ciclos econômicos que não se resolviam apenas pelo binômio emprego e desemprego. Questões como informalidade, subemprego e formas disfarçadas de desemprego eram percebidas como estratégias fundamentais de ajuste da oferta de mão-de-obra. O enfoque prevalecente até 1990 visava atender aos requisitos metodológicos, estabelecidos pela ONU, para construção das Contas Nacionais e, mais importante, tinha por referencial o funcionamento do mercado do trabalho nos países centrais no pós-guerra, "onde o desemprego, circunscrito àquele friccional ou conjuntural, e as ocupações precárias ou informais apareciam no mercado de trabalho como um fenômeno residual". (DEDECCA, 1998, p.107).

Assim, foram feitas algumas adequações conceituais, bem como ampliado o leque de questões pesquisadas. Para a seqüência, interessa destacar a mudança ocorrida no conceito de trabalho, no qual foi incorporada como ocupação toda atividade não-remunerada exercida por período igual ou superior a uma hora semanal (antes exigia-se o mínimo de 15 horas), bem como aquelas ocupações voltadas para

autoconsumo ou autoconstrução, respeitado o mínimo de uma hora de exercício semanal. Com isso os principais indicadores do mercado de trabalho – taxa de atividade, taxa de ocupação/desemprego – foram afetados. Estimativa realizada por DEDECCA (1998) indicou que, para o Brasil no ano de 1995, a nova metodologia implicou as seguintes diferenças: a PEA aumenta 5,9% em relação à antiga metodologia; a População Ocupada aumenta 6,5%; a População Desempregada diminui em 3,6%. Essas diferenças foram mais acentuadas nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste, provavelmente em função de os "novos" ocupados serem pessoas normalmente vinculadas às atividades agrícolas.³⁶

A adaptação aqui realizada seguiu a sugestão de DEDECCA (1998), consistindo na tradução dos resultados verificados para os anos 90 aos padrões metodológicos prevalecentes na série 1970-80 da PNAD. Procedeu-se ao reenquadramento das novas categorias ocupacionais conforme o seguinte critério:

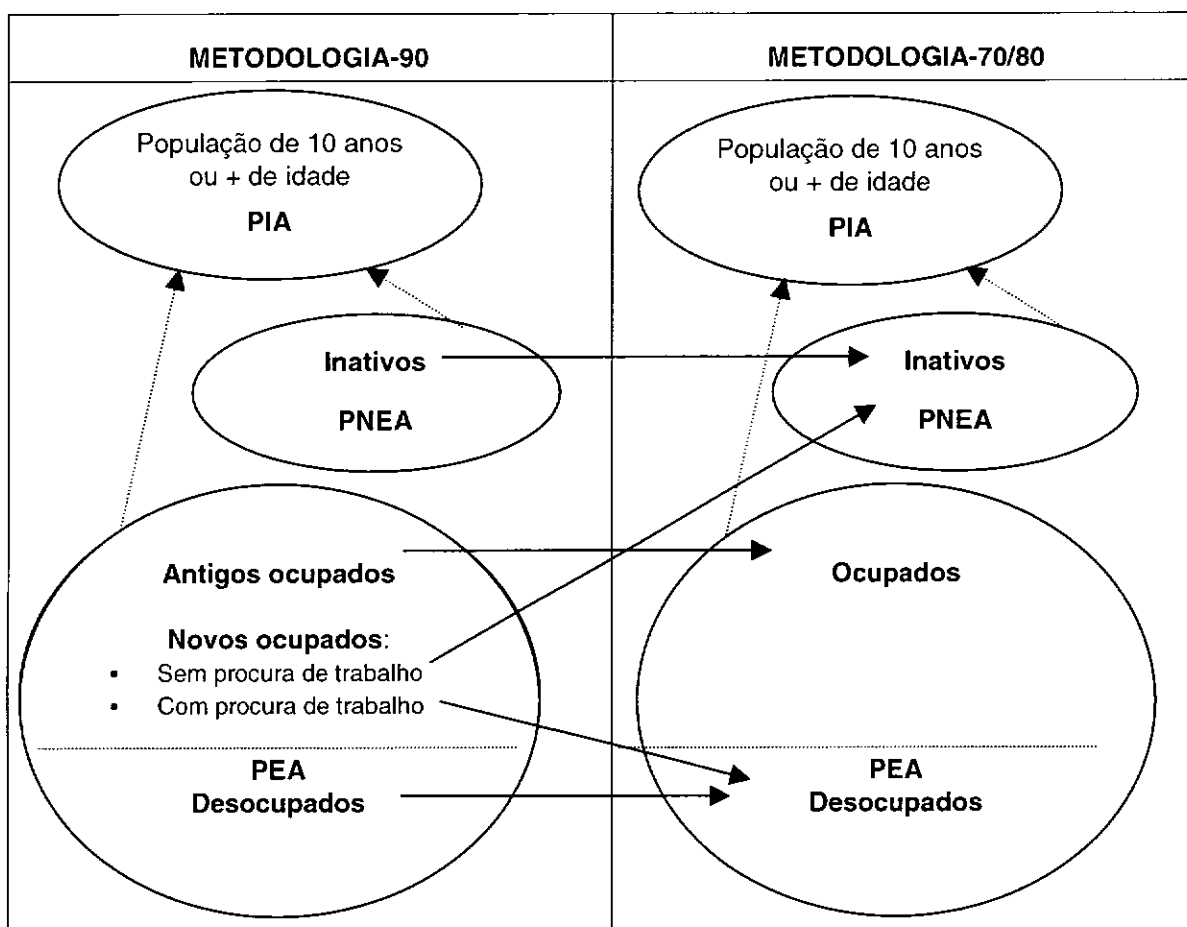
- Verificaram os casos em que os novos ocupados tinham procurado trabalho no período de referência da pesquisa (a semana que antecede à coleta de dado). Quando isso ocorria, as pessoas eram mantidas na PEA, mas tinham sua situação ocupacional alterada para a de **desocupadas**. Caso contrário, elas eram excluídas da PEA e passavam a ser enquadradas como **inativas** (figura 3.1).

Como esse ajuste foi feito a partir dos dados divulgados, e não via microdados, foi necessário, no caso dos ocupados não-remunerados com menos de 15 horas de jornada semanal, um procedimento adicional. É que, na tabela em que se apresenta o número de ocupados que procuram outro emprego, a categoria não-remunerados não está desagregada em função da jornada de trabalho. Ou seja, só é possível saber a parcela que busca novo trabalho para a totalidade da categoria de não-

³⁶Além do trabalho citado (DEDECCA, 1998), uma avaliação das implicações dessas mudanças metodológicas, particularmente das estimativas das ocupações agrícolas, foi realizada em SILVA e DEL GROSSI (1997).

remunerados. Diante disso, optou-se por aplicar essa mesma taxa àquele segmento específico cuja jornada era inferior a 15 horas de trabalho.

FIGURA 3.1 - PRINCIPAIS AGREGADOS DO MERCADO DE TRABALHO NAS DUAS VERSÕES DA PNAD



Os resultados desses ajustes, para o conjunto das RMs, no ano de 1995, indicavam uma diferença máxima, entre a metodologia 1990 e a de 1970-80, de 2,54% no caso da PEA e de 2,95% no caso dos ocupados, bem inferior à observada por DEDDECA (1998), no mesmo ano, para o Brasil. Considerando-se os demais anos da década de 90, a maior diferença foi observada em 1992, na RM de Belo Horizonte: 3,98 % para a PEA e 4,96 % para os ocupados. Infere-se, assim, que eventuais distorções associadas a esse tipo de ajuste tendem a ser menores no nível das regiões metropolitanas, dado o menor peso, nelas, das categorias recentemente incorporadas na condição de ocupados.

Maior problema ocorre, quando se trabalha com as séries históricas da PNAD, com as estimativas de volumes populacionais. A PNAD é uma pesquisa amostral que utiliza, como procedimento de estimação, um único fator de expansão para cada domínio de pesquisa: projeções populacionais, realizadas de forma independente, a partir dos resultados dos Censos Demográficos. Os domínios de pesquisa da PNAD são cada uma das regiões metropolitanas, unidades da federação, macrorregiões nacionais e o país. Para cada um desses domínios é calculado um fator de expansão com base nas projeções populacionais, aplicado então sobre as estatísticas derivadas da pesquisa amostral.

Dois tipos de problemas decorrem desse procedimento. Por um lado, ao trabalhar com uma única projeção populacional, eventuais mudanças intercensitárias nas suas variáveis, como sexo, rural/urbano, idade, podem afetar os resultados. Além disso, como a projeção vale para todo o período intercensitário, normalmente uma década, eventuais erros de projeção podem levar à sub ou superestimação dos contingentes populacionais.³⁷

Esse fato levou à necessidade de se recalcular as estimativas de população total para a RMC, para posterior estimativa dos agregados populacionais derivados da PNAD. O quadro abaixo apresenta os resultados das novas estimativas feitas a partir dos resultados censitários de 1980, 1991 e 2000, comparando-as com as divulgadas pelas PNADs. Normalmente, as diferenças tendem a ser acentuadas para os anos mais distantes em relação aos anos censitários precedentes. Observa-se que, em 1989, a PNAD superestimava em 390 mil pessoas (21%) a população da RMC, sendo que o volume populacional estimado para aquele ano só se concretizou mais de ½ década depois.

³⁷Além dos trabalhos de DEDECCA (1998) e SILVA e DEL GROSSI (1997), as implicações dessas questões foram tratadas por ARIAS (1998). Ressalte-se que esses problemas afetam todos os quesitos pesquisados pela PNAD e não apenas referentes ao trabalho.

QUADRO 3.1 - ESTIMATIVAS POPULACIONAIS - RMC - 1989-2000

(Por mil pessoas)

ESTIMATIVAS	1989	Censo 1991	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Censo 2000
PNAD (1)	2.275		2.081	2.097	2.174	2.211	2.464	2.530	2.596	
Nova estimativa (2)	1.885	2.001	2.065	2.132	2.271	2.344	2.420	2.498	2.578	2.661
Diferença (1 - 2)	390		16	-35	-96	-133	44	32	18	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 1980-2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1989-1999

NOTA: As estimativas correspondem ao contingente populacional residente nos municípios que integram o antigo perímetro metropolitano, o qual foi alterado durante os anos 90. Toda a série PNAD dos anos 90 é representativa para a antiga delimitação. As taxas geométricas de crescimento utilizadas para a nova estimativa são 3,03 %, para o período 1980/91, e 3,22 %, para o período 1991-2000.

Nos anos 90, tende-se a subestimar a população, fato revertido na segunda metade da década; essa mudança de tendência possivelmente se relaciona ao fato de, nessa década, ter sido realizada uma contagem populacional no período intercensitário, em 1996, permitindo a revisão das projeções populacionais. De qualquer modo, nos anos 90 as discrepâncias são bem menos acentuadas.

Dadas essas dificuldades, o bom senso recomenda que se utilizem preferencialmente as estatísticas (taxas, médias, etc.) fornecidas pela PNAD e que se mantenha a parcimônia quando do recurso às estimativas populacionais. Essa será a estratégia adotada no próximo item, com a análise recorrendo basicamente ao conjunto de indicadores selecionados, com menções às estimativas apenas quando necessário, nesse caso considerando-se os ajustes acima mencionados.

3.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Para avaliar em que medida as mudanças referidas no item 3.1 manifestaram-se na Região Metropolitana de Curitiba, foi selecionado um conjunto de indicadores relacionados às principais questões discutidas: fundamentalmente, à evolução do nível de ocupação; o grau de formalização do mercado de trabalho; a participação da indústria de transformação e os reflexos sobre os níveis de rendimento.

A série histórica corresponde a todos os anos, a partir de 1992, para os quais se dispõe de dados da PNAD; em 1994, a mesma não foi realizada. Para a comparação,

foi escolhido o ano de 1989 como base da série. Nesse ano verificou-se o melhor desempenho do mercado de trabalho brasileiro após a crise do início dos anos 80, e, embora nele já se evidenciassem sinais de ruptura do processo de estruturação, a estrutura ocupacional ainda mantinha características próximas às do período de auge daquele processo. Além disso, o ano de 1989 correspondeu ao último em que se verificou, nas duas últimas décadas, certa sincronia entre crescimento econômico e aumento da ocupação/queda do desemprego. Ou seja, a partir de então, os momentos de recuperação do nível de atividade não implicaram aumento do emprego.³⁸ (POCHMANN, 1999, p.83).

Para a construção do indicador de formalização, seguiu-se a categorização proposta por CARDOSO JR e FERNANDES (2000), a qual na realidade é similar a outras tentativas de delimitação dos segmentos formal/informal presentes na literatura especializada. Trata-se de uma categorização que não dá conta da complexidade própria a esses dois segmentos, mencionada anteriormente, mas, além de permitir captar as principais linhas de estruturação do mercado de trabalho, é o recorte possível de ser feito, dado o nível de desagregação das informações publicadas.

Assim, os ocupados foram agrupados em dois grandes conjuntos: o setor **estruturado**, que engloba todos os assalariados com registro de carteira (inclusive trabalhadores domésticos) e funcionários públicos que possuem estatuto próprio; o setor **pouco estruturado** (informal), que envolve os assalariados sem carteira, os trabalhadores por conta-própria e os não-remunerados. Os empregadores foram enquadrados à parte, pois se trata de um grupo bastante díspar, podendo incluir tanto um grande empresário, como o dono de um pequeno negócio, que se diferencia de um conta-própria apenas por empregar um ou outro trabalhador.

Juntamente com os indicadores da RMC, serão apresentados também os referentes às Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP), de Porto Alegre (RMPA) e de

³⁸ Apenas no último trimestre de 1999 essa sincronia foi retomada, restando por verificar a sustentação dessa mudança.

Belo Horizonte (RMBH).³⁹ A escolha deveu-se ao fato de essas pertencerem aos Estados, com regiões metropolitanas instituídas, que mais se beneficiaram do processo de desconcentração econômica que resultou da modernização dos anos 70, portanto onde foi mais intenso o processo de estruturação do mercado de trabalho. Nos casos da RMSP e da RMPA, soma-se o fato de elas, historicamente, apresentarem os melhores indicadores sociais, juntamente com a RMC, entre as regiões metropolitanas brasileiras.

Fatores de ordem demográfica – queda na taxa de fecundidade, aumento da expectativa de vida e, particularmente no caso das grandes aglomerações urbanas, a migração – refletem-se no mercado de trabalho, aumentando o contingente potencialmente apto a entrar no mercado. Os dados da tabela 3.1, a seguir, mostram que a relação PIA/População aumentou nos anos 90, com todas as regiões terminando a década com mais de 80% da sua população em idade de trabalho.⁴⁰ A RMC foi a região onde o crescimento dessa relação foi menos acentuado. Porém, isso não significa que, em termos absolutos, o aumento da PIA tenha sido menor nela. A hipótese⁴¹ provável é a de que essa relação esteja refletindo as características do movimento migratório em direção à RMC, com a presença mais acentuada de famílias recém-formadas, casal e filhos menores.

Na realidade, o crescimento da PIA, na RMC, atingiu 40,1%, no período 1989-99, com um incremento absoluto de quase 600 mil pessoas em idade de trabalho (tabela 3.2). Mas o indicador mais importante, para se medir a pressão populacional sobre o mercado de trabalho, é a taxa de atividade, que fornece a proporção de pessoas que de fato buscaram se inserir nesse mercado, seja na condição de ocupados, seja na de desempregados. Diferente do indicador anterior, a taxa de atividade é mais sensível

³⁹O Anexo 4 apresenta os indicadores para todas as Regiões Metropolitanas.

⁴⁰A PNAD considera como membros da PIA todas as pessoas de 10 anos de idade ou mais. Embora a legislação vete o trabalho a menores de 14 anos, parcela deles participa do mercado de trabalho.

⁴¹Dadas as dificuldades de trabalhar com as estimativas populacionais publicadas pela PNAD, conforme mencionado no item 3.2, e o não acesso aos dados que permitissem o mesmo ajuste que foi feito para a RMC, torna-se impossível fundamentar a afirmação.

à conjuntura econômica: é possível, por exemplo, em recessões mais prolongadas, ocorrer o desestímulo à busca de emprego, dadas as dificuldades de sucesso e o custo da busca do trabalho, situação que caracteriza o desemprego por desalento, provocando assim uma queda na taxa de atividade.

TABELA 3.1 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA - PIA - NO TOTAL DA POPULAÇÃO E TAXA DE ATIVIDADE - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989/99

REGIÕES METROPOLITANAS	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Curitiba								
PIA / População total	78,58	78,46	80,41	80,25	80,73	79,78	80,64	80,50
Taxa de atividade (PEA / PIA)	58,60	59,61	55,97	61,31	61,16	61,83	60,88	61,87
Porto Alegre								
PIA / População total	79,30	80,43	80,70	81,44	82,15	81,96	82,30	82,27
Taxa de atividade (PEA / PIA)	59,15	61,07	59,69	60,90	59,88	60,62	61,31	61,20
São Paulo								
PIA / População total	79,38	80,34	80,19	82,41	82,49	82,58	84,22	83,59
Taxa de atividade (PEA / PIA)	56,92	58,13	58,39	57,96	57,30	58,03	59,25	58,66
Belo Horizonte								
PIA / População total	77,69	79,48	79,70	81,03	81,30	80,97	81,53	82,30
Taxa de atividade (PEA / PIA)	59,14	56,62	57,51	58,09	58,43	60,41	59,50	61,01

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1989-1999

Apesar das variações conjunturais, observa-se que a taxa de atividade apresentou tendência de crescimento nas quatro RMs, superando 60%, com exceção de São Paulo. O incremento desta taxa foi mais intenso na RMC, passando de 58,6%, em 1989, para 61,9%. A PEA, nessa região, teve incremento relativo de 48,0% e absoluto de 416 mil pessoas. Ou seja, a cada ano o número de pessoas buscando se inserir no mercado de trabalho aumentava em aproximadamente 42 mil pessoas (tabelas 3.1 e 3.2). Resta saber em que condições se deu essa inserção.

Verificou-se, no item 3.1, que uma das formas de ajuste à crise e ao processo de reestruturação foi o aumento do desemprego, associado à maior participação de pessoas no mercado de trabalho – aumento da PEA – e/ou devido à queda no nível de ocupação. Do conjunto de indicadores que aqui estão sendo analisados, o referente à taxa de ocupação é o que apresenta maior similaridade dentre todas as regiões metropolitanas, no sentido da contínua queda do nível de ocupação, portanto de aumento do desemprego. O gráfico 3.2, a seguir, apresenta a evolução da ocupação nas

quatro regiões selecionadas. Dois aspectos merecem comentário: 1) nos momentos em que houve ligeira melhoria da ocupação, esta não voltou para o patamar inicial; 2) no início da série, havia convergência no nível de ocupação nas quatro regiões, com posterior divergência principalmente ao fim do período.

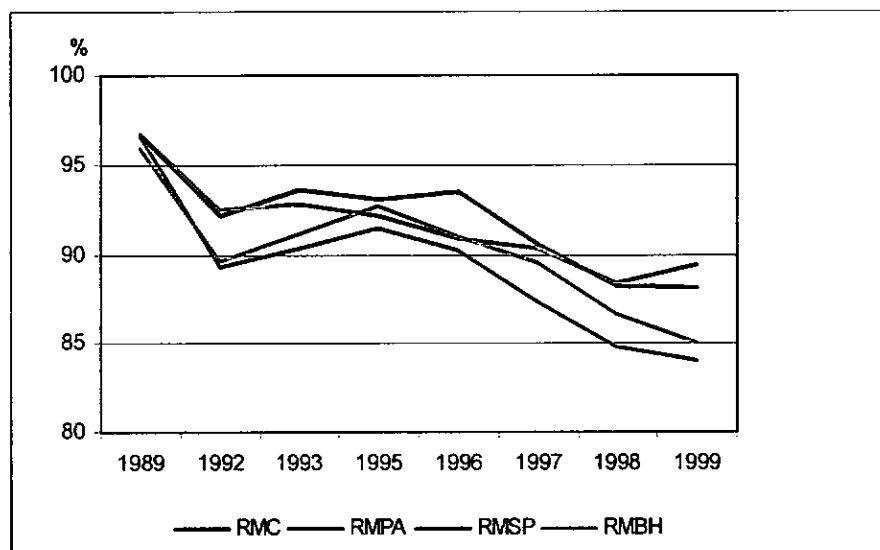
TABELA 3.2 - POPULAÇÃO TOTAL, EM IDADE ATIVA, ECONOMICAMENTE ATIVA E OCUPADA - RMC - 1989-99

(Por mil pessoas)

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	RMC							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
População total	1.885	2.065	2.132	2.271	2.344	2.420	2.498	2.578
PIA	1.481	1.620	1.714	1.823	1.893	1.931	2.014	2.076
PEA met 70_80	868	966	959	1.117	1.157	1.194	1.226	1.284
Ocupados met 70_80	839	890	898	1.040	1.081	1.080	1.082	1.132

FONTE: Estimativa realizada pelo autor com base em IBGE - Censo Demográfico 1980-2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1989-1999 (ver observações no item 3.2).

GRÁFICO 3.3 - TAXA DE OCUPAÇÃO - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989/99



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1989-1999

Assim, o ajuste via desemprego deu-se de forma mais intensa nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte, nas quais o nível de ocupação, em 1999, situava-se em mais de 10 pontos percentuais abaixo do registrado no início da série. Embora com menor intensidade, a queda no nível de ocupação em Curitiba e Porto Alegre também foi alta, com diferença em relação ao início do período superior

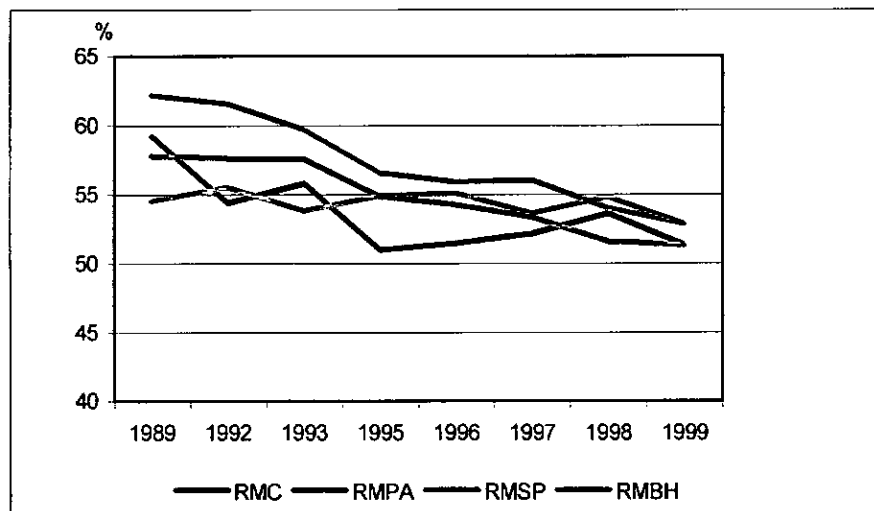
a 7 pontos percentuais. Na RMC, comparando-se os extremos da série, o número de desempregados aumentou em mais de 400%, com incremento absoluto de 123 mil pessoas; em 1999, o contingente de desempregados, segundo a PNAD, totalizava 152 mil pessoas. Apesar da melhoria do nível de ocupação, no período de implementação do Plano Real, o volume de desempregados foi crescente em todo o período, com exceção dos anos 1993 e 1996.

Os indicadores seguintes referem-se ao nível de estruturação do mercado de trabalho e objetivam apreender em que medida esse mercado foi afetado pelo desempenho medíocre da economia na década de 90. A participação do setor estruturado – emprego formal – no total das ocupações geradas apresentou forte redução na primeira metade dos anos 90 (gráfico 3.4). Ao contrário do indicador analisado acima – a taxa de ocupação –, o indicador do nível de formalização apresenta maior contraste entre as regiões selecionadas. Belo Horizonte praticamente mantém o nível de estruturação em todo o período; ressalte-se que, em comparação com as demais selecionadas, ela possuía o mercado com menor grau de estruturação no início da série.

São Paulo apresentou certa recuperação no grau de estruturação, no pós-Real, mas terminou em queda no final do período. Porto Alegre manteve o grau de estruturação no início da década, mas na seqüência houve redução contínua. A RMC apresentou comportamento similar à de São Paulo, cabendo ressaltar que, no seu caso, a recuperação do nível de estruturação foi mais longa, durando três anos – 1995-98, sendo interrompida pela forte redução da atividade econômica no final da década.

Ao final do período, as quatro regiões se assemelham em relação ao nível de estruturação, comportamento oposto ao verificado no caso do indicador do nível de ocupação. Juntamente com a região metropolitana do Rio de Janeiro, que apresentou comportamento similar à de Belo Horizonte, forma-se um bloco de regiões metropolitanas com nível de estruturação ainda superior a 50%, enquanto as RMs do Nordeste mantêm sua posição sempre abaixo desse patamar. Cabe destacar o caso de Salvador, que possuía, no início do período, um nível de estruturação superior a 50%.

GRÁFICO 3.4 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE OCUPADOS DO SETOR ESTRUTURADO NO TOTAL DE OCUPADOS - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989-99



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1989-1999

No caso da RMC, o número de ocupados no setor estruturado, em 1999, era apenas 17% superior ao de 1989, período em que o total da ocupação expandiu 35%. No setor estruturado encontravam-se, em 1999, 581 mil pessoas. O setor informal teve seu contingente aumentado em 178 mil pessoas, crescimento de 56% na década, totalizando, em 1999, 492 mil pessoas (tabela 3.3). Assim, constata-se que o ajuste também se deu via precarização das ocupações, mas deve-se ressaltar que a maior parcela do crescimento do informal, em termos absolutos, se deu na primeira metade dos anos 90; entre 1996-98, houve mesmo uma queda desse contingente, o qual, porém, aumentou expressivamente em 1999.

TABELA 3.3 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO NÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO - RMC - 1989-99

(Por mil pessoas)

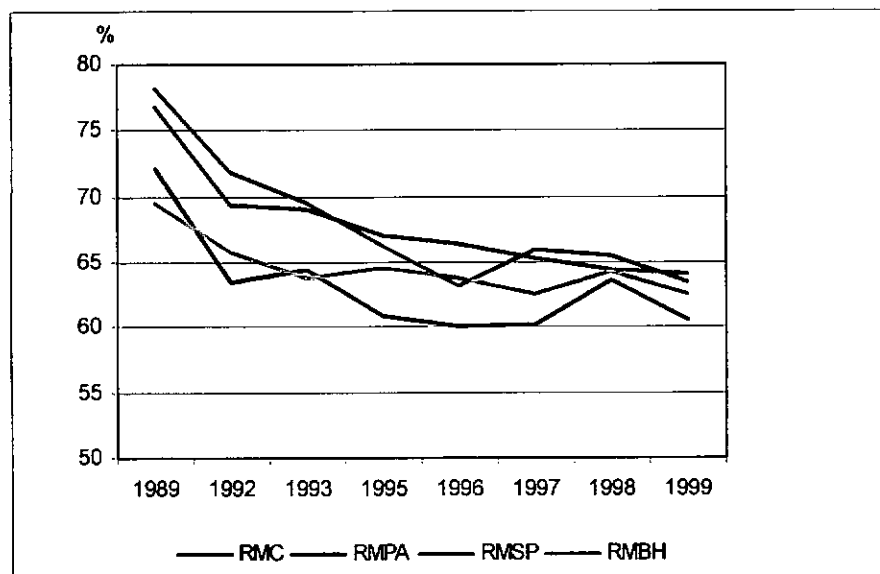
NÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Setor estruturado	497	484	501	530	557	564	581	581
Setor pouco estruturado	314	368	351	445	464	454	443	492
Empregadores	28	38	44	64	58	62	58	59

FONTE: Estimativa realizada pelo autor com base em IBGE - Censo Demográfico - 1980-2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1989-1999 (ver observações no item 3.2)

NOTA: A diferença entre o total de ocupados (tabela 3.2) e o total das três categorias desta tabela deve-se aos casos de ocupados que não declararam sua situação ocupacional.

O indicador de estruturação expressa o nível de organização do mercado de trabalho e, nesse sentido, permite identificar o núcleo de trabalhadores sob o abrigo da legislação trabalhista. Mas, quando se amplia a ótica de análise, pensando a questão dos direitos no âmbito da seguridade social, que envolve direitos futuros, como a aposentadoria, um elemento importante a ser destacado é o da contribuição à Previdência. A possibilidade de realizar essa contribuição não se limita ao segmento formal, podendo ser feita na condição de autônomo. O gráfico 3.5, a seguir, mostra o percentual de ocupados que realizava essa contribuição, observando-se um comportamento quase idêntico ao do antecedente. Registre-se que a queda no nível de contribuição não se deveu apenas à redução do setor formal; ela atingiu parcela do informal que antes conseguia "garantir o futuro", configurando uma outra dimensão do problema da precarização.

GRÁFICO 3.5 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE OCUPADOS CONTRIBUINTES DA PREVIDÊNCIA NO TOTAL DE OCUPADOS - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989-99



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1989-1999

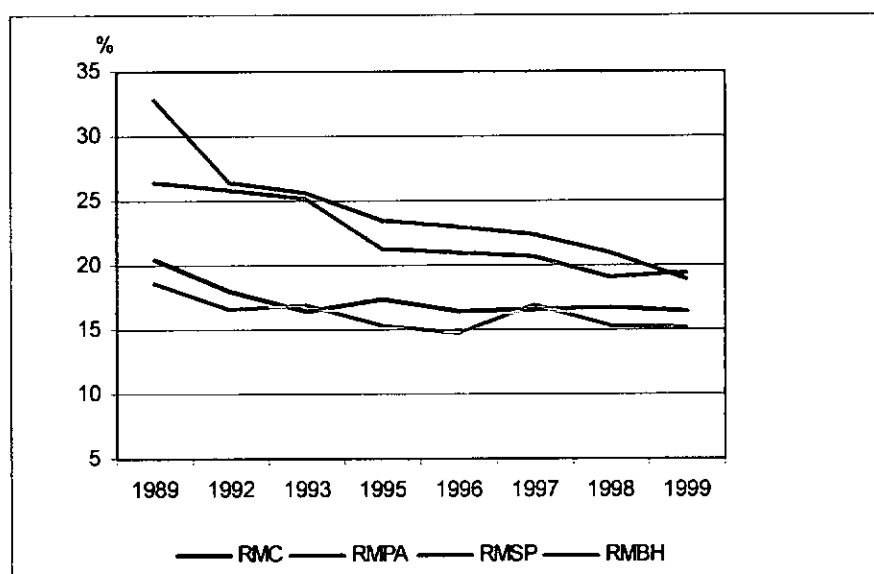
Embora o ajuste e a reestruturação tenham atingido os vários setores econômicos, foi particularmente intenso o seu impacto sobre a indústria, carro-chefe dos processos modernizantes antes dos anos 80. Além disso, foi em relação ao PIB industrial que o processo de desconcentração da atividade econômica, no período 1970-95, mais

atingiu o núcleo da economia nacional – São Paulo; ressalte-se que a queda na participação relativa desse Estado, no PIB industrial, manifestou-se antes da crise dos anos 80 (CANO, 1997, p.112). Como contrapartida, algumas regiões tiveram seu parque industrial ampliado, adquirindo maior expressão na produção e emprego industrial.

O gráfico 3.6, a seguir, evidencia que São Paulo foi a região metropolitana em que a queda na participação do emprego industrial foi mais intensa, a qual passou de aproximadamente 33% para menos de 20%. A outra região onde a redução foi expressiva é Porto Alegre, cuja participação foi reduzida em sete pontos percentuais no período. Ressalve-se que, apesar disso, no conjunto das nove regiões metropolitanas, São Paulo e Porto Alegre terminam o período como as regiões onde o emprego industrial tem maior peso.

Comparativamente, o impacto foi menor nas regiões de Curitiba e Belo Horizonte. Observe-se ainda, no caso da RMC, que após a crise do início da década, o nível do emprego industrial se estabiliza em torno de 17% do total da ocupação. O número de pessoas ocupadas na indústria, conforme as estimativas refeitas com base na PNAD, aumentou em 9% no período 1989/99, totalizando 186 mil pessoas no último ano; considerando-se o desempenho após a crise, teve-se um aumento, em 1993-1999, de 27% no emprego industrial.

GRÁFICO 3.6 - PERCENTUAL DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA NO TOTAL DE OCUPADOS
- REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989-99



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1989-1999

Em relação às demais regiões metropolitanas que tinham uma participação relevante do emprego industrial, observa-se que Salvador teve um comportamento similar ao de Belo Horizonte, terminando a década em patamar de participação do emprego industrial próximo ao dessa região e à de Curitiba. Por sua vez, o Rio de Janeiro apresentou uma curva evolutiva com inclinação igual à de São Paulo, só que em outro patamar, terminando a década com uma participação do emprego industrial abaixo de 10% (Anexo 4).

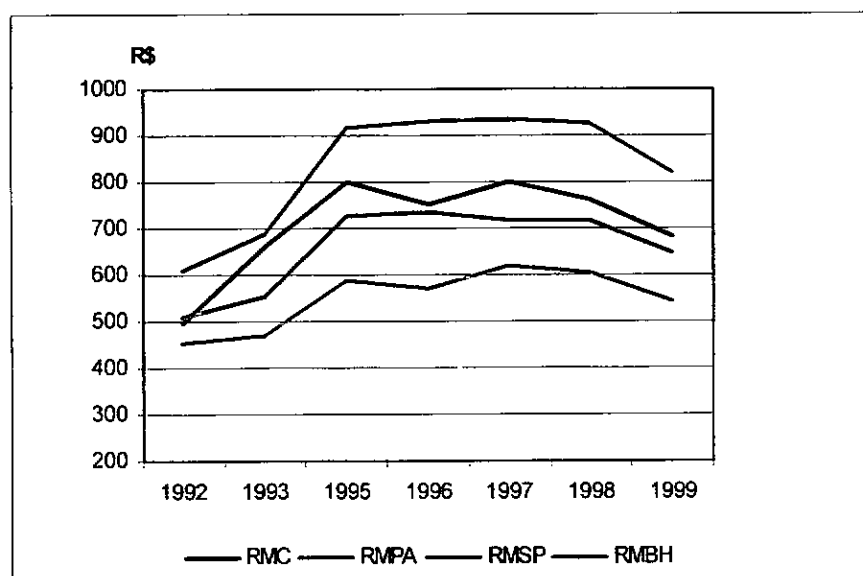
Um outro aspecto relativo ao emprego industrial é que, mesmo onde ele se estabilizou em termos de sua participação relativa, houve mudança na sua qualidade, com a ocupação com registro em carteira diminuindo sua participação no total do emprego industrial. As regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba possuíam o maior grau de formalização do emprego industrial, em 1989, quando de cada 100 ocupados na indústria, 85 tinham registro em carteira; em 1999, essa participação era inferior a 75%. Essa mudança poder estar relacionada à estratégia das indústrias de ajuste de sua demanda por mão-de-obra num ambiente de instabilidade econômica e/ou refletindo as novas articulações entre os setores formal/informal, comentadas no item 3.1, por meio da terceirização de atividades pelo setor moderno da indústria; nesse caso representando uma mudança de caráter mais estrutural, cujo significado provável seria um papel diferenciado para a indústria na estruturação do mercado de trabalho no futuro.

Provavelmente, o impacto do processo de precarização do trabalho só não foi mais intenso devido ao sucesso do Plano Real na contenção da inflação. Não apenas por eliminar o "imposto inflacionário" do qual os segmentos de baixa renda não tinham como se proteger, mas também porque, num primeiro momento, junto com o pequeno surto de crescimento que acompanhou esse plano houve ganhos substanciais de renda para os segmentos de baixa renda. Trabalhando com rendimentos de todas as fontes (trabalho principal e secundário, pensões, aluguéis), ROCHA (2000b, p.5) mostra que, no período 1993-95, o rendimento real das pessoas mais pobres aumentou em 100%, dentre aqueles situados no primeiro decil da distribuição, e em quase 50%,

para os situados no segundo decil. Como a própria autora destaca, há de se relativizar o impacto desses aumentos, dado que eles incidem sobre uma base de renda, nesses estratos, extremamente baixa. Além disso, já a partir de 1997 nota-se uma reversão, com quedas reais em quase todos os estratos de renda. De qualquer modo, foi de fato uma inflexão expressiva e seus efeitos ainda perduram, quando se compara o nível de rendimento recente com os primeiros anos da década.⁴²

Esse desempenho foi registrado em todas as regiões metropolitanas, como se pode observar no gráfico 3.7, a seguir. A RMC apresentou, em quase todo o período, o segundo maior nível de rendimento do trabalho. Nos anos em que isso não ocorreu, a posição foi ocupada pelo Rio de Janeiro que, após uma queda acentuada, vem registrando incrementos maiores. Na realidade, essas duas regiões formam, juntamente com Porto Alegre, o espaço metropolitano de maiores rendimentos, depois de São Paulo. No patamar seguinte encontram-se Belo Horizonte, Salvador e Belém, e na base, com os menores rendimentos médios, situam-se Recife e Fortaleza.

GRÁFICO 3.7 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 1989-99



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1989-1999
 NOTA: Valores corrigidos para set-99 - IBGE/INPC.

⁴²Não foi possível, por falta de dados, iniciar a série de rendimentos em 1989.

O conjunto de indicadores analisados permite que se façam algumas inferências sobre os impactos dos processos de ajuste econômico e reestruturação nas regiões metropolitanas brasileiras. Durante a análise, deu-se ênfase a dois tipos de impactos sobre o mercado de trabalho: os ajustes via desemprego e via precarização da ocupação.

Conforme se destacou, o ajuste via desemprego foi a tendência com maior similaridade entre todas as regiões e incidiu, de modo crescente, em toda a década. Mesmo assim, ele foi mais intenso nas regiões metropolitanas de Salvador, São Paulo e Belém; e menos intenso em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Fortaleza.

A precarização do trabalho apresentou maior variabilidade entre as regiões. Ela se manifestou de modo mais acentuado exatamente naquelas regiões que iniciaram a década com maior nível de estruturação de seus mercados: São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. Ao final da década, havia uma convergência negativa dessas regiões quanto ao seu nível de estruturação, às quais se reuniam o Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Situada num patamar abaixo quanto ao grau de estruturação, destaca-se Salvador, onde o processo de precarização também foi expressivo.

Dentre as quatro regiões selecionadas, observou-se que apenas Belo Horizonte apresentou certa estabilidade no nível de estruturação, sendo que a mesma era, dentre as selecionadas, a que iniciou a década com a menor participação do setor estruturado no conjunto da ocupação. Mas, ressalte-se, Belo Horizonte foi uma das quatro regiões onde o ajuste via desemprego foi mais intenso.

Quando se introduz a participação do emprego industrial como variável de análise, o quadro da precarização torna-se mais complexo. Como se pode ver, a queda do emprego industrial foi mais acentuada em São Paulo e Porto Alegre. Sob este aspecto, a RMC apresenta comportamento similar à de Belo Horizonte: queda no início da década e estabilidade no período pós-92. Tendência similar foi observada em Salvador.

Mesmo mantendo-se as diferenças históricas entre as regiões metropolitanas, um fato comum a todas foi a melhoria observada no nível de rendimento associado ao trabalho, comparativamente ao observado em 1992. Esse fato é relevante, pois provavelmente a ele se deve que o ajuste sofrido pelo mercado de trabalho não tenha

implicado um nível maior de regressão social nos anos 90. O início da década, marcado pela recessão econômica, foi um período de recrudescimento da pobreza, principalmente nas áreas metropolitanas, particularmente em São Paulo. Imediatamente após o Real, em 1995, houve redução do nível de pobreza no Brasil, principalmente nas regiões metropolitanas. Segundo ROCHA (2000b, p.8), nesse ano observou-se o menor índice de pobreza no Brasil desde 1970. Posteriormente, dada a instabilidade macroeconômica do país, há novamente aumento, concentrado nas regiões metropolitanas, da taxa de pobreza, principalmente em 1999, mas ainda assim num patamar abaixo do registrado em 1993.⁴³

Quando se procura estabelecer relação entre a estrutura dos mercados de trabalhos regionais e o quadro social, é necessário distinguir os elementos conjunturais e estruturais em que essa relação se baseia. Analisando-se os resultados acima, verifica-se que as condições de operação do mercado de trabalho, no que elas estão associadas à conjuntura econômica, têm forte impacto sobre as condições de reprodução mais imediatas das famílias, como as oscilações nos indicadores de pobreza demonstram, as quais tendem a se manifestar de modo mais intenso – para cima ou para baixo – nas regiões metropolitanas.

Por outro lado, e agora associando com os resultados apresentados no Capítulo 2 (tabela 2.4), percebe-se que as características estruturais dos mercados de trabalho estão fortemente associadas às diferenciações observadas nos indicadores de condições de vida (IDH-M e ICV) das regiões metropolitanas. Para esses dois indicadores, as regiões que, em 1991, situavam-se nos níveis altos de desenvolvimento

⁴³A proporção de pobres no conjunto das regiões metropolitanas, nos anos 90, é a seguinte: 1993 = 45,12%; 1995 = 31,16%; 1996 = 32,65%; 1997 = 33,18%; 1998 = 33,74% ; 1999 = 36,88%. Nesse último ano havia 17,5 milhões de pobres nessas regiões, que representavam 1/3 da pobreza brasileira (ROCHA, 2000c, tab.4). Observe-se que esses números não são comparáveis, em sua magnitude, com os apresentados no Capítulo 2, posto que a autora procedeu à atualização da série dos anos 90 com base na nova Pesquisa de Orçamento Familiar, que permite a construção da linhas de pobreza. De qualquer modo, apesar das diferenças no número de pessoas consideradas pobres, as séries antiga e nova mostram a mesma tendência evolutiva, em sua relação com as variações da situação econômica.

social eram as que possuíam os mercados de trabalho mais estruturados, como aqui se demonstrou. Ressalte-se ainda que as duas regiões metropolitanas, São Paulo e Porto Alegre, em que a situação de alto desenvolvimento atingia um número maior de municípios, são as regiões onde os processos de modernização brasileira, segundo definição de ALVES (2000) dos surtos de modernização, faziam-se presentes a mais tempo e de modo continuado.

Obviamente que não se pode atribuir o quadro social dessas regiões a determinantes ligados unicamente ao mercado de trabalho. Mas fica a questão: que situação resultará da persistência do quadro de precarização intensificado na última década? Esse é o tema da agenda de pesquisa sobre os espaços metropolitanos mencionada no Capítulo 1, com alguns estudos já apontando para o aumento da exclusão socioespacial nas metrópoles e seu rebatimento sobre as condições de vida e ambientais. No próximo capítulo, pretende-se apresentar alguns elementos que permitam esse tipo de avaliação em relação à RMC.

Em relação à Região Metropolitana de Curitiba, verificou-se que ela sofreu os impactos dos ajustes econômicos e do processo de reestruturação. A tabela 3.4, a seguir, sintetiza os principais resultados a ela referentes. O mercado de trabalho dessa região foi fortemente pressionado durante a década, com a PEA aumentando em quase 50%, ritmo superior ao do crescimento populacional – da população total e daquela em idade de trabalho. O contingente que ingressou na PEA – 416 mil pessoas – corresponde à população atual do segundo maior município paranaense – Londrina. Os demais indicadores demonstram as dificuldades enfrentadas para absorver esse contingente populacional. O desemprego cresceu exponencialmente; do total de ocupados que entraram no mercado, quase 2/3 o fizeram via setor informal.

TABELA 3.4 - SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1989-99

AGREGADOS POPULACIONAIS	VARIAÇÃO RELATIVA
	1989/99
População total	36,8 ✓
População em Idade Ativa – PIA	40,1 ✓
População Economicamente Ativa - PEA	48,0 ✓
População ocupada	34,9 ✓
População desempregada	426,9
Ocupados no setor estruturado	16,9
Ocupados na Indústria	8,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1989-1999

Comparativamente às demais regiões, os indicadores de precarização a situam num nível intermediário, apresentando mesmo algumas peculiaridades positivas: o emprego industrial manteve sua participação no total da ocupação, apresentando mesmo um pequeno crescimento absoluto na segunda metade da década; durante boa parte do período, ela apresentou o segundo maior nível de rendimento do trabalho em relação às outras regiões; e foi a região que apresentou, no período 1995-98, a tendência mais acentuada de reposição do nível de estruturação do seu mercado de trabalho.

4 ANOS 90: A METRÓPOLE AINDA SE EXPANDE

A contagem populacional, realizada pelo IBGE em meados da década, e outras pesquisas locais já apontavam para o recrudescimento dos fluxos migratórios para o espaço metropolitano de Curitiba. Mas os números do novo recenseamento são expressivos: entre as nove regiões metropolitanas instituídas nos anos 70, a RMC volta a apresentar a maior taxa de crescimento (3,17%) no período 1991-2000; excluindo as megalópoles (Rio e São Paulo), o incremento absoluto de sua população (663 mil pessoas) só foi menor que o de Belo Horizonte;⁴⁴ a taxa de crescimento de sua periferia foi mais que o dobro da verificada no pólo (respectivamente, 4,82% e 2,13%); aproximadamente 29 paranaenses em cada 100 residem nesse espaço.

Qual o significado espacial e social desse intenso crescimento? Quais as relações entre esse fenômeno e o processo de precarização anteriormente constatado? Neste capítulo, pretende-se percorrer pistas que ajudem a responder a essas questões. A hipótese da precarização do trabalho induz a se pensar que o quadro social também tenha se tornado mais precário. Mas, por enquanto, ela ficará em suspenso. Primeiro, porque apesar da inegável inflexão observada no mercado de trabalho, como se viu no capítulo anterior, há sinais em contrário – como a recuperação do nível de rendimento no pós-real.⁴⁵ Segundo, porque já existe teoria e evidências (SALAMA; VALIER, 1997) que demonstram que a relação entre informal e pobreza é mais complexa do que se supunha. Terceiro, porque, como ressaltou SANTOS (1993a), as metrópoles insistem em não explodir, com a relação entre os circuitos (superior e inferior) de produção⁴⁶ e

⁴⁴Dentre as novas regiões metropolitanas, apenas a região de Brasília apresentou incremento absoluto maior que Curitiba.

⁴⁵Lembrar que 1995 foi o ano que registrou a menor incidência de pobreza no Brasil nos últimos 30 anos.

⁴⁶SANTOS discorda do conceito de informal pelas conotações que este carrega, no sentido da associação entre um conjunto de atividades não-modernas e a idéia de marginalização. No seu lugar, ele propõe operar com o conceitos de circuitos de produção, subdividindo-o em superior

meio ambiente construído também revelando maior complexidade. Por fim, mas não menos importante, as relações entre mercado de trabalho, espaço e qualidade de vida envolvem outras mediações, como a potência (?) do Estado⁴⁷ e da sociedade civil.

Antes de perseguir as pistas, é necessário fazer um comentário de ordem geral sobre o processo de metropolização no Brasil na última década. De modo geral, os resultados do Censo 2000 confirmam a tese de SANTOS (1993b), de que, apesar da desaceleração do crescimento nas grandes e megas cidades – referia-se ao ocorrido nos anos 80 –, estaria ocorrendo um processo de expansão da metropolização. Com isso, ele pretendia designar a consolidação de outras aglomerações urbanas, seja em áreas polarizadas por capitais de Estados, não institucionalizadas como regiões metropolitanas, seja em áreas no interior do Sul/Sudeste.

Dentre as antigas regiões metropolitanas, verificou-se pequeno incremento nas taxas de crescimento de Belém e Rio de Janeiro, além de Curitiba. No Capítulo 2 tínhamos observado que esse tipo de inflexão, para cima, das taxas de crescimento era raro em toda série iniciada no período 1950-60. As demais regiões, apesar de diminuírem o ritmo de crescimento, no período 1991-2000, cresceram a taxas superiores à média do Brasil não-metropolitano (1,38%, contra 2,01% para o Brasil

("resultado direto da modernização") e inferior ("igualmente resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas"), resgatando pois a idéia de articulação contraditória. Porém, optou-se por manter a designação informal porque, na literatura que aborda essa questão, o termo já foi depurado de suas conotações marginalistas, na realidade sendo usado com a mesma conotação que SANTOS propõe para o conceito de circuito inferior (SANTOS, 1979, p.29). Outra observação: quando o autor se refere à não-explosão das metrópoles, ele não está se referindo a que esta consiga incorporar toda a população; pelo contrário, ele supõe mesmo a expansão da pobreza [em termos de contingentes populacionais que experimentam precárias condições de vida a observação é pertinente; em termos relativos, vimos que é nas áreas não-metropolitanas que se têm as situações mais precárias]. O importante na idéia de não-explosão é a ênfase numa dinâmica que permite articular os dois circuitos, possibilitando a reprodução do sistema.

⁴⁷Ver MARQUES (2000). Partindo da reconstituição da rede (teia de relações profissionais, pessoais, institucionais e políticas) que sustenta as políticas de saneamento na cidade de Rio de Janeiro, esse autor mostra como, mesmo com a desarticulação das políticas setoriais federais, mantém-se um ciclo de investimentos nos anos 80-90; mostra ainda que, com diferenciais de ritmo e qualidade, a expansão dos serviços de saneamento cobre igualmente as áreas de pobreza e riqueza. As observações que ele faz sobre a rearticulação da política de saneamento no nível regional, a partir dos anos 80, parece-me válida para o caso paranaense.

metropolitano).⁴⁸ Apenas o Rio de Janeiro cresceu em ritmo inferior ao do Brasil não-metropolitano, mas com taxa maior que na década anterior.

Nesse contexto, a RMC mantém uma posição observada desde os anos 60: suas taxas de crescimento sempre estiveram entre as três maiores no conjunto das antigas regiões metropolitanas, sendo que, no pós-70, foi a única do Sul/Sudeste a ocupar essa posição.

Antes de prosseguir, faz-se necessário, também, um comentário de ordem metodológica sobre os estudos que vêm procurando relacionar as mudanças no mundo do trabalho e a estruturação do espaço urbano. Há uma série de trabalhos estudando essas relações em diversas regiões do país (RIBEIRO, 2000). Esses procuram articular mudanças na estrutura sócio-profissional e sua distribuição espacial. A base de dados é organizada para o conjunto de municípios que compõem um aglomerado urbano ou, nos casos mais inovadores, reconfigurando espaços intraurbanos, aspecto fundamental em se tratando de grandes concentrações populacionais. As informações utilizadas para análise derivam basicamente dos censos demográficos, realizados decenalmente.

Os resultados desses estudos nem sempre são convergentes, pelo menos na ênfase que se dá à crescente dualização da estrutura urbana (como visto no Capítulo 1) ou a uma configuração mais complexa das metrópoles. É interessante, por exemplo, a observação que o autor faz ao apresentar a coletânea, por ele organizada, sobre essa questão: "Várias análises contidas nesta coletânea confirmam a complexidade da reestruturação social das cidades, em que não se verificam tendências claras de dualização" (RIBEIRO, 2000, p.16). Não à toa, quando se lê o trabalho sobre São Paulo, depara-se com a seguinte afirmação: "No caso da cidade de São Paulo, a polarização social, visível quase a 'olho nu' quando se analisa a região metropolitana, ganha novos contornos: a pobreza se espalha por vários distritos do município, e observam-se verdadeiros 'enclaves de riqueza' na região Sudoeste..." (TASCHNER; BÓGUS, 2000, p.247). Neste trabalho, além de recorrer à base de informações acima

⁴⁸Inclusive novas regiões e áreas metropolitanas.

mencionada, utilizou-se da pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 1994 sobre os cortiços da cidade de São Paulo.

As diferenças de ênfase, parece-me, relacionam-se às fases do processo recente de reestruturação produtiva proposto por ALVES (2000), mencionadas no Capítulo 3, o qual mostra que o período de intensificação deste processo foram os anos 90, portanto posterior ao censo de 1991, e seu rebatimento foi maior, particularmente sobre a questão da pobreza, no início desta década, fato captado por TASCHNER e BÓGUS (2000).

Cabe esclarecer, agora, o que deriva desse comentário para a seqüência deste trabalho. Fiz uma opção, por questões operacionais, de focalizar os anos 90 dadas as considerações acima, procurando evidenciar as mudanças no mercado de trabalho metropolitano, em particular na RMC.

Dada a minha base de dados, a possibilidade de verificar o rebatimento espacial daquelas mudanças fica bastante comprometida, uma vez que a PNAD é representativa para o conjunto da área metropolitana.

Mas se pretende buscar algumas evidências desse rebatimento espacial e social. Por um lado, analisando algumas informações demográficas já disponíveis sobre os anos 90, no sentido de destacar algumas características da expansão urbana nesse período. Um trabalho particularmente importante, de que me valerei para qualificar algumas questões, foi desenvolvido no âmbito do programa de pesquisa deste doutorado, e trata da ocupação urbana em área de mananciais (LIMA, 2000).

Na seqüência, retorno à minha base original, a PNAD, visando caracterizar a pobreza na RMC e alguns elementos que permitem qualificar as suas condições de vida. Isso foi possível pelo acesso aos microdados da PNAD referentes ao ano de 1998. Além de poder dispor de algumas informações sobre a situação de moradia, essa pode ser articulada com as características da inserção ocupacional dos chefes de domicílios, que, principalmente nas famílias de menor rendimento, é o principal provedor de recursos monetários.

4.1 ASPECTOS DA EXPANSÃO URBANA NOS ANOS 90

Observou-se acima que o crescimento da periferia metropolitana foi mais intenso do que o verificado na cidade-pólo. Trata-se da confirmação de uma tendência que teve início nos anos 70. Nas décadas anteriores, a RMC experimentou taxas elevadas de crescimento, mas principalmente em Curitiba.

O que se observa nos anos 90 é o que poderia ser denominado, com o prejuízo da redundância, de afirmação da *periferia consolidada*, ou seja, aquela área no interior do espaço metropolitano que engloba os municípios com taxas elevadas de crescimento, que compreenderia um conjunto restrito de municípios: Almirante Tamandaré, Colombo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária. Assim, dos 25 municípios que atualmente compõem a RMC, apenas 9 constituem a periferia consolidada, concentrando 32% da população metropolitana. Campo Largo certamente deve ser incluído nesse conjunto, por fazer fronteira e pelas relações que mantém com o pólo, mas se diferencia dos demais por suas taxas de crescimento, que se apresentam, recorrentemente, situadas abaixo da média metropolitana. Nesse conjunto de municípios, mais o pólo, residia, em 2000, 90% da população metropolitana. O movimento de consolidação periférica, acima referido, pode ser visualizado no mapa IV.1; observe-se que, entre os períodos 1960-70 e 1991-00, as manchas escuras se espalham; porém os mapas referentes aos dois últimos períodos são praticamente idênticos, daí a idéia de consolidação do espaço de periferização.

Nesse anel metropolitano, encontram-se nove de um total de trinta municípios paranaenses com população igual ou acima de 50 mil habitantes; ou seja, apenas dois – Campina Grande do Sul e Quatro Barras – não se incluem no rol dos municípios médios e grandes do Estado do Paraná (tabela 4.1). A maioria desses municípios configura o que MOURA e KLEINKE (1999) denominam de espacialidades de concentração na rede urbana, espaços que concentram população e produção.

TABELA 4.1 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA RMC E INTERIOR DO PARANÁ DE PORTE MÉDIO E GRANDE - 2000

POPULAÇÃO (mil pessoas)	RMC		INTERIOR
	Número	% Na População Estadual	Número
50 --- 100	5	4,28	13
>= 100	4	21,67	8

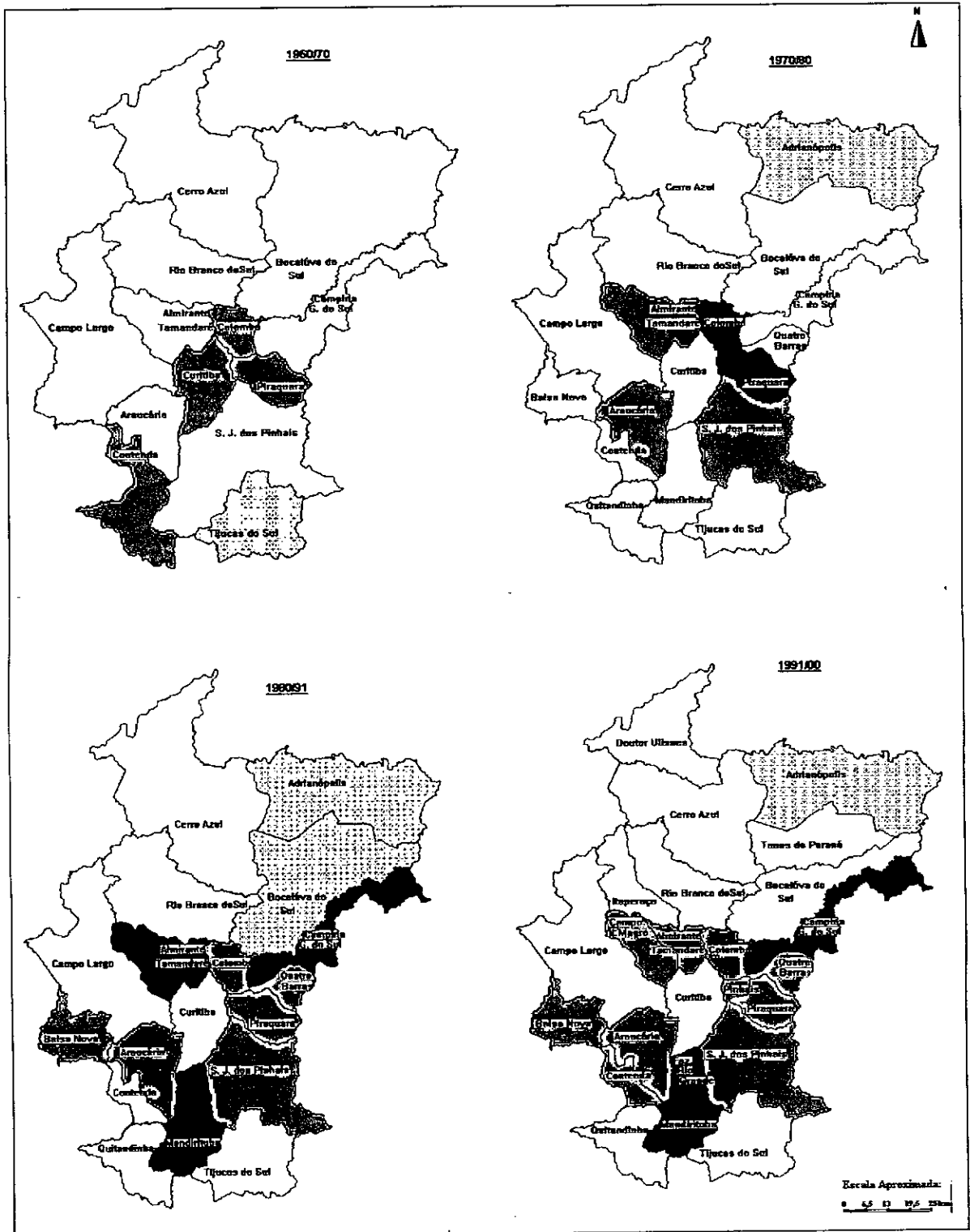
FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000

Antes de avaliar o impacto desse movimento de periferização, cabe qualificar melhor o processo. Esse conceito pretende dar conta do processo de mobilidade espacial da população,⁴⁹ movimento cuja natureza não está associada às delimitações administrativas. Nesse sentido, embora os dados acima apontem para a maior intensidade do crescimento populacional na periferia consolidada, a periferização manifestou-se de modo tão intenso na cidade-pólo.

LIMA (2000) reconstituiu esse processo, mostrando como, nos anos 70, há uma inflexão na urbanização de Curitiba. A partir de então, inicia-se a "crescente especialização" da ocupação urbana, com a redefinição das funções urbanas. Intensifica-se nesse período, e consolida-se nos anos 80, a ocupação de bairros em áreas limítrofes da cidade e também ao longo dos eixos estruturais de transporte. Na década de 80, vinte e seis bairros, num total de setenta e cinco, apresentaram taxas de crescimento superior à média da cidade, alguns com valores elevados: Alto Boqueirão (26,27%); São Braz (14,85%); Santo Inácio (13,75%). Esse processo teve continuidade nos anos 90, consolidando a ocupação ao sul e noroeste da cidade e, novamente, com alguns bairros apresentando taxas de crescimento acima de 10%: São Miguel, Campo de Santana e Ganchinho. (LIMA, 2000, p.97-99).

⁴⁹Esse conceito refere-se a movimentos populacionais num sentido amplo, englobando as migrações – mudanças entre municípios – como mudanças residenciais intraurbana (LAGO, 2000, p.45). Neste trabalho, porém, na maioria da vezes, dada a natureza das informações disponíveis, ele estará sendo usado como sinônimo de migrações.

MAPA 4.1 - CLASSES DE TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL - RMC - 1960/2000



	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
	< 0	< 0	< 0	< 0
	0 - 4,71	0 - 5,54	0 - 2,95	0 - 3,18
	4,71 - 9,42	5,54 - 11,08	2,95 - 5,90	3,18 - 6,36
	>= 9,42	>= 11,08	>= 5,90	>= 6,36

Obs.: Não está incluído Agudos do Sul.

Essa qualificação é feita com o objetivo de permitir inferir algumas conseqüências sociais e ambientais desse processo. Quando se considera a questão social, e analisam-se os respectivos indicadores (ver Capítulo 2, item 2.2.2), percebe-se que faz diferença identificar os pontos de concentração populacional no espaço metropolitano.⁵⁰ Isso porque, apesar da institucionalização das regiões metropolitanas desde os anos 70, sabe-se que persistem diferenças entre os municípios, em termos da base fiscal e da disponibilidade de serviços e infra-estrutura urbana. Sabe-se também que os mecanismos de gestão metropolitana nem sempre foram efetivos na articulação dos diversos interesses envolvidos na produção do espaço metropolitano.

Verifica-se que até 1991 Curitiba concentrava 2/3 de toda população metropolitana, sendo pequena a redução de sua participação comparativamente ao ano de 1970. A população residente no pólo, em 1991, era 2,3 vezes maior que a localizada na periferia consolidada. Curitiba alcança o final do século com uma população de 1.587 mil pessoas, representando 58,2% da população metropolitana. Esses dados confirmam o que se falou acima sobre a intensidade da periferização intraurbana (tabela 4.2). Do ponto de vista social, há duas conseqüências possíveis: por um lado, a melhoria mais acentuada dos indicadores sociais no pólo está associada, em parte, a ganhos de escala que a densificação permite; por outro, dada a intensidade do processo, e a natureza desigual do processo de metropolização, o pólo também concentra pobreza.

⁵⁰Salvador parece ilustrar essa afirmação. A sua região metropolitana foi uma das áreas beneficiadas pelo processo de desconcentração de atividades ocorrido a partir dos anos 70; porém, lá, a produção tendeu a se localizar fora do pólo, enquanto os fluxos populacionais dirigiam-se predominantemente para este. Isso, como indica PEDRÃO (1993, p.21), não significa que o pólo perde sua primazia; na realidade, esta é ancorada na concentração do consumo e da renda. Mas traz problemas para a gestão municipal dada a dimensão demográfica da pobreza. É interessante observar que - ver na tabela 2.3 -, apesar de ter sido uma das metrópoles nordestinas que mais se beneficiou da desconcentração produtiva, seus indicadores não se diferenciam das demais.

TABELA 4.2 - POPULAÇÃO TOTAL, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO METROPOLITANA E INCREMENTO ABSOLUTO SEGUNDO ÁREAS METROPOLITANAS - 1970-2000

ÁREAS/ INDICADOR	1970	1980	1991	2000
População total				
RMC	869.837	1.492.108	2.061.531	2.725.505
Curitiba	609.026	1.024.975	1.315.035	1.586.898
Periferia consolidada	153.413	343.469	582.025	952.091
Metropolitana com baixo crescimento	107.398	123.664	164.471	186.516
Participação (%)				
RMC	100,0	100,0	100,0	100,0
Curitiba	70,0	68,7	63,8	58,2
Periferia consolidada	17,6	23,0	28,2	34,9
Metropolitana com baixo crescimento	12,3	8,3	8,0	6,8
Crescimento absoluto na década				
	1960-70	1970-80	1980-91	1991-00
RMC	320.794	622.271	569.423	663.974
Curitiba	252.196	415.949	290.060	271.863
Periferia consolidada	37.779	190.056	238.556	370.066
Metropolitana com baixo crescimento	30.819	16.266	40.807	22.045

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 1960-2000

NOTA: Periferia consolidada: Almirante Tamandaré, Colombo, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Araucária e Campo Largo;

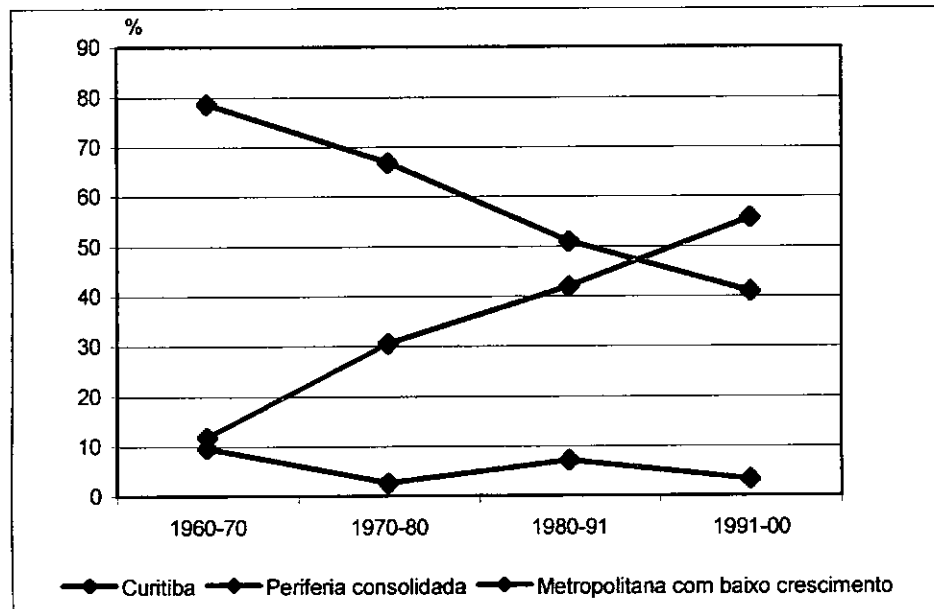
Metropolitana com baixo crescimento: Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo Magro, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná, Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Quitandinha, Tijucas do Sul e Agudos do Sul.

Os anos 90 trazem, nesse sentido, uma novidade. Foi a primeira vez que o incremento populacional na periferia superou o do pólo. Não é à toa, posto que a questão da gestão metropolitana foi atualizada nesse contexto, constituindo-se no tema de confrontação dos vários projetos sobre o futuro da RMC. O gráfico 4.1 permite visualizar o momento da inflexão: no período 1991-2000, de cada 100 pessoas acrescidas ao estoque populacional da RMC, 56 fixaram residência na periferia.⁵¹ Trata-se, como se destacou anteriormente, de consolidação de uma tendência antiga; mas a dimensão em termos de volume populacional ganhou amplitude.

⁵¹ Isso pode estar a indicar, inclusive, a intensificação do processo de mobilidade espacial intrametropolitana, com pessoas e famílias abandonando o pólo.

A população residente na periferia aumentou, na última década, em 370 mil pessoas, com a população total, em 2000, chegando a quase 1 milhão de pessoas, 63,6% maior que a registrada em 1991.

GRÁFICO 4.1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CURITIBA, PERIFERIA CONSOLIDADA E METROPOLITANA COM BAIXO CRESCIMENTO NO TOTAL DO INCREMENTO POPULACIONAL VERIFICADO NOS PERÍODOS INTERCENSITÁRIOS - 1960-2000



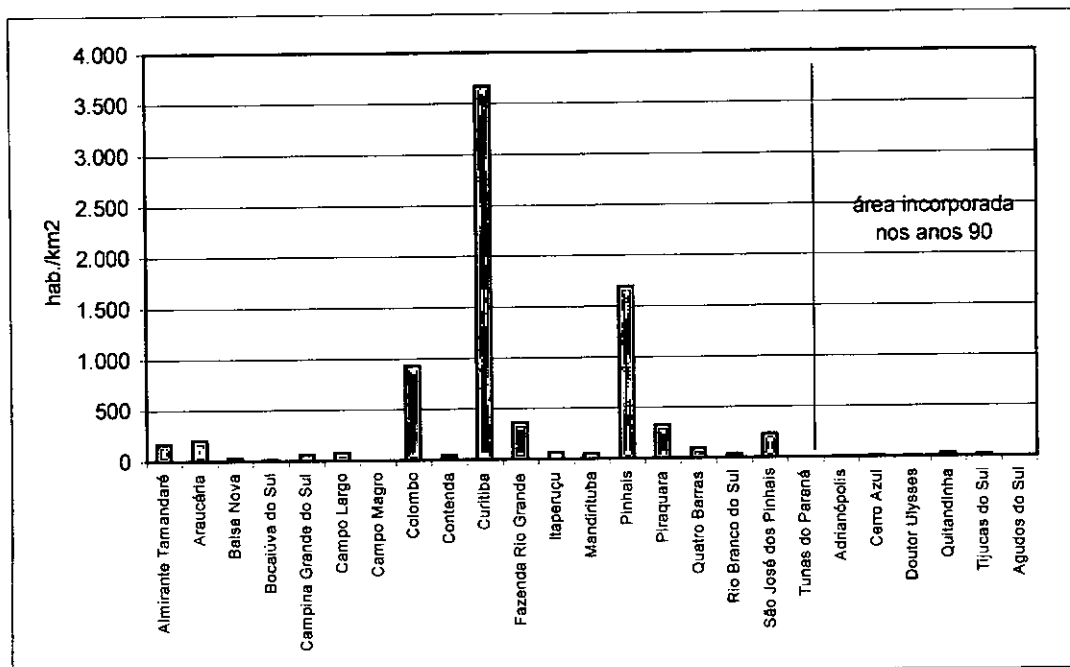
FONTE: IBGE - Censo Demográfico 1960-1970

A periferia consolidada apresenta também certa diferenciação interna quando se considera sua dinâmica demográfica. O crescimento nela verificado, nas últimas décadas, foi bastante concentrado nas faces norte/leste da região metropolitana, em sua porção limítrofe a Curitiba. Os municípios de Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais possuíam, em 2000, 59,2% da população total da periferia consolidada. O incremento populacional na década, nessa área, foi de 211 mil pessoas, ou seja, 57% do incremento verificado na periferia consolidada no período.

O resultado desse processo de crescimento populacional, em termos de áreas de concentração, pode ser observado no gráfico 4.2, a seguir, que apresenta a densidade populacional dos municípios metropolitanos. Como se vê, após o pólo, as maiores densidades são as dos municípios acima mencionados, mais o município de

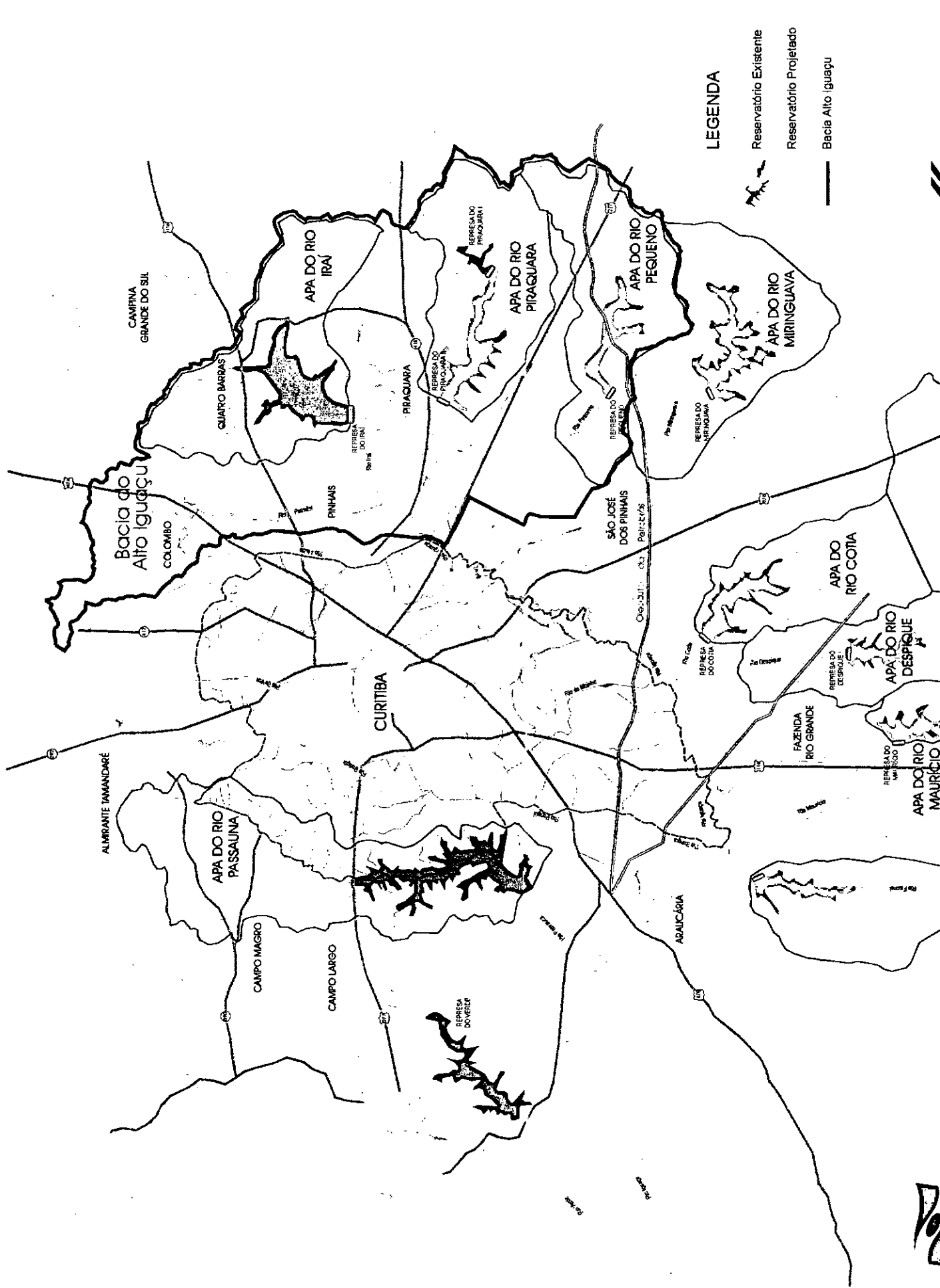
Fazenda Rio Grande que, junto com o crescimento verificado no vetor sul de Curitiba, constitui, desde os anos 80 um novo eixo de crescimento metropolitano.

GRÁFICO 4.2 - DENSIDADE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA RMC - 2000



FONTES: IBGE - Censo Demográfico 2000

As conseqüências ambientais do processo de periferização na RMC são conhecidas, principalmente no que se refere à degradação de áreas de mananciais. LIMA (2000) foi buscar na história do parcelamento do solo as bases desse processo. Segundo a autora, essa história inicia nos anos 50 quando cerca de 76 mil loteamentos foram aprovados, correspondendo a 33% das aprovações concedidas em todo período 1950-94. Naquela década, 80% dos loteamentos situavam-se em Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais, municípios que integram a bacia do Alto Iguaçu (mapa 4.2). Assim, a autora conclui: "o foco da maioria absoluta das primeiras manifestações do processo contemporâneo de parcelamento do solo regional foram as áreas metropolitanas de mananciais de abastecimento público no leste". (LIMA, 2000, p.110). Em todo o período por ela estudado – 1950/94 –, 61% dos loteamentos aprovados situavam-se nesses municípios.



Mananciais da Região Metropolitana 2000

Esse processo de parcelamento do solo envolvia antigas áreas rurais, contíguas ao pólo, muitas com condições inadequadas para a ocupação devido aos riscos ambientais para a população. Segundo LIMA (2000), ao norte, em Colombo, os maiores riscos estão associados à grande declividade dos terrenos e às características geológicas do sistema cárstico, inadequadas para moradia e também à implantação de infra-estrutura; ao leste, os riscos estão associados à baixíssima declividade dos terrenos, que favorecem inundações. Mesmo a expansão periférica observada em Curitiba valeu-se de regiões inadequadas devido aos riscos de inundação, como a ocupação do bairro Boqueirão e o entorno da Av. Marechal Floriano Peixoto.

A partir desse conjunto de informações, já é possível qualificar o processo recente de expansão urbana. Trata-se do maior incremento populacional observado na história da RMC. Além disso, pela primeira vez a maior parcela desse incremento se concentrou na periferia metropolitana. A própria periferização se mostra bastante concentrada; mesmo havendo sinais de consolidação de outros eixos de crescimento, o volume populacional que chegou a uma das principais áreas de manancial da RMC – o Alto Iguazu – representou 3/5 do crescimento periférico na década.

Mas não se trata apenas de crescimento populacional, a própria natureza da ocupação urbana adquire novas características. Segundo LIMA, "a novidade ao final da década de 80 e na seguinte, é que as áreas periféricas além de serem formadas predominantemente por loteamentos de baixa qualidade técnica, contam também com áreas invadidas e ocupadas ilegalmente. A característica comum continua sendo a falta de infra-estrutura ou serviços públicos implantados adequadamente" (LIMA, 2000, p.83).

O número de domicílios em áreas de ocupação irregular cresceu 52,2% em apenas seis anos, totalizando 82,4 mil unidades em 1998. A população residindo nessas áreas aumentou em 49,2%, atingindo 305 mil pessoas em 1998. Observe-se que, apesar de a maioria destas unidades e da população, nos dois anos, estar concentrada no pólo, houve um aumento na participação das duas outras áreas. Além disso, destaque-se que na periferia consolidada 2/3 das unidades e da população localizavam-se nos quatro municípios que integram a bacia do Alto Iguazu. Na

metropolitana de baixo crescimento, há concentração em três municípios: Campo Magro, Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

O principal fator responsável pelo intenso crescimento populacional é o processo migratório que, no caso da região metropolitana, intensificou-se na primeira metade dos anos 90 (1991-96). Nesse período, registrou-se a presença de 310 mil imigrantes nessa região, aumento de 6,9% em relação ao período 1986-91. Entre todas as mesorregiões do Paraná, a metropolitana foi a única a "fechar o período 1986-91 com trocas totais positivas (108.696 *pessoas*) e a única para a qual continuam fluindo, em 1991-96, contingentes superiores aos do período anterior, tanto do movimento intra como inter estadual" (KLEINKE; DESCHAMPS; MOURA, 1999, p.47). Apesar de os fluxos com origem interestadual terem apresentado um aumento de 17,2% entre os dois períodos, enquanto os fluxos intra-estaduais praticamente mantiveram-se no mesmo patamar, são esses que predominam, representando 70% da imigração verificada na primeira metade dos anos 90.

TABELA 4.3 - NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES E POPULAÇÃO RESIDINDO EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA ÁREAS METROPOLITANAS - RMC - 1992-98

ÁREAS	UNIDADES		POPULAÇÃO	
	1992	1998	1992	1998
RMC (número)	54.161	82.446	204.442	305.050
Curitiba (%)	82,6	64,5	80,9	64,5
Periferia consolidada (%)	16,1	31,3	17,6	31,3
Metropolitana com baixa crescimento (%)	1,3	4,2	1,5	4,2

FONTE: compilado a partir de LIMA (2000, tabela 15, p.128)

Embora esses fluxos imigratórios tenham origem predominante em áreas urbanas, a sua dinâmica está associada ao desempenho agroindustrial do Estado, em particular ao processo de modernização da agricultura. No Paraná, no período 1991-96, foram os municípios que tinham predomínio de ocupações agrícolas (244 no total de 371, na época) aqueles que mais perderam população. Entre 1992 e 1997, o número de ocupados em atividades agrícolas foi reduzido em 20%, redução absoluta de 296 mil ocupações (LIBARDI; DELGADO, 1999).

Os dados da tabela 4.4, a seguir, indicam que o aumento dos fluxos migratórios persistiu na segunda metade dos anos 90. Em 1998, a RMC possuía 746 mil pessoas na condição de imigrantes, o que significa que de cada 100 moradores da região 30 eram imigrantes – residentes há no máximo nove anos. Entre os imigrantes 60,3% estavam nessa condição há no máximo quatro anos. Registre-se que parcela desse contingente refere-se a movimentos de população – mudança de município – na própria RMC, mas não é possível quantificá-los. De qualquer modo, evidencia-se um processo de intensa mobilidade espacial, em boa medida refletindo fatores de expulsão no rural/interior ou no âmbito da própria metrópole.

TABELA 4.4 - PERCENTUAL DE PESSOAS E CHEFES DE FAMÍLIA, SEGUNDO CONDIÇÃO E TEMPO DE IMIGRAÇÃO - RMC⁽¹⁾ - 1998

CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL	CHEFES DE FAMÍLIA
Imigrantes	29,5	31,1
até 4 anos	17,8	17,7
entre 5 a 9 anos	11,7	13,3
Não migrante	69,7	68,3
Não morador ⁽²⁾	0,8	0,6
TOTAL (número)	2.530.159	767.016

FONTE: IBGE (1998)

NOTAS:1) refere-se ao perímetro metropolitano original, que envolve atualmente 19 municípios;

2) refere-se a pessoas que foram pesquisadas, mas eram recém-chegadas na RMC; portanto, não moravam nela no período de referência da pesquisa. Nesse sentido, podem ser vistas como imigrantes recentes.

4.2 A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Observou-se no item anterior que na década de 90 acentuou-se o crescimento populacional na RMC. Foi possível também inferir algumas conseqüências sociais e ambientais desse processo, expressas pela concentração do crescimento na periferia metropolitana e, em particular, numa de suas áreas mais sensíveis em termos ambiental; e também pelas novas características da ocupação urbana.

Na continuidade, serão buscadas outras evidências que permitam qualificar o processo de metropolização nos anos 90, enfocando três dimensões – migração, pobreza e condições de vida – e suas relações com a inserção ocupacional.

Para realizar essa tarefa, foram buscados os microdados da PNAD referentes ao ano de 1998. Com isso foi possível extrair um conjunto mais amplo de informações do que aquele que é normalmente disponibilizado nas publicações anuais dessa pesquisa. Como os dados de 1998 não apresentam maior divergência com os resultados do ajuste populacional feito no capítulo anterior (ver quadro 3.1), optou-se por trabalhar com as estimativas de população da própria PNAD.

Enfim, o objetivo deste item é identificar os fatores de desigualdade que marcam o processo de metropolização, procurando, quando for o caso, relacioná-lo com o processo de precarização do trabalho que ocorreu na década.

4.2.1 Mercado de Trabalho e Migração

De modo geral, os indicadores sobre inserção no mercado de trabalho não permitem concluir que a condição de imigrante seja um fator de diferenciação. Há pequenas nuances, que apontam para algumas especificidades relativas à inserção desse segmento populacional.

Os indicadores referentes à situação ocupacional permitem identificar, no conjunto de pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA), o segmento que buscou se inserir no mercado de trabalho e em que situação. Assim, verifica-se que, dentre os imigrantes, as taxas de atividade e de desemprego são ligeiramente superiores às referentes aos não migrantes. Mas a menor taxa de atividade entre os não migrantes pode estar associada ao perfil etário desse segmento, que envolve uma proporção maior de idosos. Em relação à taxa de desemprego, as diferenças são mais acentuadas, mas deve-se observar que a taxa é maior no caso dos imigrantes antigos e não entre os recém-chegados.

TABELA 4.5 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL E OCUPADOS, POR SETOR OCUPACIONAL, RAMO DE ATIVIDADE E CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO - RMC⁽¹⁾ - 1998

INDICADORES	IMIGRANTES		NÃO MIGRANTES
	Até 4 anos	5 a 9 Anos	
Situação ocupacional			
▪ taxa de atividade	64,61	64,42	61,03
▪ taxa de desemprego	11,95	13,02	10,48
OCUPADOS			
Nível de estruturação			
▪ Estruturado	52,00	55,42	51,64
▪ Pouco estruturado	42,97	37,18	40,14
▪ Empregador	3,27	5,86	5,68
▪ Auto consumo/produção	1,76	1,55	2,55
Ramo de atividade			
▪ agrícola	1,76	1,55	4,51
▪ indústria de transformação	16,71	17,04	15,90
▪ construção civil	12,81	12,22	9,16
▪ outras indústrias	1,51	1,21	1,07
▪ comércio	17,96	18,25	15,39
▪ prestação de serviços	24,38	24,27	21,17
▪ serviços auxiliares da ativ. Econômica	4,53	6,02	7,30
▪ transporte e comunicação	4,14	4,99	5,99
▪ serviços sociais	9,67	7,23	11,39
▪ administração pública	4,14	2,93	4,99
▪ atividades mal definidas	2,39	4,30	3,13

FONTE: IBGE (1998)

NOTA: 1) refere-se ao perímetro metropolitano original, que envolve atualmente 19 municípios.

O segundo indicador – nível de estruturação –, que foi utilizado no capítulo anterior para dimensionar o processo de precarização do trabalho também não corrobora a hipótese de que a inserção do imigrante tenderia a ser mais precária. No caso dos imigrantes recentes, há um peso maior do setor pouco estruturado, informal, que representa 43% das ocupações desse segmento populacional. Mas, por outro lado, o maior nível de estruturação das relações de trabalho se encontra entre os imigrantes antigos e não entre os não migrantes.

No capítulo 3, quando se apresentou indicador do nível de estruturação, comentou-se que ele permitia uma aproximação com a questão da precarização, ao realçar o aspecto da formalização ou não das ocupações, mas que ele não dava conta

de toda heterogeneidade que caracteriza o mercado de trabalho. O indicador seguinte – ramos de atividade – permite perceber essa dificuldade na captação da complexidade.

Dos três indicadores, esse é o que apresenta as pistas mais interessantes. Percebe-se que há alguns ramos que têm maior peso entre os não-migrantes; por exemplo, as ocupações em serviços sociais e serviços auxiliares da atividade econômica. São atividades que se caracterizam não apenas pela formalização das relações de trabalho, mas também por um grau de organização maior, ou seja, atividades organizadas com padrão empresarial e, normalmente, gerando ocupações com maior qualificação. Mesmo nesse caso, o peso maior entre não-migrantes deve estar refletindo a maior qualificação do trabalhador, do que propriamente sua condição de migração. Por outro lado, entre os imigrantes percebe-se maior participação de atividades como construção civil, comércio e prestação de serviços.

Isso significa que a migração não tem implicações para a operação do mercado de trabalho urbano? Não se trata disso, mas o que se faz necessário esclarecer é o tipo de articulação entre migração e mercado de trabalho; esta não se dá em função do atributo das pessoas (ser ou não migrante), mas devido à sua participação na constituição do que se designa como "população excedente". Como destaca DEDECCA (1990, p.43), no caso de países com alto crescimento populacional, ou que ainda experimentam as conseqüências de altas taxas de fecundidade do passado, caso do Brasil, o fenômeno migratório potencializa o crescimento da população que pode vir a ser disponibilizada no mercado de trabalho urbano. A intensidade e o modo como esta será mobilizada dependem das características da estrutura produtiva:

O grau de estruturação do mercado de trabalho urbano é um elemento importante para se entender quais os segmentos produtivos com menores restrições ao recrutamento de força de trabalho **menos qualificada e/ou experiente**, que conforma os maiores estoques de população disponível – seja como desempregada, seja como inativa (...). Estruturas produtivas **mais modernas** tendem a incorporar relativamente mais trabalhadores **qualificados**, com níveis de remuneração mais elevados, independentemente do nível de qualificação. Ao contrário, as **menos modernas** empregam mais trabalhadores **não-qualificados**, pagando salários relativamente mais baixos para os trabalhadores de todos os níveis de qualificação". (DEDECCA, 1990, p.52 - grifo nosso).

Essa transcrição ajuda a esclarecer o ponto: os fatores que intervêm são o grau de heterogeneidade da estrutura produtiva – maior ou menor presença de segmentos modernos – e a qualificação da mão-de-obra. Esta atua não como fator estruturante, mas como elemento de seleção; além disso, a baixa qualificação não é privilégio de migrantes, embora possa ter maior peso entre eles (em 1998, do total de chefes de família, independente da condição de migração, apenas 29% tinham nível de escolaridade equivalente ou superior ao 2.º grau).

Assim, considerando o contexto do mercado de trabalho nos anos 90, de reestruturação produtiva e ajuste econômico, pode-se afirmar, particularmente no caso da RMC, que a migração potencializou as dificuldades de incorporação produtiva da população excedente. E ainda, como se destacou no capítulo anterior, a parcela que se inseriu produtivamente teve no informal o *locus* predominante dessa inserção.

4.2.2 Mercado de Trabalho e Pobreza

Para definir o segmento pobre, foi utilizada a linha de pobreza, que é um valor *per capita* que tem "por base cestas de consumo localmente específicas verificadas entre famílias de baixa renda", que atendam ao aporte calórico mínimo, conforme definição da FAO.⁵² Em setembro de 1998, período de realização da PNAD, o valor dessa linha na RMC era de R\$ 98,81 (ROCHA, 1997b e 2000c). Assim, todas as famílias cuja renda familiar *per capita* era menor ou igual a esse valor foram consideradas pobres. Além disso, definiram-se mais dois grupos: 1) as famílias cuja renda familiar *per capita* era superior à linha de pobreza, mas inferior ou igual ao valor da mediana (R\$ 224,00); 2) as famílias situadas acima da mediana, os 50% mais ricos.

⁵²Em ROCHA (1997b) consta toda a metodologia adotada pela autora, técnica do IPEA, no qual se discutem os efeitos das opções metodológicas relativas à definição desse parâmetro de renda. O objetivo da linha da pobreza não é revelar a desigualdade em dada distribuição de renda, mas tão-somente identificar o segmento populacional mais suscetível a privações.

Por esse critério,⁵³ num total de 715,0 mil famílias⁵⁴ residentes na RMC, em 1998, 139,6 mil (19%) eram pobres. O segmento intermediário envolvia 31% das famílias e o outro, por definição, 50%. Considerando-se o número de pessoas, tinha-se aproximadamente 534 mil pessoas na condição de pobreza, 22% do total de pessoas; 33% estavam no segmento intermediário e 45% no segmento de maior renda.

A diferença na distribuição de famílias e pessoas está relacionada à diferença no tamanho médio das famílias. Esse é maior entre os pobres – 3,8 pessoas por família; no segmento intermediário, o número é 3,4 e, no segmento superior, é de 2,9 pessoas por família.

As informações abaixo permitem verificar que, diferente do constatado em relação à condição de migração, a relação entre pobreza e as características da inserção ocupacional é mais estreita. O gráfico 4.3, a seguir, permite verificar que os chefes de família situados nos setores mais organizados do mercado de trabalho (empregadores e setor estruturado) possuem, de modo geral, renda familiar *per capita* maior – acima da mediana. Deslocando-se para a direita, onde se situam os setores menos organizados (pouco estruturado e auto consumo/produção) e os não ocupados, a tendência é aumentar o número de famílias pobres.

É interessante destacar a situação dos não-ocupados, que envolvem os inativos, predominantemente, e os desocupados, nos quais as parcelas de pobres e "ricos" são praticamente iguais. Possivelmente, o que determina a inatividade destes dois segmentos são fatores distintos: num caso, o dos pobres, pode se tratar de

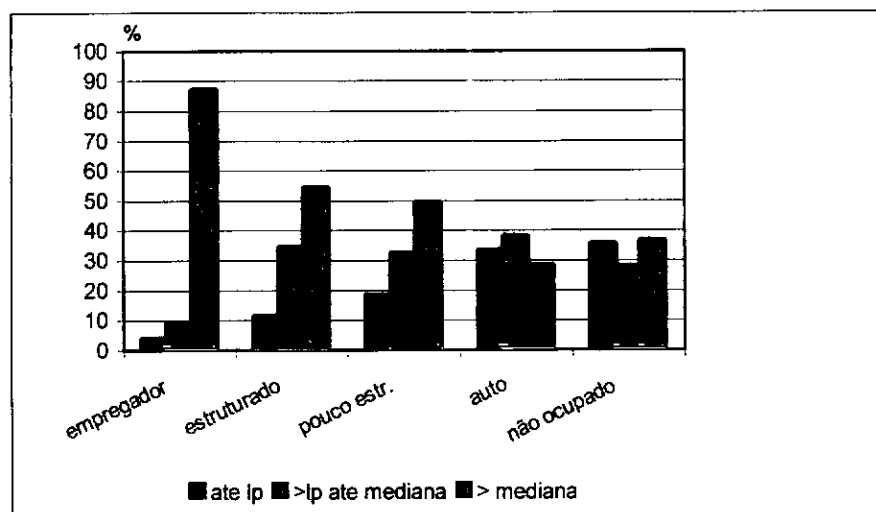
⁵³A proporção de pobres aqui apresentada não é comparável com a que consta do capítulo 2. A diferença deve-se ao fato de a autora ter recalculado a linha de pobreza, em função da existência de nova pesquisa de consumo – a Pesquisa de Orçamentos Familiares/IBGE-1987-88. O valor da nova linha de pobreza é maior que o constatado na versão anterior; porém, quando se analisa a série histórica, verifica-se que as variações anuais seguem a mesma tendência observada pelo parâmetro anterior.

⁵⁴Esse número refere-se a 93,2% do universo de famílias que residiam, em 1998, na RMC. Para os demais 6,8%, que totalizavam 52,0 mil famílias, não havia informação de rendimento suficiente para classificação quanto à situação de pobreza. Aplicando-se a mesma proporção de pobres (18,75%), o número destes, na RMC, aumentaria em 4,2 mil pessoas, passando de 139,6 mil para 143,8 mil pessoas.

dificuldades de inserção no mercado de trabalho e/ou a sobrevivência com aposentadoria/pensão de baixo valor; no outro extremo, contam aposentadorias maiores e/ou a inserção de outros membros da família no mercado de trabalho.

É exatamente entre os chefes de famílias pobres que a condição de não ocupado tem maior peso. Ela representa quase a metade (42,5%) dos chefes pobres; em segundo lugar, estão os chefes inseridos no informal (pouco estruturado) que representam 28,5% do total; os chefes vinculados ao setor formal representam 25,3%.

GRÁFICO 4.3 - PROPORÇÃO DE CHEFES DE FAMÍLIAS SEGUNDO POSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA, POR SITUAÇÃO OCUPACIONAL - RMC⁽¹⁾ - 1998.



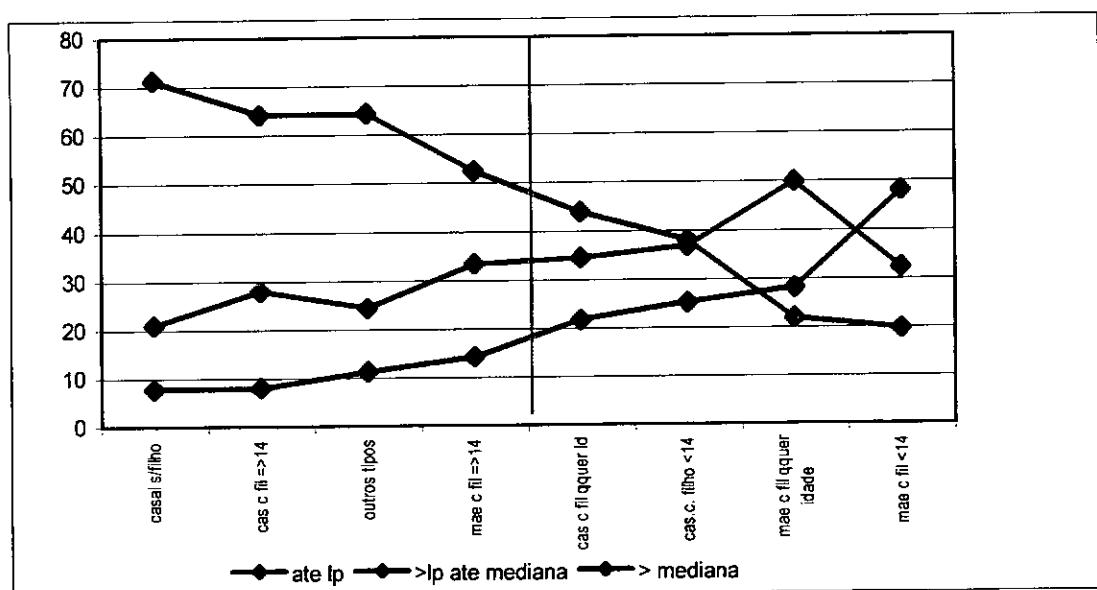
FONTE: IBGE (1998)

NOTA: 1) refere-se ao perímetro metropolitano original, que envolve atualmente 19 municípios.

A vinculação com o mercado do trabalho aparece também quando se observam os tipos de famílias mais suscetíveis à pobreza. O perfil da família determina a possibilidade de se mobilizar ou não mais membros para o mercado do trabalho e a relação de dependência para com os provedores de renda. Como demonstra o gráfico 4.4, a seguir, novamente as linhas referentes aos segmentos pobres e superior divergem. As famílias situadas à esquerda do gráfico se caracterizam ou pelo menor número de dependentes (ausência de filhos) ou por possuírem filhos em idade ativa (com 14 anos de idade ou mais). À esquerda estão as famílias com dependentes menores (filhos com menos de 14 anos de idade), sendo que em alguns tem-se apenas

a mãe como provedora. Assim, num extremo, têm-se famílias constituídas apenas pelo casal, das quais 70% estão no nível superior de rendimento; no outro extremo, têm-se famílias em que a mãe é responsável por filhos menores, das quais a metade em situação de pobreza. Do total de famílias pobres, 75% são famílias dos tipos situados à direita no gráfico 4.4. Observe-se ainda que o segmento intermediário apresenta tendência semelhante à do segmento pobre.

GRÁFICO 4.4 - PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS POBRES SEGUNDO PERFIL DAS FAMÍLIAS - RMC - 1998



FONTE: IBGE (1998)

Para esclarecer as relações entre fatores demográficos – tamanho e perfil das famílias – e fatores econômicos – inserção no mercado de trabalho, são apresentados alguns indicadores que sintetizam essas relações (tabela 4.6). O primeiro indicador refere-se à contribuição da renda do chefe para a renda familiar, considerando-se a renda proveniente da ocupação do chefe, num caso, e a renda proveniente de todas as fontes (ocupação principal e secundária, pensão, aluguel, etc.). Nos dois casos, a importância da renda do chefe é maior entre os mais pobres: pelo critério renda da ocupação, nesse segmento, em 49,2% das famílias **toda renda** deriva da ocupação do chefe; agregando-se as demais rendas, essa participação aumenta para 65,8% das famílias. Observe-se que quando se passa de um critério para outro (variação b/a), o

maior aumento no número de chefes que respondem pela totalidade da renda familiar se dá no segmento superior (67,7%); mesmo assim, nesse segmento apenas 1/3 das famílias dependem exclusivamente da renda do chefe.

TABELA 4.6 - INDICADORES SOBRE PARTICIPAÇÃO DOS CHEFES NA RENDA FAMILIAR, RENDA MÉDIA DO CHEFE E RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA - RMC - 1998

INDICADORES	ATÉ A LINHA DE POBREZA (LP)	ACIMA DA LP ATÉ MEDIANA	ACIMA DA MEDIANA
Participação dos chefes de família na renda familiar:			
100% - renda da ocupação principal (a) (%)	49,2	35,0	21,5
100% - todas as rendas do chefe (b) (%)	65,8	47,6	36,0
Variação (b/a)	33,8	36,3	67,7
Renda média da ocupação principal do chefe (c) R\$	133,78	316,08	1.098,38
Renda média total do chefe (d) R\$	156,03	370,31	1.434,56
Variação (d/c)	16,6	17,2	30,6
Número médio de ocupados por família	0,9	1,5	1,6
Número médio de pessoas por família	3,8	3,4	2,9
Relação de dependência	3,2	1,4	0,8

FONTE: IBGE (1998)

O efeito dessa mudança de critério sobre a renda do chefe é menor entre os pobres; ou seja, a renda média do chefe, considerando-se todas as fontes, aumenta apenas 16,6%. Considerando-se os diferenciais de renda média entre os três segmentos, e as considerações anteriores sobre o tipo de inserção ocupacional dos chefes, percebe-se o impacto da inserção precária no mercado de trabalho.

Mas há de se qualificar também a questão demográfica. Uma leitura apressada levaria à conclusão de que o problema deriva do fato de os pobres terem famílias maiores. É evidente que esse fator influencia as possibilidades de ser pobre, mas o diferencial entre o tamanho médio das famílias não é tão expressivo, quanto o verificado no indicador da relação de dependência. Esse indicador fornece a relação entre o número médio de ocupados e dependentes, sendo que, no caso dos pobres, para cada ocupado há 3,2 dependentes; no segmento superior, essa relação é de 0,8 dependente para cada ocupado. Na realidade, esse indicador aponta para um conjunto de fatores intervenientes sobre as possibilidades de ser pobre, desde aqueles relacionados aos tipos de famílias, antes mencionado, como os relacionados à

escolaridade e, sobretudo, à característica da estrutura produtiva que, mesmo em seus momentos dinâmicos, não gera ocupações de maior qualificação na mesma intensidade do crescimento populacional, e à ausência de mecanismos efetivos de proteção social – seguro desemprego, renda mínima, entre outros.

Relacionando as questões analisadas neste item com as mudanças no mercado de trabalho nos anos 90 e com as características da expansão urbana, é possível qualificar a questão da pobreza nesse período. A RMC tem, como demonstrado no Capítulo 2, uma incidência menor de pobreza comparativamente às demais regiões. Verificou-se, no Capítulo 3, que o Plano Real, pelo menos nos seus primeiros anos, teve um efeito positivo sobre o nível de rendimento, em particular da população de baixa renda. Esses aspectos sugerem uma evolução positiva da questão da pobreza na RMC, como em outras regiões. Mas há duas observações: a primeira é geral, aplicando-se às demais regiões, e refere-se à possibilidade, se as políticas de abertura comercial, industrial e de sustentação do Plano Real tivessem assumido um escopo diferente do que o observado, dos impactos adversos da reestruturação e do ajuste econômico terem sido menores; a segunda, referindo-se mais especificamente à RMC, fosse menor o ritmo de crescimento populacional, possivelmente, mantido todas as demais condições, não estaríamos falando de ½ milhão de pobres e "suas" conseqüências sociais e ambientais.

4.2.3 Condições de Habitação

Na seqüência, serão apresentados alguns indicadores de condições de vida da população residente na RMC, a partir da ótica da qualidade habitacional. Trata-se da adaptação, para a RMC, de uma metodologia desenvolvida pelo IBGE (1999), que visa avaliar aspectos como: o padrão de construção, o acesso a serviços urbanos e densidade domiciliar.

As adaptações realizadas para este trabalho foram: 1) exclusão do tipo de piso, por falta de informação na PNAD, no grupo construção; 2) adotou-se um único

critério de adequação, que consistia em que os domicílios, para serem considerados adequados, tinham de ter atendido aos requisitos de adequação em todas as dimensões.

Optou-se ainda por aplicar esses critérios a todos os domicílios, independente de estarem na área rural ou urbana. Primeiro, porque o grau de urbanização é superior a 90%; segundo, porque se sabe que algumas áreas de expansão urbana são consideradas pelas prefeituras, e conseqüentemente pelo IBGE, como rurais (assim, embora registre-se aumento de população rural em alguns municípios da RMC, cabe destacar que, entre 1992/99, o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas foi reduzido em 25%).

Os resultados a que se chegou constam da tabela IV.7, a qual revela que de cada 100 domicílios apenas 70 cumpriam todos os critérios de adequação. Isso significa que aproximadamente 210 mil domicílios, onde residiam 844 mil pessoas, tinham a qualidade de suas habitações comprometidas em uma ou mais das dimensões destacadas no quadro 4.1, a seguir. Caso se considere apenas a área urbana, o número de domicílios inadequados cai para 165 mil.

QUADRO 4.1 - CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

DIMENSÕES	ADEQUADO	INADEQUADO
Grupo Construção		
Parede	Alvenaria e madeira aparelhada	Taipa, madeira aproveitada, palha, outro material
Teto	Telha, laje de concreto, madeira aparelhada e zinco	Madeira aproveitada, palha, outro material
Grupo Serviços		
Esgoto/ instalação sanitária	Rede coletora/ fossa séptica/ Banheiro exclusivo do domicílio	Outros tipos de esgotamento/ banheiro de uso comum para mais de um domicílio
Água	Abastecimento por rede geral/ canalizada para o domicílio	Poço/ nascente/ outra proveniência/ sem canalização para o domicílio
Lixo	Coletado direta ou indiretamente	Queimado/ enterrado/ jogado em terreno baldio, rio
Energia	Rede elétrica	Gás/ querosene/ outra forma
Grupo Densidade		
	Até 2 moradores por cômodo (do total de cômodos, excluem-se 2: cozinha e banheiro)	Três ou mais moradores por cômodo

NOTA: extraído de IBGE (1999, p.14).

Dentre as famílias pobres, 60% dos domicílios eram inadequados. Esse problema se verifica nos demais segmentos, sempre em menor proporção conforme

aumenta a renda. Mesmo assim, a ocorrência de inadequação entre os pobres responde por apenas 1/3 do total de domicílios considerado inadequados, o que indica que os problemas de habitabilidade atingem um segmento mais amplo do que aquele mais vulnerável em sua condição de renda.

TABELA 4.7 - CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO - RMC - 1998

DISCRIMINAÇÃO	ADEQUADA	INADEQUADA
Total		
Domicílios	503.490	209.939
Pessoas	1.685.082	843.855
Urbana		
Domicílios	499.832	165.242
Até a linha de pobreza (LP) (%)	40,5	59,5
Acima da LP até a mediana (%)	61,1	38,9
Acima da mediana	85,0	15,0

FONTE: IBGE (1998)

Das dimensões avaliadas, as com maior nível de inadequação foram as relativas a esgoto/instalação sanitária e densidade (tabela 4.8). No caso do esgotamento sanitário, em 1998, havia 141,7 mil domicílios que não cumpriam o critério de adequação (rede ou fossa séptica) e 29,5 mil domicílios que não tinham instalações sanitárias de uso exclusivo.⁵⁵ Embora o uso de fossa séptica possa ser considerado adequado do ponto de vista do saneamento do entorno da habitação, do ponto de vista ambiental ele pode acarretar problema. Assim, se fosse considerado apenas o esgotamento via rede coletora, o nível de adequação seria reduzido para 51% nesta dimensão, afetando o indicador de adequação total dos domicílios.

⁵⁵Conforme IBGE (1998, tabela 7.5) referente à RMC.

TABELA 4.8 – CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO POR DIMENSÃO - RMC - 1998

DIMENSÕES	ADEQUADA	INADEQUADA	NÃO DECLARADO
Construção	98,4	1,5	0,0
Esgoto/instalação sanitária	79,1	18,3	2,6
Abastecimento de água	91,1	5,4	3,4
Lixo	96,6	3,4	0,0
Energia	99,5	0,5	0,0
Densidade	87,4	12,6	0,0

FONTE: IBGE (1998)

O outro indicador com maior nível de inadequação – densidade – deve ser visto como uma *proxy* do espaço habitacional (tamanho, disponibilidade de cômodos), possivelmente relacionado àquela mudança na natureza da ocupação a que se referiu (LIMA, 2000), por meio do aumento das invasões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 90 apenas começavam. Na cidade do Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais se reúne para discutir as perspectivas das metrópoles naquela década. Milton Santos faz então uma intervenção polêmica, considerando a necessidade de revisão das visões que informavam a leitura da metropolização brasileira. Ele inicia destacando o fato de a metropolização nos países do Terceiro Mundo ser a cristalização, em certos pontos do território, do processo de globalização, uma modernização seletiva e desigual. Mas dessa premissa, e aí residia a polêmica na época, não deriva a conclusão de que as metrópoles seriam inviáveis. O problema a ser explicado era exatamente este: porque as metrópoles funcionam relativamente bem; porque não explodiam?

A resposta, ele propõe, encontra-se na dinâmica do mercado de trabalho e nas especificidades da economia urbana, com a forma urbana sendo um elemento fundamental na articulação dos diversos circuitos de produção e distribuição que se estabelecem no espaço metropolitano. O descompasso que a teoria propunha entre crescimento populacional intenso e geração de emprego não se verificou:⁵⁶ "ao contrário das idéias que informam uma teorização ainda persistente, o emprego no setor secundário cresce mais rapidamente que no setor terciário e tanto um quanto o outro aumentam mais depressa que a população do conjunto das 9 Regiões Metropolitanas brasileiras entre 1960 e 1980". (SANTOS, 1993a).

Tomei conhecimento desse texto apenas ao final da redação desta tese. E o destaco aqui como contraponto à visão que orientou a hipótese deste trabalho. Não se trata de afirmar que o modelo proposto por SANTOS (1993a) perdeu atualidade, mas de chamar a atenção para a ironia da história: exatamente quando ele propunha reconhecer a nova realidade, ganhou impulso o processo de reversão da trajetória anterior, iniciada no pós-guerra, de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, que teve seu auge no período por ele analisado - 1960-80.

⁵⁶MARANHO (1987) já tinha demonstrado esse fato para a Região Metropolitana de Curitiba.

O Capítulo 2 desta tese é uma espécie de afirmação das idéias de Santos, mas da ótica de seus resultados sociais. As informações coligidas permitem concluir que o período de maturação da estrutura ocupacional brasileira, em termos do seu grau de formalização e da participação do emprego "moderno" nesta foi um período que apresentou avanços também em termos de melhoria das condições de vida da população brasileira, em particular daquela que se encontrava em seus espaços metropolitanos.

As desigualdades sociais não foram eliminadas; pelo contrário, acirraram-se no período. Mas houve forte redução da pobreza relativa no período, as taxas de desemprego aberto eram relativamente baixas, e iniciou-se um processo de expansão da infra-estrutura e serviços urbanos. Espero ter esclarecido em que sentido a contradição entre aumento das desigualdades e melhoria das condições de vida se manifesta. Mas há uma "positividade" da pobreza no urbano, a que não me referi, e para a qual Santos chama atenção: mesmo que reduzida em termos relativos, na metrópole ela se manifesta de modo concentrado e isso tem implicações profundas sobre a dinâmica da economia urbana e a configuração do mercado de trabalho. Essa grandeza articula-se à segregação espacial e viabiliza a proliferação, num espaço único mas fragmentado, "de atividades com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia, menores que no setor moderno, que surgem como uma forma de suprir a demanda de empregos e serviços provocada por aquela modernização a qual a economia monopolista não consegue atender". (SANTOS, 1993a, p.13)

Mas outra questão que pode ser afirmada, ainda em relação aos resultados apresentados no Capítulo 2, é a dos impactos regionais das temporalidades distintas da modernização. Creio que há elementos suficientes, naquele capítulo e nos seguintes, para evidenciar como a RMC se beneficiou do atraso. O processo de metropolização aqui deu-se num contexto muito particular, quando se afirmava o processo de desconcentração produtiva no Brasil, quando se esboçam as primeiras tentativas de articular políticas para organização dos espaço urbano e onde também contaram as

particularidades locais.⁵⁷ Se, em todo o período, a RMC foi a região que mais cresceu, há de se considerar que ela entrou nesse processo sem grandes excedentes populacionais derivados de processos anteriores de modernização e crise. Na realidade, o seu crescimento foi fruto da manifestação dessa dialética entre modernização e crise, mas que teve seu foco fora do espaço metropolitano: quando o crescimento extensivo da fronteira agrícola no Paraná alcançou seu limite e, como alternativa, o rural se rearticulou em novas bases: modernizando, num viés conservador, as relações sociais e técnicas da atividade agrícola.

Os anos 80 e 90 foram de aprofundamento da metropolização, no sentido em que aquelas áreas que se tinham beneficiado do surto de modernização dos anos 70 se consolidam enquanto áreas de concentração populacional, recebendo parcela expressiva dos fluxos migratórios que ainda ocorriam. Mas, nesse período, e este foi o objeto dos Capítulos 3 e 4, ocorreu uma mudança profunda no mercado de trabalho brasileiro, manifesta na crescente precarização das ocupações como resultado do ajuste empresarial às crises econômicas (no início das duas décadas) e ao aprofundamento do processo de reestruturação produtiva nos anos 90. As mudanças foram de ordem qualitativa, provocando alterações nas articulações entre os setores formal e informal da economia, aumentando a sua complexidade.

Ao mesmo tempo em que as novas formas de organização do processo de trabalho implicam o avanço de um informal articulado aos segmentos modernos, via oferta de bens e serviços por meio da terceirização, este não foi capaz de dar conta, como em períodos anteriores, do custo social do ajuste empresarial. O emprego precário, no setor informal, cresceu; no caso da RMC, ele representou aproximadamente 2/3 das ocupações surgidas no período 1989-99. Essa foi uma das faces do ajuste, a qual sustenta a própria noção de precarização. A outra foi a explosão das taxas de desemprego no período: elas dobraram de uma década para outra. Mais importante, como destacou POCHMANN (1999), ocorreu uma des-sincronização entre

⁵⁷Conforme OLIVEIRA (1995) destacou em relação à institucionalização do planejamento urbano em Curitiba.

o comportamento desse indicador e o referente ao nível de atividade econômica: momentos de crescimento não eram acompanhados de redução do desemprego.

Novamente percebe-se o peso daquilo que SANTOS (1985) chama de temporalidades distintas da modernização, uma vez que essas implicam diferenças nas estruturas produtivas locais (ramos de atividade, padrão tecnológico, formas de gestão do processo produtivo). O impacto da desestruturação do mercado do trabalho pôde ser constatado em todas as regiões. Mas a intensidade foi variável: São Paulo aparece como o núcleo da precarização, onde se observaram as maiores quedas do emprego formal e daquele ligado à indústria.

A RMC aparece como um caso intermediário: a redução do emprego formal e o aumento das taxas de desemprego deram-se a taxas inferiores às observadas para São Paulo e Porto Alegre. A ocupação na indústria, após uma queda no início dos anos 90, consegue manter sua participação no total da ocupação, chegando mesmo a crescer em termos absolutos na segunda metade da década. Porém, mesmo nesse setor verificou-se a queda do assalariamento. O resultado das mudanças é inequívoco: a região metropolitana que, no período 1960-80, apresentou as maiores taxas de crescimento da PEA industrial e terciária, ressentiu-se do ajuste empresarial provocado pela crise econômica e pela exposição a novos padrões de competitividade decorrentes da abertura econômica.

Por razões apresentadas no Capítulo 4, mantivemos em suspenso a hipótese de que a precarização do trabalho resultaria num quadro social e ambiental também mais adverso. Os elementos reunidos neste capítulo não permitem sustentar uma tese contrária àquela de Milton Santos, apresentada no início dessa consideração, e afirmar que as metrópoles, enfim, estão prestes a explodir. Mas há elementos que apontam para a deterioração do quadro sócio-ambiental. Por um lado, as características do processo recente de expansão urbana, na RMC, reforçam pressões manifestas desde décadas anteriores, de uma periferização concentrada estabelecida em áreas ambientalmente frágeis. O incremento populacional registrado no período 1991-2000 foi o maior na história da região, sendo que, pela primeira vez, a maior parcela instalou-se na periferia. A própria natureza da ocupação urbana recente apresenta nova face com a proliferação das ocupações irregulares.

A questão da pobreza, como vista no Capítulo 4, pode ser vista de duas óticas. Em termos de sua incidência relativa, ela foi beneficiada pelo sucesso na estabilização do processo inflacionário. Mas, particularmente no caso da RMC, a continuidade dos fluxos migratórios imprime uma dimensão ao problema sem precedentes: trata-se de meio milhão de pessoas com dificuldades de se reproduzir em condições elementares. Padrões também não alcançados quando se analisa as condições de habitação da população, onde 30% dos domicílios apresentam problemas de inadequação, particularmente no que se refere à questão do saneamento básico e da escassez de espaço habitável (expresso pelo indicador de densidade habitacional).

Privilegiou-se nesta tese a questão da precarização do trabalho como elemento novo a caracterizar o processo de metropolização brasileira. Ela aparece como expressão de um novo surto de modernização, assentada na reestruturação do paradigma produtivo. Verificou-se que, em alguns espaços, esses processos manifestaram-se de modo mais intenso, dentre os quais se destaca a Região Metropolitana de Curitiba. Evidenciou-se ainda que a precarização do trabalho acentua o processo de diferenciação social, no sentido em que complexifica a estrutura ocupacional e reforça as desigualdades a ela associadas.

As desigualdades manifestam-se na manutenção de elevado contingente populacional na condição de pobreza extrema, mas também em possibilidades diferenciadas de apropriação do espaço, que envolvem não apenas o segmento mais miserável. Nesse sentido, a questão ambiental aparece em toda sua amplitude: o espaço metropolitano se constrói de modo fragmentado, e em algumas porções do mesmo se conjugam pobreza e degradação.

O reconhecimento de processos sociais como o destacado nesta tese – a precarização do mercado de trabalho – aponta o limite de certas concepções de sustentabilidade urbana. Embora concepções ecológicas possam fundamentar ações que revertam o quadro de degradação que acompanha a expansão urbana, são insuficientes para determinar a dinâmica que configura a problemática socioambiental. Como GOLDBLATT (1996) sugeriu, é preciso ir além e pensar nas causas estruturais.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas: ANPUR, n.1, p.79-90, maio 1999.
- ALBUQUERQUE, R. C. de. Pobreza e exclusão social. In: VELLOSO, J. P. dos Reis; ALBUQUERQUE, R. C. de (Org.). **Pobreza e mobilidade social**. São Paulo: Nobel, 1993. p.53-103.
- ALMEIDA, L. T. de. **Política ambiental: uma análise econômica**. Campinas: Papirus; São Paulo: UNESP, 1998.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARIAS, R. A. Sobre os processos de seleção e estimação utilizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília: ABEP, v.15, n.2, p.93-101, jul./dez.1998.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.
- BREMAEKER, F. E. J. de. **As regiões metropolitanas em processo de superconcentração populacional: 1950-1980**. Rio de Janeiro: IBAM, 1991.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e sociedade**, Campinas: UNICAMP/IE, n.8, p.101-141, jul.1997.
- CANO, W. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, M. da C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p.93-120.
- CARDOSO JR., J. C.; FERNANDES, S. A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Brasília: IPEA, n.14, p.41-49, out.2000.
- CARLEIAL, L.; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCITEC: ABET, 1997.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1997.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRO, A. B. O lado real do Real: o debate e algumas surpresas. In: MAGALHÃES, J. P. de A. (Org.). **Vinte anos de política econômica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p.59-94.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- COSTA, H. S. de M. Indústria, produção do espaço e custos socioambientais: reflexões a partir do exemplo do Vale do Aço, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000. p.191-212.

- DEDDECA, C. S. **Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano**: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 1990. Tese (Doutorado) – UNICAMP/IE.
- DEDDECA, C. S. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese metodológica. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília: ABEP, v.15, n.2, p.103-114, jul./dez.1998.
- DEDDECA, C. S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção teses).
- DELGADO, P. R. Processos de inundação e situação de risco ambiental. **Sanare**, Curitiba: SANEPAR, v.13, n.13, p.59-64, jan./jun.2000.
- DEMO, P. **Combate à pobreza**: desenvolvimento como oportunidade. Campinas: Autores Associados, 1996.
- DIEESE. **INPC-IBGE**: número índice (jan.1990/nov.2000). Disponível em: <<http://www.intranet.dieese.org.br/bmacro/autentic.html>>. Acesso em 19 dez.2000.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v.6, n.1, p.77-103, jul.1996.
- DINIZ FILHO, L. L. Os equívocos da noção de “regiões que exploram regiões”: crítica ao conceito de transferência geográfica de valor de Edward Soja. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: Humanitas: USP/FFLCH, n.13, p.165-186, 1999.
- A DISTRIBUIÇÃO de renda. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 fev.1997. p.A-6 e 7.
- DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. **Controversias sobre sustentabilidade**. Disponível em: http://www.unilivre.org.br/centro/f_textos.htm. Acesso em 21 dez.2000
- GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- GONDOLO, G. C. F. **Desafios de um sistema complexo à gestão ambiental**: bacia do Guapiranga, Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: FAPESP/ANNABLUME, 1999.
- GUTBERLET, J. **Cubatão**: desenvolvimento, exclusão social, degradação ambiental. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 1996.
- HANNIGAN, J. A **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- HOGAN, D. J. Crescimento demográfico e meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas: ABEP, v.8, n.1/2, p.61-71, jan./dez.1991.
- HOGAN, D. J. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: UNICAMP, 1993. p.101-131.
- HOGAN, D. J. A qualidade ambiental urbana: oportunidades para um novo salto. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.9, n.3, p.17-23, jul./set.1995.

- HOGAN, D. J. **Dinâmica demográfica e mudança ambiental**. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2000. (Textos NEPO, 36). Projeto Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro Oeste.
- HOGAN, D. J.; RODRIGUES, I. A.; CARMO, L. R. O novo padrão migratório e os impactos sobre os recursos hídricos: as bacias dos rios Piracicaba e Capivari. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo: CEM, v.10, n.28, p.27-33, maio/ago.1997.
- HOUNIE, A.; RODRIGUEZ, O. **Estrategia neoestructuralista de desarrollo: la perspectiva del empleo**. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.
- IBGE. **Pesquisa sobre padrões de vida – 1996-97**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Regiões Metropolitanas:1992-1999**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 17 dez.2000.
- IBGE. Resultados preliminares do Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 19 jan.2001.
- INFORMATIVO PED. Curitiba: IPARDES: DIEESE, n.especial 1, ago.1995.
- IPARDES. **Paraná: economia e sociedade**. Curitiba: IPARDES, 1982.
- IPEA. **Variação anual real do PIB – Brasil (1948/1999)**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 27 dez.2000.
- JACOBI, P. **Infraestrutura e meio ambiente urbano no Brasil: diagnóstico de pobreza e alternativas de gestão co-responsabilizada**. Salvador: s.n., 1995. Texto apresentado ao Seminário preparatório da Conferência Habitat II – Infra-estrutura e Meio Ambiente Urbano e Rural”, 1995, Salvador.
- KARAM, K. et al. **Subprograma interdisciplinar de pesquisa: meio ambiente e desenvolvimento humano na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: UFPR/Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1998.
- KLEINKE, M. de L. U.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.95, p.27-50, jan./abr.1999.
- KLIKSBERG, B. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- LACERDA, A. C. de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1999.
- LAGO, L. C. do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: REVAN:FASE, 2000.
- LIBARDI, D.; DELGADO, P. A redução do trabalho agrícola no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.95, p.51-59, jan./abr.1999.
- LIMA, C. de A. **Ocupação urbana em área de mananciais e os desafios ao planejamento ambiental metropolitano**. Curitiba, 2000. Tese apresentada ao Exame de Qualificação no Programa de Doutorado em Meio Ambiente da UFPR.

- MARANHO, E. J. **Dinâmica do mercado de trabalho urbano num contexto de rápido crescimento populacional**: o caso da Região Metropolitana de Curitiba. Belo Horizonte, 1987. Dissertação (Mestrado) - UFMG/CEDEPLAR.
- MARANHO, E. J.; CIMINELLI, R. R. O migrante no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Curitiba - RMC. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.10, n.11, p.5-8, nov.1988.
- MARCONDES, M. J. de A. **Cidade e natureza**: proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: Studio Nobel: EDUSP: FAPESP, 1999.
- MARÉCHAL, J. P. **A economia, o emprego e o ambiente**: o racional e o razoável. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- MARQUES, E. C. **Estado e redes sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.
- MARTINE, G. População e meio ambiente: a complexidade das interações e a diversidade de níveis. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n.7, p.5-25, jun.1992.
- MARTINE, G. Población y medio ambiente: lecciones de la experiencia latinoamericana. **Pensamiento Iberoamericano**, Madrid: AECI, n.28, p.261-310, jul./dic.1995.
- MENDONÇA, F. **Geografia física**: ciência humana? São Paulo: Contexto, 1998.
- MENDONÇA, F. **Clima e criminalidade**: ensaio analítico da correlação entre a temperatura do ar e a criminalidade urbana. Curitiba, 1999. Tese (Professor Titular) - UFPR.
- MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v.15, n.42, p.55-71, fev.2000.
- MOURA, R.; KLEINKE, M. de L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da região sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.95, p.3-25, jan./abr.1999.
- MOURA, R.; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.88, p.3-21, maio/ago.1996.
- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo**: 1880-1990. Campinas: UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, D. de. **A política do planejamento urbano**: o caso de Curitiba. Campinas, 1995. Tese (Doutorado) - UNICAMP.
- PEDRÃO, F. Os novos modos de metropolização. **Bahia: Análise & Dados**, Salvador: CEI, v.3, n.2, p.18-21, set.1993.
- PIRIE, M. A virtude da riqueza. **Exame**, São Paulo: Abril, v.34, n.26, p.34-35, 27 dez.2000.
- PNUD. **Desenvolvimento e condições de vida**: indicadores brasileiros. Brasília: PNUD: IPEA; Belo Horizonte: FJP; Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- PNUMA. **Cuidando do Planeta Terra**: uma estratégia para o futuro da vida. São Paulo: UICN/PNUMA/WWF, 1991.

- POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999. X
- RAMALHO, J. R. Trabalho precário, desemprego e pobreza: a nova face do mundo industrializado nos anos de 1990. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro: Koinonia, n.288, p.28-30, jun./ago.1996.
- RAMOS, L.; ÁVILA, M. de. **Nível de bem-estar social no Brasil metropolitano: uma comparação inter-regional.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 730).
- RIBEIRO, L. C. de Q. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.
- ROCHA, S. Pobreza: renda e indicadores sociais como critérios complementares. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n.4, p.67-82, dez.1990.
- ROCHA, S. Metropolitan poverty in Brasil: economic cycles, labour markets and demographic trends. **International Journal of Urban and Regional Research**, Oxford: Blackwell Publishers, v.19, n.3, p.383-394, 1995.
- ROCHA, S. Crise, estabilização e pobreza: 1990 a 1995. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, v.51, n.1, p.22-26, jan.1997a.
- ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro: IPEA, v.27, n.2, p.313-352, ago.1997b.
- ROCHA, S. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. (Texto para discussão, 720).
- ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. (Texto para discussão, 721).
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI?** S.l.: s.n., 2000c. Versão preliminar.
- ROCHA, S.; TOLOSA, H. C. Núcleo-periferia metropolitana: diferenciais de renda e pobreza. In: VELLOSO, J. P. dos Reis; ALBUQUERQUE, R. C. de (Org.). **Pobreza e mobilidade social.** São Paulo: Nobel, 1993. p.137-171.
- RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana.** São Paulo: HUCITEC, 1998.
- SABÓIA, J. L. M. **Distribuição de renda e pobreza metropolitana no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991.
- SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina.** São Paulo: BOITEMPO, 1999.
- SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo.** São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

- SANTOS, M. Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo. **Bahia: Análise & Dados**, Salvador: CEI, v.3, n.2, p.5-17, set.1993a.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993b.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ: UCAM, 1999.
- SCHNEIDER, S. H. **Laboratório terra: o jogo planetário que não podemos nos dar ao luxo de perder**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SERRA, G. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E. A mudança no conceito de trabalho nas novas PNADs. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP/IE, n.8, p.247-261, jun.1997.
- SILVA, L. A . M. da. A (des)organização do trabalho no Brasil urbano. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.4, n.3/4, p.2-5, jul./dez.1990.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TASCHNER, S. P. Degradação ambiental em favelas de São Paulo. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000. p.271-297.
- TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. de Q. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. p.247-284.
- TORRES, H. da G. **Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo**. Campinas, 1996. Tese (Doutorado) - UNICAMP/IFCH.
- TSIOMIS, Y. O meio ambiente e a questão urbana. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, n.1, p.131-135, 1994.
- UFPR. Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Oficina de Pesquisa. **Caracterização da Região Metropolitana**. Curitiba, 1997.
- ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (Org.). **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.

ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS, EXISTENTES EM 1991, E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

A Constituição Brasileira de 1988 delegou competência aos Estados para definição de regiões metropolitanas. Com isso ocorreu uma proliferação de novas regiões, juntamente com mudanças na composição das antigas regiões, em número de nove até 1991; essas mudanças relacionam-se à incorporação de novos municípios situados fora do antigo perímetro das regiões metropolitanas e/ou pelo desmembramento de municípios que as integravam.

O IBGE, entretanto, em seus levantamentos estatísticos (Censo Demográfico, em 1991, Contagem da População, em 1996, e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período 1992/99), considera como regiões metropolitanas aquelas existentes em 1991, compostas apenas pelos municípios que integravam o seu antigo perímetro, incluindo nessa situação os novos municípios aí desmembrados. Somente a partir do novo recenseamento, em 2000, ele atualizará os limites e número de regiões metropolitanas para efeitos de suas pesquisas.

No caso da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, o antigo perímetro compreendia quatorze municípios, quais sejam: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Até 1997, dez novos municípios passaram a integrar a RMC, cinco deles a partir de desmembramentos de municípios que compunham a RMC: Campo Magro, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais e Tunas do Paraná. Os dados estatísticos divulgados pelo IBGE para a RMC referem-se ao perímetro composto por esses 19 municípios. Os demais municípios (Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Quitandinha, Tijucas do Sul e, mais recentemente, Agudos do Sul⁵⁸) não estão representados.

⁵⁸ O município de Agudos do Sul foi incluído após 1997. Para manter a homogeneidade da fonte consultada (o Anuário Estatístico de 1998, do IBGE, com dados de 1997), decidiu-se não incluí-lo no quadro A-1.

Quando as pesquisas são do tipo censitário, é possível reconstituir o novo perímetro. Para pesquisas amostrais, como a PNAD, essa reconstituição é impossível. Como esta será uma das fontes de dados privilegiadas neste trabalho, optou-se por manter a definição de região metropolitana adotada pelo IBGE.

O quadro A-1, que compõe este anexo, apresenta a relação das nove regiões metropolitanas existentes em 1991, destacando os municípios que a compunham nesta data, bem como os novos derivados de desmembramentos ou de ampliação do perímetro regional.

**ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS,
EXISTENTES EM 1991, E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS**

ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS, EXISTENTES EM 1991, E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

continua

REGIÃO METROPOLITANA	MUNICÍPIOS	PERÍODO DE INTEGRAÇÃO NA RM		
		EM 1991	APÓS 1991	
			Existente em 1991	Criado após 1991
Belém	Ananindeua	█		
Belém	Belém	█		
Belém	Benevides		█	
Belém	Marituba			█
Belém	Santa Bárbara do Pará			█
Belo Horizonte	Belo Horizonte	█		
Belo Horizonte	Betim	█		
Belo Horizonte	Brumadinho	█		
Belo Horizonte	Caeté	█		
Belo Horizonte	Cofins			█
Belo Horizonte	Contagem	█		
Belo Horizonte	Esmeraldas	█		
Belo Horizonte	Ibirité	█		
Belo Horizonte	Igarapé	█		
Belo Horizonte	Juatuba			█
Belo Horizonte	Lagoa Santa	█		
Belo Horizonte	Mateus Leme			
Belo Horizonte	Mario Campos			█
Belo Horizonte	Nova Lima	█		
Belo Horizonte	Pedro Leopoldo	█		
Belo Horizonte	Raposos	█		
Belo Horizonte	Ribeirão das Neves	█		
Belo Horizonte	Rio Acima	█		
Belo Horizonte	Sabará	█		
Belo Horizonte	Santa Luzia	█		
Belo Horizonte	São Joaquim de Bicas			█
Belo Horizonte	São José da Lapa			█
Belo Horizonte	Sarzedo			█
Belo Horizonte	Vespasiano	█		
Curitiba	Adrianópolis		█	
Curitiba	Almirante Tamandaré	█		
Curitiba	Araucária	█		
Curitiba	Balsa Nova	█		
Curitiba	Bocaiúva do Sul	█		
Curitiba	Campina Grande do Sul	█		
Curitiba	Campo Largo	█		
Curitiba	Campo Magro			█
Curitiba	Cerro Azul		█	
Curitiba	Colombo	█		
Curitiba	Contenda	█		
Curitiba	Curitiba	█		

ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS, EXISTENTES EM 1991, E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

continua

REGIÃO METROPOLITANA	MUNICÍPIOS	PERÍODO DE INTEGRAÇÃO NA RM		
		EM 1991	APÓS 1991	
			Existente em 1991	Criado após 1991
Curitiba	Doutor Ulysses			█
Curitiba	Fazenda Rio Grande			█
Curitiba	Itaperuçu			█
Curitiba	Mandirituba	█		
Curitiba	Pinhais			█
Curitiba	Piraquara	█		
Curitiba	Quatro Barras	█		
Curitiba	Quitandinha		█	
Curitiba	Rio Branco do Sul	█		
Curitiba	São José dos Pinhais	█		
Curitiba	Tijucas do Sul		█	
Curitiba	Tunas do Paraná			█
Fortaleza	Aquiraz	█		
Fortaleza	Caucaia			
Fortaleza	Eusébio			
Fortaleza	Fortaleza	█		
Fortaleza	Guaiúba	█		
Fortaleza	Itaitinga			█
Fortaleza	Maracanau	█		
Fortaleza	Maranguape			
Fortaleza	Pacatuba			
Porto Alegre	Alvorada	█		
Porto Alegre	Cachoeirinha	█		
Porto Alegre	Campo Bom	█		
Porto Alegre	Canoas	█		
Porto Alegre	Charqueadas		█	
Porto Alegre	Dois Irmãos	█		
Porto Alegre	Eldorado do Sul	█		
Porto Alegre	Estância Velha	█		
Porto Alegre	Esteio	█		
Porto Alegre	Glorinha	█		
Porto Alegre	Gravataí	█		
Porto Alegre	Guaíba	█		
Porto Alegre	Ivoti	█		
Porto Alegre	Nova Hartz	█		
Porto Alegre	Novo Hamburgo	█		
Porto Alegre	Parobé	█		
Porto Alegre	Portão	█		
Porto Alegre	Porto Alegre	█		
Porto Alegre	São Leopoldo	█		
Porto Alegre	Sapiranga	█		
Porto Alegre	Sapucaia do Sul	█		

ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS, EXISTENTES EM 1991, E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

continua

REGIÃO METROPOLITANA	MUNICÍPIOS	PERÍODO DE INTEGRAÇÃO NA RM		
		EM 1991	APÓS 1991	
			Existente em 1991	Criado após 1991
Porto Alegre	Triunfo	■		
Porto Alegre	Viamão	■		
Recife	Abreu e Lima	■		
Recife	Araçoiaba			■
Recife	Cabo de Santo Agostinho	■		
Recife	Camaragibe	■		
Recife	Igarassu	■		
Recife	Ipojuca		■	
Recife	Itamaracá	■		
Recife	Itapissuma	■		
Recife	Jaboatão dos Guararapes	■		
Recife	Moreno	■		
Recife	Olinda	■		
Recife	Paulista	■		
Recife	Recife	■		
Recife	São Lourenço da Mata	■		
Rio de Janeiro	Belford Roxo			■
Rio de Janeiro	Duque de Caxias	■		
Rio de Janeiro	Guapimirim			■
Rio de Janeiro	Itaboraí	■		
Rio de Janeiro	Itaguaí	■		
Rio de Janeiro	Japeri			■
Rio de Janeiro	Magé	■		
Rio de Janeiro	Mangaratiba	■		
Rio de Janeiro	Maricá	■		
Rio de Janeiro	Nilópolis	■		
Rio de Janeiro	Niterói	■		
Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	■		
Rio de Janeiro	Paracambi	■		
Rio de Janeiro	Queimados			■
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	■		
Rio de Janeiro	São Gonçalo	■		
Rio de Janeiro	São João de Meriti	■		
Rio de Janeiro	Seropédica			■
Rio de Janeiro	Tanguá			■
Salvador	Camaçari	■		
Salvador	Candeias	■		
Salvador	Dias d'Ávila	■		
Salvador	Itaparica	■		
Salvador	Lauro de Freitas	■		
Salvador	Madre de Deus	■		
Salvador	Salvador	■		

ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS, EXISTENTES EM 1991, E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

conclusão

REGIÃO METROPOLITANA	MUNICÍPIOS	PERÍODO DE INTEGRAÇÃO NA RM		
		EM 1991	APÓS 1991	
			Existente em 1991	Criado após 1991
Salvador	São Francisco do Conde			
Salvador	Simões Filho			
Salvador	Vera Cruz			
São Paulo	Arujá			
São Paulo	Barueri			
São Paulo	Biritiba-Mirim			
São Paulo	Caieiras			
São Paulo	Cajamar			
São Paulo	Carapicuíba			
São Paulo	Cotia			
São Paulo	Diadema			
São Paulo	Embu			
São Paulo	Embu-Guaçu			
São Paulo	Ferraz de Vasconcelos			
São Paulo	Francisco Morato			
São Paulo	Franco da Rocha			
São Paulo	Guararema			
São Paulo	Guarulhos			
São Paulo	Itapecerica da Serra			
São Paulo	Itapevi			
São Paulo	Itaquaquecetuba			
São Paulo	Jandira			
São Paulo	Juquitiba			
São Paulo	Mairiporã			
São Paulo	Mauá			
São Paulo	Moji das Cruzes			
São Paulo	Osasco			
São Paulo	Pirapora do Bom Jesus			
São Paulo	Poá			
São Paulo	Ribeirão Pires			
São Paulo	Rio Grande da Serra			
São Paulo	Salesópolis			
São Paulo	Santa Isabel			
São Paulo	Santana de Parnaíba			
São Paulo	Santo André			
São Paulo	São Bernardo do Campo			
São Paulo	São Caetano do Sul			
São Paulo	São Lourenço da Serra			
São Paulo	São Paulo			
São Paulo	Suzano			
São Paulo	Taboão da Serra			
São Paulo	Vargem Grande Paulista			

FONTE: IBGE - Sinopse do Censo Demográfico 1991/Brasil - Unidades da Federação - Regiões Metropolitanas - Tabelas Seleccionadas e Anuário Estatístico do Brasil 1998.

**ANEXO 2 - RELAÇÃO DAS DIMENSÕES E INDICADORES QUE COMPÕEM
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH
(INTERNACIONAL, NACIONAL E MUNICIPAL) E O ÍNDICE DE
CONDIÇÕES DE VIDA - ICV**

ANEXO 2 - RELAÇÃO DAS DIMENSÕES E INDICADORES QUE COMPÕEM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (INTERNACIONAL, NACIONAL E MUNICIPAL) E O ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA - ICV

DIMENSÃO	PNUD	PNUD/IPEA	PNUD/IPEA/IBGE/FJP	
	Internacional	Unidades federativas	IDH-M	ICV
			Municípios	
Longevidade	esperança de vida	esperança de vida	esperança de vida	esperança de vida
				taxa de mortalidade infantil
Grau de conhecimento	taxa de alfabetização de adultos	taxa de alfabetização de adultos	taxa de analfabetismo	taxa de analfabetismo
	taxa combinada de matrícula nos 3 níveis de ensino	taxa combinada de matrícula nos 3 níveis de ensino	número médio de anos de estudo	número médio de anos de estudo
				% da pop. < 4 anos estudo
				% da pop. < 8 anos estudo
				% da pop. > 11 anos estudo
Renda	PIB per capita ajustado	PIB per capita	renda familiar per capita	renda familiar per capita
				índice L de Theil (desigualdade de renda)
				% de pessoas c/ renda insuficiente
				insuficiência média de renda
				grau de desigualdade na pop. c/ renda insuficiente
Infância				% crianças que não freqüentam escola
				defasagem escolar média
				% crianças > 1 ano de atraso escolar
				% crianças que trabalham
Habitação				% pop. vivendo em domicílios c/ densidade superior a 2 pessoas p/ dormitório potencial
				% pop. vivendo em domicílios duráveis
				% pop. vivendo em domicílios c/ abastecimento adequado de água
				% pop. vivendo em domicílios c/ instalações adequadas de esgoto

**ANEXO 3 - MATRIZ DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DE
CONDIÇÕES DE VIDA E DOS RESPECTIVOS COMPONENTES -
MUNICÍPIOS METROPOLITANOS**

ANEXO 3 - MATRIZ DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DE CONDIÇÕES DE VIDA E DOS RESPECTIVOS COMPONENTES - MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

continua

REGIÕES/MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL						ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA					POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO			
	IDH-M			Longevidade	Educação	Renda	ICV			Longevidade	Educação			Infância	Renda	Habitação
	1970	1980	1991	1991			1970	1980	1991	1991						
Camaçari	0,365	0,593	0,597	0,616	0,640	0,535	0,417	0,560	0,646	0,715	0,555	0,646	0,637	0,674	113.639	95,2
Candeias	0,407	0,531	0,545	0,569	0,605	0,462	0,460	0,549	0,600	0,666	0,518	0,652	0,583	0,580	67.941	90,5
Dias d'Ávila			0,610	0,627	0,638	0,564			0,652	0,727	0,561	0,661	0,622	0,687	31.260	94,3
Itaparica	0,403	0,571	0,511	0,621	0,633	0,278	0,495	0,507	0,579	0,721	0,543	0,660	0,450	0,518	15.055	100,0
Lauro de Freitas	0,359	0,595	0,738	0,646	0,656	0,913	0,426	0,555	0,677	0,745	0,587	0,636	0,768	0,649	69.270	63,9
Madre de Deus			0,587	0,630	0,671	0,459			0,662	0,730	0,577	0,711	0,593	0,697	9.183	95,7
Salvador	0,580	0,742	0,793	0,670	0,758	0,952	0,589	0,703	0,756	0,769	0,702	0,722	0,804	0,784	2.075.272	99,9
São Francisco do Conde	0,413	0,483	0,492	0,614	0,551	0,310	0,476	0,485	0,542	0,714	0,465	0,634	0,465	0,433	20.238	77,7
Simões Filho	0,354	0,542	0,584	0,630	0,647	0,477	0,417	0,540	0,631	0,730	0,562	0,633	0,590	0,641	72.526	60,9
Vera Cruz	0,334	0,493	0,542	0,623	0,597	0,406	0,399	0,513	0,608	0,723	0,506	0,626	0,512	0,672	22.136	91,7
Aquiraz	0,246	0,372	0,424	0,562	0,415	0,293	0,302	0,396	0,464	0,618	0,341	0,502	0,486	0,372	46.305	88,7
Caucaia	0,291	0,416	0,525	0,616	0,580	0,379	0,334	0,441	0,571	0,682	0,502	0,562	0,537	0,574	165.099	89,4
Eusébio			0,494	0,570	0,495	0,415			0,501	0,628	0,417	0,582	0,522	0,353	20.410	100,0
Fortaleza	0,463	0,681	0,762	0,648	0,696	0,943	0,493	0,633	0,706	0,718	0,639	0,699	0,795	0,678	1.768.636	100,0
Guaiúba			0,425	0,634	0,417	0,225			0,477	0,702	0,339	0,542	0,467	0,333	17.562	57,2
Maracanaú			0,537	0,647	0,613	0,351			0,620	0,718	0,531	0,624	0,532	0,694	156.810	99,5
Maranguape	0,288	0,461	0,469	0,588	0,529	0,291	0,354	0,489	0,542	0,649	0,446	0,613	0,474	0,527	71.705	72,5
Pacatuba	0,255	0,371	0,488	0,636	0,533	0,295	0,304	0,408	0,554	0,705	0,451	0,594	0,518	0,503	60.148	89,1
Belo Horizonte	0,648	0,736	0,796	0,645	0,781	0,962	0,650	0,738	0,805	0,767	0,729	0,799	0,839	0,892	2.020.160	99,7
Betim	0,416	0,642	0,666	0,663	0,669	0,667	0,519	0,626	0,707	0,783	0,578	0,754	0,703	0,715	170.934	95,1
Brumadinho	0,403	0,657	0,661	0,633	0,668	0,682	0,521	0,676	0,717	0,757	0,574	0,715	0,685	0,854	19.308	59,9
Caeté	0,439	0,674	0,646	0,613	0,710	0,615	0,568	0,713	0,746	0,739	0,621	0,781	0,679	0,909	33.251	87,7
Contagem	0,484	0,716	0,750	0,644	0,732	0,873	0,554	0,703	0,771	0,767	0,650	0,779	0,834	0,826	449.588	93,6
Esmeraldas	0,420	0,580	0,588	0,668	0,632	0,465	0,541	0,650	0,677	0,788	0,529	0,652	0,588	0,829	24.298	29,0
Ibirité	0,361	0,557	0,585	0,629	0,647	0,479	0,475	0,588	0,648	0,754	0,544	0,700	0,621	0,619	92.675	98,4
Igarapé	0,363	0,556	0,598	0,619	0,636	0,539	0,468	0,592	0,663	0,744	0,536	0,662	0,619	0,753	27.400	72,7
Lagoa Santa	0,436	0,713	0,726	0,647	0,701	0,830	0,535	0,682	0,734	0,769	0,621	0,756	0,758	0,768	29.824	93,7

ANEXO 3 - MATRIZ DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DE CONDIÇÕES DE VIDA E DOS RESPECTIVOS COMPONENTES - MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

continua

REGIÕES/MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL						ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA						POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO		
	IDH-M			Longevidade	Educação	Renda	ICV			Longevidade	Educação	Infância			Renda	Habitação
	1970	1980	1991				1991									
Mateus Leme	0,409	0,647	0,605	0,638	0,614	0,563	0,518	0,651	0,688	0,762	0,528	0,719	0,650	0,779	27.033	72,3
Nova Lima	0,467	0,723	0,775	0,638	0,740	0,946	0,598	0,741	0,792	0,762	0,666	0,776	0,847	0,910	52.400	84,1
Pedro Leopoldo	0,467	0,709	0,743	0,693	0,714	0,823	0,572	0,718	0,765	0,808	0,633	0,787	0,771	0,825	41.594	79,2
Raposos	0,392	0,627	0,660	0,661	0,688	0,632	0,488	0,693	0,747	0,782	0,596	0,731	0,725	0,903	14.242	94,2
Ribeirão das Neves	0,408	0,546	0,588	0,618	0,654	0,491	0,530	0,559	0,679	0,744	0,556	0,723	0,634	0,740	143.853	83,8
Rio Acima	0,393	0,561	0,575	0,638	0,685	0,403	0,558	0,685	0,708	0,762	0,579	0,709	0,587	0,904	7.066	80,1
Sabará	0,458	0,656	0,671	0,634	0,706	0,674	0,572	0,657	0,731	0,758	0,620	0,735	0,712	0,832	89.740	84,4
Santa Luzia	0,409	0,628	0,628	0,602	0,695	0,588	0,508	0,630	0,710	0,730	0,602	0,729	0,684	0,802	137.825	94,9
Vespasiano	0,456	0,676	0,619	0,635	0,662	0,561	0,571	0,650	0,694	0,758	0,572	0,722	0,654	0,766	54.868	65,4
Ananindeua	0,444	0,606	0,657	0,599	0,710	0,662	0,494	0,627	0,638	0,716	0,630	0,660	0,687	0,497	88.151	84,1
Belém	0,547	0,749	0,796	0,669	0,771	0,949	0,582	0,720	0,756	0,781	0,708	0,737	0,823	0,732	1.244.688	68,2
Abreu e Lima			0,569	0,646	0,630	0,432			0,649	0,716	0,551	0,707	0,585	0,686	77.035	91,7
Cabo de Santo Agostinho	0,324	0,471	0,541	0,651	0,575	0,398	0,398	0,495	0,613	0,721	0,499	0,670	0,548	0,627	127.036	86,4
Camaraçibe			0,585	0,678	0,620	0,458			0,639	0,751	0,542	0,704	0,576	0,621	99.407	100,0
Igarassu	0,287	0,449	0,474	0,601	0,505	0,317	0,346	0,486	0,547	0,664	0,433	0,628	0,486	0,523	79.837	74,8
Itamaracá	0,355	0,494	0,573	0,666	0,560	0,492	0,404	0,507	0,603	0,738	0,486	0,725	0,589	0,474	11.606	84,8
Itapissuma			0,449	0,603	0,504	0,240			0,550	0,667	0,432	0,642	0,446	0,562	16.408	85,9
Jaboatão dos Guararapes	0,389	0,609	0,690	0,664	0,663	0,744	0,443	0,592	0,679	0,736	0,599	0,712	0,701	0,648	487.119	86,1
Moreno	0,318	0,467	0,523	0,655	0,558	0,356	0,391	0,511	0,600	0,727	0,484	0,638	0,527	0,624	39.132	80,9
Olinda	0,476	0,702	0,765	0,676	0,718	0,903	0,536	0,661	0,738	0,749	0,666	0,757	0,786	0,733	341.394	100,0
Paulista	0,386	0,629	0,731	0,690	0,726	0,777	0,458	0,627	0,755	0,764	0,667	0,776	0,752	0,814	211.491	98,2
Recife	0,551	0,720	0,790	0,690	0,727	0,954	0,569	0,672	0,747	0,764	0,682	0,760	0,790	0,737	1.298.228	100,0
São Lourenço da Mata	0,329	0,487	0,515	0,631	0,547	0,367	0,402	0,513	0,580	0,699	0,475	0,649	0,522	0,556	85.861	82,9
Almirante Tamandaré	0,424	0,564	0,640	0,632	0,647	0,641	0,483	0,556	0,701	0,748	0,552	0,728	0,739	0,737	66.159	89,4
Araucária	0,506	0,670	0,730	0,702	0,697	0,791	0,583	0,663	0,745	0,810	0,598	0,737	0,796	0,783	61.889	87,7
Balsa Nova	0,440	0,629	0,660	0,715	0,677	0,588	0,545	0,620	0,724	0,821	0,566	0,758	0,664	0,812	7.515	32,0
Bocaiúva do Sul	0,368	0,538	0,567	0,676	0,559	0,467	0,456	0,563	0,610	0,787	0,459	0,599	0,593	0,611	10.657	30,4

ANEXO 3 - MATRIZ DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DE CONDIÇÕES DE VIDA E DOS RESPECTIVOS COMPONENTES - MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

continua

REGIÕES/MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL						ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA						POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO		
	IDH-M			Longevidade	Educação	Renda	ICV			Longevidade	Educação	Infância			Renda	Habitação
	1970	1980	1991				1970	1980	1991				1991			
Campina Grande do Sul	0,425	0,567	0,691	0,692	0,645	0,737	0,513	0,582	0,712	0,801	0,547	0,726	0,750	0,736	19.343	65,6
Campo Largo	0,480	0,688	0,710	0,656	0,679	0,796	0,541	0,668	0,745	0,770	0,579	0,773	0,797	0,805	72.523	74,8
Colombo	0,448	0,637	0,693	0,657	0,679	0,744	0,548	0,619	0,726	0,770	0,579	0,763	0,790	0,728	117.767	93,6
Contenda	0,484	0,685	0,676	0,644	0,693	0,692	0,562	0,661	0,698	0,759	0,584	0,754	0,677	0,716	8.941	53,8
Curitiba	0,713	0,760	0,819	0,696	0,796	0,965	0,708	0,771	0,835	0,805	0,747	0,850	0,869	0,902	1.315.034	100,0
Mandirituba	0,381	0,581	0,697	0,774	0,660	0,658	0,456	0,575	0,699	0,868	0,555	0,737	0,708	0,626	38.336	68,8
Piraquara	0,454	0,641	0,749	0,669	0,697	0,882	0,539	0,656	0,776	0,781	0,605	0,809	0,859	0,825	106.882	88,1
Quatro Barras	0,435	0,710	0,733	0,601	0,685	0,912	0,530	0,646	0,729	0,718	0,587	0,740	0,843	0,756	10.007	81,5
Rio Branco do Sul	0,321	0,478	0,536	0,565	0,553	0,489	0,418	0,526	0,602	0,683	0,455	0,642	0,599	0,631	38.296	61,9
São José dos Pinhais	0,520	0,724	0,784	0,691	0,718	0,942	0,580	0,691	0,778	0,800	0,625	0,783	0,869	0,811	127.455	87,9
Duque de Caxias	0,538	0,665	0,689	0,635	0,710	0,722	0,589	0,686	0,725	0,767	0,630	0,710	0,757	0,762	667.821	99,5
Itaboraí	0,474	0,551	0,611	0,635	0,637	0,560	0,568	0,607	0,671	0,767	0,545	0,648	0,657	0,738	162.742	90,4
Itaguaí	0,547	0,669	0,655	0,640	0,667	0,658	0,586	0,672	0,714	0,771	0,589	0,701	0,700	0,810	113.057	85,0
Magé	0,565	0,593	0,617	0,635	0,662	0,552	0,575	0,631	0,676	0,767	0,575	0,680	0,652	0,704	191.734	89,9
Mangaratiba	0,520	0,697	0,702	0,630	0,673	0,801	0,600	0,697	0,723	0,762	0,592	0,695	0,777	0,787	17.925	74,4
Maricá	0,513	0,639	0,743	0,688	0,677	0,864	0,581	0,643	0,736	0,809	0,600	0,697	0,795	0,779	46.545	70,2
Nilópolis	0,583	0,734	0,767	0,638	0,770	0,892	0,671	0,765	0,776	0,769	0,700	0,777	0,852	0,781	158.092	100,0
Niterói	0,710	0,769	0,821	0,663	0,828	0,973	0,741	0,787	0,831	0,790	0,806	0,826	0,853	0,880	436.155	100,0
Nova Iguaçu	0,542	0,652	0,648	0,605	0,703	0,636	0,590	0,680	0,702	0,741	0,622	0,700	0,704	0,746	1.297.703	99,7
Paracambi	0,456	0,640	0,632	0,618	0,635	0,644	0,547	0,696	0,729	0,753	0,557	0,761	0,706	0,869	36.427	91,5
Rio de Janeiro	0,702	0,759	0,808	0,659	0,800	0,965	0,737	0,781	0,820	0,787	0,759	0,807	0,842	0,908	5.480.767	100,0
São Gonçalo	0,556	0,719	0,735	0,638	0,739	0,827	0,651	0,698	0,757	0,769	0,664	0,749	0,812	0,790	779.832	100,0
São João de Meriti	0,545	0,693	0,683	0,622	0,732	0,696	0,612	0,715	0,737	0,756	0,651	0,723	0,751	0,804	425.772	100,0
Alvorada	0,495	0,694	0,697	0,671	0,710	0,709	0,562	0,691	0,765	0,797	0,615	0,798	0,771	0,842	142.046	99,9
Cachoeirinha	0,546	0,755	0,785	0,671	0,740	0,944	0,617	0,758	0,819	0,796	0,656	0,844	0,882	0,919	88.195	99,7
Campo Bom	0,570	0,748	0,806	0,746	0,724	0,948	0,622	0,735	0,814	0,854	0,634	0,806	0,885	0,892	47.876	97,1
Canoas	0,574	0,749	0,793	0,683	0,748	0,949	0,643	0,758	0,816	0,806	0,670	0,838	0,871	0,892	279.127	97,0
Dois Irmãos	0,523	0,772	0,800	0,695	0,760	0,946	0,613	0,761	0,819	0,815	0,667	0,844	0,909	0,863	18.951	94,4

ANEXO 3 - MATRIZ DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DE CONDIÇÕES DE VIDA E DOS RESPECTIVOS COMPONENTES - MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

continua

REGIÕES/MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL						ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA							POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO	
	IDH-M			Longevidade	Educação	Renda	ICV			Longevidade	Educação	Infância	Renda			Habitação
	1970	1980	1991				1970	1980	1991							
Eldorado do Sul			0,731	0,704	0,694	0,796			0,761	0,822	0,600	0,781	0,771	0,830	17.703	70,5
Estância Velha	0,527	0,751	0,789	0,672	0,744	0,951	0,611	0,754	0,808	0,797	0,657	0,801	0,894	0,890	28.190	94,7
Esteio	0,590	0,764	0,793	0,672	0,757	0,950	0,649	0,777	0,828	0,797	0,683	0,877	0,880	0,901	70.547	99,9
Glorinha			0,640	0,697	0,593	0,630			0,727	0,817	0,498	0,737	0,694	0,887	4.587	14,0
Gravataí	0,495	0,741	0,784	0,735	0,731	0,886	0,581	0,734	0,818	0,846	0,647	0,860	0,853	0,886	181.035	92,8
Guaíba	0,504	0,734	0,756	0,695	0,719	0,854	0,587	0,725	0,807	0,816	0,632	0,835	0,825	0,927	83.102	88,8
Ivoti	0,575	0,780	0,811	0,732	0,751	0,949	0,655	0,780	0,818	0,844	0,659	0,812	0,889	0,887	16.326	56,2
Nova Hartz			0,697	0,600	0,709	0,783			0,748	0,737	0,601	0,728	0,827	0,849	10.013	80,6
Novo Hamburgo	0,611	0,755	0,800	0,701	0,744	0,955	0,667	0,747	0,800	0,820	0,664	0,789	0,871	0,858	205.668	97,9
Parobé			0,750	0,692	0,693	0,864			0,759	0,813	0,590	0,771	0,852	0,767	31.995	96,2
Portão	0,483	0,731	0,706	0,686	0,674	0,759	0,569	0,713	0,736	0,808	0,579	0,748	0,790	0,756	19.489	84,7
Porto Alegre	0,727	0,784	0,825	0,690	0,814	0,972	0,739	0,795	0,841	0,812	0,778	0,850	0,862	0,904	1.263.402	98,7
São Leopoldo	0,626	0,755	0,790	0,674	0,744	0,951	0,674	0,748	0,797	0,799	0,673	0,792	0,857	0,863	167.907	95,5
Sapiranga	0,579	0,733	0,757	0,681	0,706	0,883	0,632	0,700	0,773	0,805	0,608	0,735	0,859	0,856	58.675	90,2
Sapucaia do Sul	0,507	0,729	0,753	0,714	0,715	0,831	0,576	0,717	0,794	0,830	0,625	0,829	0,823	0,862	104.885	99,6
Triunfo	0,464	0,707	0,740	0,675	0,658	0,889	0,565	0,685	0,764	0,800	0,559	0,804	0,813	0,842	17.923	55,5
Viamão	0,473	0,714	0,737	0,684	0,704	0,821	0,583	0,698	0,773	0,807	0,618	0,794	0,812	0,833	169.176	92,4
Arujá	0,470	0,690	0,766	0,654	0,692	0,952	0,519	0,639	0,740	0,772	0,607	0,786	0,846	0,687	37.622	91,1
Barueri	0,512	0,692	0,765	0,632	0,702	0,961	0,543	0,663	0,754	0,752	0,621	0,794	0,850	0,752	130.799	100,0
Biritiba-Mirim	0,439	0,660	0,706	0,624	0,629	0,866	0,513	0,641	0,717	0,745	0,544	0,743	0,821	0,731	17.833	83,0
Caieiras	0,567	0,705	0,784	0,687	0,714	0,952	0,637	0,719	0,796	0,800	0,627	0,841	0,896	0,815	39.069	96,7
Cajamar	0,454	0,669	0,749	0,642	0,664	0,942	0,531	0,640	0,736	0,762	0,568	0,745	0,875	0,731	33.736	94,8
Carapicuíba	0,511	0,697	0,771	0,656	0,707	0,950	0,556	0,688	0,771	0,773	0,617	0,798	0,897	0,771	283.661	100,0
Cotia	0,532	0,719	0,788	0,694	0,709	0,960	0,560	0,694	0,766	0,806	0,630	0,792	0,861	0,743	107.453	100,0
Diadema	0,528	0,702	0,763	0,648	0,689	0,951	0,565	0,685	0,770	0,767	0,603	0,791	0,898	0,791	305.287	100,0
Embu	0,512	0,683	0,758	0,654	0,668	0,953	0,562	0,651	0,752	0,772	0,572	0,776	0,872	0,766	155.990	100,0
Embu-Guaçu	0,429	0,667	0,740	0,621	0,656	0,944	0,491	0,633	0,710	0,742	0,563	0,743	0,875	0,627	36.277	97,6
Ferraz de Vasconcelos	0,508	0,685	0,721	0,628	0,680	0,854	0,557	0,651	0,746	0,749	0,588	0,799	0,831	0,762	96.166	98,7
Francisco Morato	0,447	0,647	0,708	0,602	0,653	0,869	0,512	0,618	0,699	0,725	0,554	0,755	0,860	0,601	83.885	99,7

ANEXO 3 - MATRIZ DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DE CONDIÇÕES DE VIDA E DOS RESPECTIVOS COMPONENTES - MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

conclusão

REGIÕES/MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL						ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA					POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO			
	IDH-M			Longevidade	Educação	Renda	ICV			Longevidade	Educação			Infância	Renda	Habitação
	1970	1980	1991				1991	1970	1980							
Franco da Rocha	0,484	0,699	0,744	0,623	0,663	0,948	0,572	0,673	0,754	0,744	0,575	0,790	0,894	0,766	85.535	98,2
Guararema	0,444	0,662	0,739	0,635	0,652	0,929	0,548	0,648	0,742	0,755	0,567	0,743	0,831	0,814	17.961	78,7
Guarulhos	0,594	0,706	0,773	0,645	0,717	0,955	0,616	0,695	0,775	0,764	0,640	0,797	0,883	0,789	787.866	98,7
Itapecerica da Serra	0,477	0,683	0,762	0,653	0,675	0,956	0,513	0,640	0,746	0,771	0,585	0,771	0,854	0,750	93.146	98,3
Itapevi	0,480	0,681	0,680	0,628	0,675	0,738	0,535	0,649	0,704	0,749	0,578	0,718	0,765	0,709	107.976	100,0
Itaquaquecetuba	0,461	0,654	0,675	0,588	0,661	0,776	0,532	0,618	0,704	0,712	0,565	0,766	0,803	0,677	164.957	100,0
Jandira	0,489	0,678	0,747	0,644	0,679	0,917	0,543	0,644	0,759	0,763	0,586	0,789	0,884	0,773	62.697	100,0
Juquitiba	0,326	0,577	0,634	0,668	0,572	0,663	0,386	0,567	0,663	0,784	0,481	0,669	0,708	0,675	19.969	100,0
Mairiporã	0,463	0,704	0,747	0,592	0,685	0,962	0,543	0,686	0,744	0,716	0,607	0,770	0,847	0,779	39.937	85,0
Mauá	0,516	0,707	0,777	0,678	0,705	0,949	0,562	0,698	0,785	0,792	0,618	0,819	0,900	0,797	294.998	100,0
Moji das Cruzes	0,586	0,706	0,779	0,647	0,736	0,955	0,620	0,711	0,787	0,766	0,668	0,815	0,859	0,824	273.175	90,3
Osasco	0,589	0,714	0,784	0,660	0,735	0,958	0,616	0,716	0,796	0,777	0,660	0,824	0,889	0,830	568.225	100,0
Pirapora do Bom Jesus	0,471	0,653	0,657	0,576	0,635	0,761	0,507	0,605	0,666	0,700	0,550	0,695	0,779	0,606	7.956	100,0
Poá	0,558	0,700	0,787	0,686	0,729	0,946	0,606	0,672	0,805	0,800	0,651	0,838	0,885	0,852	76.302	99,0
Ribeirão Pires	0,605	0,713	0,785	0,670	0,730	0,956	0,625	0,716	0,806	0,786	0,653	0,849	0,886	0,856	85.085	100,0
Rio Grande da Serra	0,415	0,649	0,717	0,619	0,684	0,848	0,487	0,645	0,754	0,741	0,589	0,786	0,844	0,810	29.901	100,0
Salesópolis	0,436	0,668	0,681	0,639	0,611	0,795	0,531	0,645	0,739	0,758	0,524	0,779	0,780	0,856	11.359	59,4
Santa Isabel	0,437	0,644	0,683	0,620	0,624	0,805	0,504	0,657	0,731	0,741	0,535	0,735	0,805	0,841	37.975	74,5
Santana de Parnaíba	0,516	0,682	0,783	0,674	0,701	0,973	0,580	0,678	0,749	0,789	0,637	0,749	0,808	0,761	37.762	100,0
Santo André	0,699	0,749	0,813	0,709	0,765	0,964	0,707	0,775	0,834	0,819	0,701	0,862	0,891	0,897	616.991	100,0
São Bernardo do Campo	0,683	0,741	0,808	0,683	0,772	0,970	0,700	0,761	0,826	0,797	0,717	0,855	0,884	0,877	566.893	98,0
São Caetano do Sul	0,723	0,761	0,820	0,702	0,787	0,973	0,763	0,807	0,858	0,813	0,738	0,902	0,897	0,941	149.519	100,0
São Paulo	0,708	0,740	0,804	0,673	0,769	0,972	0,710	0,750	0,816	0,788	0,714	0,832	0,869	0,875	9.646.184	97,6
Suzano	0,541	0,702	0,758	0,618	0,707	0,950	0,583	0,677	0,768	0,740	0,626	0,817	0,871	0,788	158.839	95,7
Taboão da Serra	0,523	0,704	0,789	0,681	0,730	0,956	0,567	0,682	0,793	0,795	0,654	0,817	0,893	0,805	160.084	100,0
Vargem Grande Paulista			0,768	0,658	0,698	0,949			0,765	0,775	0,614	0,800	0,872	0,765	15.870	100,0

FONTE: PNUD (1998)

NOTA: Cada um dos índices desta matriz deriva de um conjunto de indicadores, conforme listagem do Anexo 2, que está disponível no Atlas que serviu de fonte a esta matriz.

**ANEXO 4 - INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO - REGIÕES
METROPOLITANAS - 1989-99**

REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

INDICADORES (%)	RM CURITIBA							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Metodologia 1970-80								
PIA / População total	78,58	78,46	80,41	80,25	80,73	79,78	80,64	80,50
Taxa de atividade (PEA / PIA)	58,60	59,61	55,97	61,31	61,16	61,83	60,88	61,87
Taxa de ocupação (OCUP. / PEA)	96,67	92,15	93,58	93,05	93,43	90,50	88,25	88,13
Setor estruturado / Total de ocupados	59,23	54,38	55,83	50,99	51,49	52,18	53,66	51,31
Setor estruturado (excl. func. públicos) / Total de ocupados	*	49,07	48,89	44,87	44,46	46,15	47,36	45,28
Setor pouco estruturado / Total de ocupados	37,47	41,85	39,24	43,43	43,36	42,65	41,43	44,11
Empregadores / Total de ocupados	3,30	4,24	4,87	6,19	5,35	5,69	5,39	5,22
Ocupados na indústria de transf. / Total de ocupados	20,43	17,96	16,36	17,41	16,43	16,63	16,67	16,45
Empregados c/ carteira na ind. transf. / Total ocup. setor estruturado	29,00	26,20	25,77	23,76	22,97	22,88	22,54	23,35
Contribuintes da previdência / Total de ocupados	72,18	63,46	64,36	60,78	60,00	60,26	63,58	60,56
Contribuintes da ind. de transf. / Total contribuintes prev.	25,32	23,96	21,48	23,43	21,75	21,91	20,97	21,45
Ocupados ind. de transf. / Total ocup. com renda > 10 s.m.	*	15,61	17,22	16,19	17,83	14,57	14,77	17,11
Ocupados com < de 2 anos na ocupação / Total de ocupados	*	38,08	34,06	39,05	37,91	36,53	37,59	36,60
Rendimento médio trabalho principal (base 100 = RMSP)	*	81,15	96,36	87,22	80,54	85,38	81,94	83,07

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; tabelas relativas às Regiões Metropolitanas

NOTA:

1) A PEA e a População Ocupada, referente aos anos 90, foram adaptadas ao antigo critério da PNAD (anos 70 e 80):

PIA = População com 10 anos ou mais de idade;

PEA 70_80 = PEA 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas - desde que sem procura de trabalho);

OCUPADOS 70_80 = OCUPADOS 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas);

SETOR ESTRUTURADO = Empregados com carteira e funcionários públicos civis e militares;

SETOR POUCO ESTRUTURADO = Empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

2) os dados referentes a 1989 foram extraídos das tabelas 1.1, 3.1, 3.6, 3.14 e 3.18;

os dados referentes à década de 90 foram extraídos das tabelas 1.1, 4.2, 4.8, 4.18, 4.19, 4.21, 4.22, 4.24, 4.28 e 4.31.

REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

INDICADORES (%)	RM PORTO ALEGRE							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Metodologia 1970-80								
PIA / População total	79,30	80,43	80,70	81,44	82,15	81,96	82,30	82,27
Taxa de atividade (PEA / PIA)	59,15	61,07	59,69	60,90	59,88	60,62	61,31	61,20
Taxa de ocupação (OCUP. / PEA)	96,66	92,48	92,78	92,12	90,84	90,33	88,33	89,38
Setor estruturado / Total de ocupados	57,80	57,64	57,58	54,86	54,28	53,36	51,62	51,34
Setor estruturado (excl. func. públicos) / Total de ocupados	*	50,96	50,65	48,40	46,33	46,32	44,62	44,31
Setor pouco estruturado / Total de ocupados	37,30	38,25	38,81	40,21	41,53	41,39	43,74	44,09
Empregadores / Total de ocupados	4,89	4,44	4,15	5,29	4,72	5,78	5,37	5,11
Ocupados na indústria de transf. / Total de ocupados	26,47	25,73	25,09	21,30	20,89	20,62	19,00	19,42
Empregados c/ carteira na ind. transf. / Total ocup. setor estruturado	36,53	32,70	32,40	28,32	28,52	27,55	25,59	25,53
Contribuintes da previdência / Total de ocupados	76,82	69,32	68,98	67,05	66,38	65,33	64,32	64,11
Contribuintes da ind. de transf. / Total contribuintes prev.	29,92	29,91	29,06	25,52	25,72	24,83	23,46	22,98
Ocupados ind. de transf. / Total ocup. com renda > 10 s.m.	*	19,94	14,81	15,75	14,96	16,56	13,44	10,82
Ocupados com < de 2 anos na ocupação / Total de ocupados	*	38,91	39,97	39,33	37,94	38,12	36,70	35,81
Rendimento médio trabalho principal (base 100 = RMSP)	*	83,62	80,16	79,07	78,82	76,73	77,37	79,05

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; tabelas relativas às Regiões Metropolitanas

NOTA:

1) A PEA e a População Ocupada, referente aos anos 90, foram adaptadas ao antigo critério da PNAD (anos 70 e 80):

PIA = População com 10 anos ou mais de idade;

PEA 70_80 = PEA 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas - desde que sem procura de trabalho);

OCUPADOS 70_80 = OCUPADOS 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas);

SETOR ESTRUTURADO = Empregados com carteira e funcionários públicos civis e militares;

SETOR POUCO ESTRUTURADO = Empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

2) os dados referentes a 1989 foram extraídos das tabelas 1.1, 3.1, 3.6, 3.14 e 3.18;

os dados referentes à década de 90 foram extraídos das tabelas 1.1, 4.2, 4.8, 4.18, 4.19, 4.21, 4.22, 4.24, 4.28 e 4.31.

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

INDICADORES (%)	RM SÃO PAULO							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Metodologia 1970-80								
PIA / População total	79,38	80,34	80,19	82,41	82,49	82,58	84,22	83,59
Taxa de atividade (PEA / PIA)	56,92	58,13	58,39	57,96	57,30	58,03	59,25	58,66
Taxa de ocupação (OCUP. / PEA)	96,62	89,31	90,29	91,45	90,13	87,29	84,76	84,03
Setor estruturado / Total de ocupados	62,19	61,54	59,70	56,59	55,91	56,05	54,02	52,89
Setor estruturado (excl. func. públicos) / Total de ocupados	*	55,35	54,07	50,71	50,77	50,32	48,97	47,33
Setor pouco estruturado / Total de ocupados	33,83	34,66	36,31	38,70	40,20	39,76	41,50	42,88
Empregadores / Total de ocupados	3,98	4,10	4,17	4,95	4,23	4,27	4,89	4,41
Ocupados na indústria de transf. / Total de ocupados	32,74	26,42	25,60	23,47	22,98	22,37	20,91	18,85
Empregados c/ carteira na ind. transf. / Total ocup. setor estruturado	44,70	35,69	35,40	33,29	30,70	29,67	28,14	26,42
Contribuintes da previdência / Total de ocupados	78,21	71,87	69,49	66,24	63,20	65,98	65,41	63,52
Contribuintes da ind. de transf. / Total contribuintes prev.	37,70	32,16	31,98	29,22	28,45	27,07	25,49	23,61
Ocupados ind. de transf. / Total ocup. com renda > 10 s.m.	*	33,04	27,35	26,89	24,72	23,14	21,54	18,70
Ocupados com < de 2 anos na ocupação / Total de ocupados	*	36,67	35,69	35,91	36,85	35,00	34,21	33,40
Rendimento médio trabalho principal (base 100 = RMSP)	*	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; tabelas relativas às Regiões Metropolitanas

NOTA:

1) A PEA e a População Ocupada, referente aos anos 90, foram adaptadas ao antigo critério da PNAD (anos 70 e 80):

PIA = População com 10 anos ou mais de idade;

PEA 70_80 = PEA 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas - desde que sem procura de trabalho);

OCUPADOS 70_80 = OCUPADOS 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas);

SETOR ESTRUTURADO = Empregados com carteira e funcionários públicos civis e militares;

SETOR POUCO ESTRUTURADO = Empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

2) os dados referentes a 1989 foram extraídos das tabelas 1.1, 3.1, 3.6, 3.14 e 3.18;

os dados referentes à década de 90 foram extraídos das tabelas 1.1, 4.2, 4.8, 4.18, 4.19, 4.21, 4.22, 4.24, 4.28 e 4.31.

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

INDICADORES (%)	RM BELO HORIZONTE							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Metodologia 1970-80								
PIA / População total	77,69	79,48	79,70	81,03	81,30	80,97	81,53	82,30
Taxa de atividade (PEA / PIA)	59,14	56,62	57,51	58,09	58,43	60,41	59,50	61,01
Taxa de ocupação (OCUP. / PEA)	95,88	89,56	91,11	92,70	91,03	89,49	86,67	85,02
Setor estruturado / Total de ocupados	54,56	55,54	53,86	54,93	55,11	53,66	54,81	52,90
Setor estruturado (excl. func. públicos) / Total de ocupados	*	47,90	45,64	47,18	48,02	46,70	48,13	45,63
Setor pouco estruturado / Total de ocupados	40,33	40,40	42,16	41,44	41,57	42,97	40,37	42,36
Empregadores / Total de ocupados	5,06	4,58	4,42	4,18	3,67	4,28	4,98	5,09
Ocupados na indústria de transf. / Total de ocupados	18,54	16,57	16,92	15,38	14,61	16,86	15,37	15,13
Empregados c/ carteira na ind. transf. / Total ocup. setor estruturado	25,61	21,03	20,94	20,62	18,97	22,53	19,71	19,47
Contribuintes da previdência / Total de ocupados	69,49	65,71	63,73	64,47	63,73	62,46	64,26	62,51
Contribuintes da ind. de transf. / Total contribuintes prev.	21,52	19,33	19,95	18,75	17,67	20,19	18,13	17,93
Ocupados ind. de transf. / Total ocup. com renda > 10 s.m.	*	19,27	16,04	15,37	13,08	15,54	15,78	10,44
Ocupados com < de 2 anos na ocupação / Total de ocupados	*	41,62	40,06	42,52	43,01	41,18	39,55	37,74
Rendimento médio trabalho principal (base 100 = RMSP)	*	74,42	68,39	63,90	61,08	66,08	65,26	66,02

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; tabelas relativas às Regiões Metropolitanas

NOTA:

1) A PEA e a População Ocupada, referente aos anos 90, foram adaptadas ao antigo critério da PNAD (anos 70 e 80):

PIA = População com 10 anos ou mais de idade;

PEA 70_80 = PEA 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas - desde que sem procura de trabalho);

OCUPADOS 70_80 = OCUPADOS 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas);

SETOR ESTRUTURADO = Empregados com carteira e funcionários públicos civis e militares;

SETOR POUCO ESTRUTURADO = Empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

2) os dados referentes a 1989 foram extraídos das tabelas 1.1, 3.1, 3.6, 3.14 e 3.18;

os dados referentes à década de 90 foram extraídos das tabelas 1.1, 4.2, 4.8, 4.18, 4.19, 4.21, 4.22, 4.24, 4.28 e 4.31.

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

INDICADORES (%)	RM RIO DE JANEIRO							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Metodologia 1970-80								
PIA / População total	81,29	82,98	82,91	84,61	84,33	84,38	84,39	84,84
Taxa de atividade (PEA / PIA)	54,16	53,23	54,22	54,56	54,38	53,95	54,14	54,13
Taxa de ocupação (OCUP. / PEA)	95,52	92,69	91,96	92,43	91,08	90,31	88,79	88,45
Setor estruturado / Total de ocupados	52,36	56,39	55,45	55,98	54,29	55,21	53,97	52,73
Setor estruturado (excl. func. públicos) / Total de ocupados	*	45,37	45,46	45,44	43,83	44,78	43,81	42,68
Setor pouco estruturado / Total de ocupados	43,47	39,79	41,25	40,26	42,09	41,60	41,57	43,63
Empregadores / Total de ocupados	4,17	4,15	3,45	3,98	4,02	3,31	4,35	3,69
Ocupados na indústria de transf. / Total de ocupados	16,26	13,47	14,02	12,94	12,14	11,69	10,36	9,72
Empregados c/ carteira na ind. transf. / Total ocup. setor estruturado	22,86	16,72	17,74	16,35	14,51	14,30	12,72	11,66
Contribuintes da previdência / Total de ocupados	68,09	64,93	64,98	64,97	63,07	62,79	63,53	62,48
Contribuintes da ind. de transf. / Total contribuintes prev.	19,70	15,98	16,94	15,53	14,06	13,95	12,62	11,58
Ocupados ind. de transf. / Total ocup. com renda > 10 s.m.	*	14,86	13,19	12,42	13,78	11,41	11,28	9,23
Ocupados com < de 2 anos na ocupação / Total de ocupados	*	31,11	30,46	31,63	35,55	29,55	27,11	24,40
Rendimento médio trabalho principal (base 100 = RMSF)	*	84,36	70,30	74,02	77,48	74,04	79,43	83,31

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; tabelas relativas às Regiões Metropolitanas

NOTA:

1) A PEA e a População Ocupada, referente aos anos 90, foram adaptadas ao antigo critério da PNAD (anos 70 e 80):

PIA = População com 10 anos ou mais de idade;

PEA 70_80 = PEA 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas - desde que sem procura de trabalho);

OCUPADOS 70_80 = OCUPADOS 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas);

SETOR ESTRUTURADO = Empregados com carteira e funcionários públicos civis e militares;

SETOR POUCO ESTRUTURADO = Empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

2) os dados referentes a 1989 foram extraídos das tabelas 1.1, 3.1, 3.6, 3.14 e 3.18;

os dados referentes à década de 90 foram extraídos das tabelas 1.1, 4.2, 4.8, 4.18, 4.19, 4.21, 4.22, 4.24, 4.28 e 4.31.

REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

INDICADORES (%)	RM SALVADOR							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Metodologia 1970-80								
PIA / População total	76,47	78,75	79,72	80,16	81,64	81,95	82,70	83,41
Taxa de atividade (PEA / PIA)	57,45	54,93	56,30	58,41	55,45	57,32	58,11	60,72
Taxa de ocupação (OCUP. / PEA)	93,46	87,85	84,50	89,91	84,81	83,51	82,35	80,21
Setor estruturado / Total de ocupados	51,39	51,34	52,92	46,50	50,07	51,33	49,11	45,65
Setor estruturado (excl. func. públicos) / Total de ocupados	*	44,61	44,81	38,36	40,79	42,88	41,39	37,30
Setor pouco estruturado / Total de ocupados	44,28	45,89	44,90	50,22	46,01	44,95	47,52	50,77
Empregadores / Total de ocupados	4,31	2,85	2,52	3,87	4,12	4,00	3,75	4,12
Ocupados na indústria de transf. / Total de ocupados	11,28	10,24	8,92	9,08	9,82	9,24	8,86	8,56
Empregados c/ carteira na ind. transf. / Total ocup. setor estruturado	17,14	13,63	12,06	12,01	12,37	12,06	11,30	10,62
Contribuintes da previdência / Total de ocupados	65,80	56,18	58,22	52,53	54,96	55,52	56,80	52,27
Contribuintes da ind. de transf. / Total contribuintes prev.	14,42	13,38	11,23	11,86	12,17	11,80	10,83	10,15
Ocupados ind. de transf. / Total ocup. com renda > 10 s.m.	*	22,99	17,84	16,06	11,65	14,32	12,65	12,53
Ocupados com < de 2 anos na ocupação / Total de ocupados	*	32,99	36,41	38,00	37,21	35,71	35,36	39,14
Rendimento médio trabalho principal (base 100 = RMSF)	*	72,25	79,83	56,04	61,93	62,92	61,03	59,68

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; tabelas relativas às Regiões Metropolitanas

NOTA:

1) A PEA e a População Ocupada, referente aos anos 90, foram adaptadas ao antigo critério da PNAD (anos 70 e 80):

PIA = População com 10 anos ou mais de idade;

PEA 70_80 = PEA 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas - desde que sem procura de trabalho);

OCUPADOS 70_80 = OCUPADOS 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas);

SETOR ESTRUTURADO = Empregados com carteira e funcionários públicos civis e militares;

SETOR POUCO ESTRUTURADO = Empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

2) os dados referentes a 1989 foram extraídos das tabelas 1.1, 3.1, 3.6, 3.14 e 3.18;

os dados referentes à década de 90 foram extraídos das tabelas 1.1, 4.2, 4.8, 4.18, 4.19, 4.21, 4.22, 4.24, 4.28 e 4.31.

REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE

INDICADORES (%)	RM RECIFE							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Metodologia 1970-80								
PIA / População total	78,36	78,96	79,70	79,99	81,16	81,24	81,51	81,70
Taxa de atividade (PEA / PIA)	48,48	51,81	52,54	52,09	52,37	52,66	52,56	53,01
Taxa de ocupação (OCUP. / PEA)	94,18	85,89	85,09	90,40	88,89	86,32	84,73	85,28
Setor estruturado / Total de ocupados	48,76	48,86	46,30	43,42	46,10	45,50	46,21	42,47
Setor estruturado (excl. func. públicos) / Total de ocupados	*	39,42	36,20	34,37	36,36	36,39	36,73	35,29
Setor pouco estruturado / Total de ocupados	47,80	48,59	50,69	54,48	50,72	52,09	50,28	54,47
Empregadores / Total de ocupados	3,44	2,55	3,48	3,08	3,50	3,16	4,35	4,14
Ocupados na indústria de transf. / Total de ocupados	15,58	11,26	11,19	10,17	10,68	8,52	9,20	10,39
Empregados c/ carteira na ind. transf. / Total ocup. setor estruturado	25,17	16,61	16,59	15,52	14,84	12,51	11,83	14,39
Contribuintes da previdência / Total de ocupados	59,85	52,07	50,12	49,18	49,39	51,18	51,77	47,65
Contribuintes da ind. de transf. / Total contribuintes prev.	21,85	16,03	15,71	14,71	14,21	11,98	11,38	13,71
Ocupados ind. de transf. / Total ocup. com renda > 10 s.m.	*	12,05	11,80	11,45	13,28	7,16	7,60	8,87
Ocupados com < de 2 anos na ocupação / Total de ocupados	*	31,70	36,75	36,13	34,23	36,10	36,69	34,62
Rendimento médio trabalho principal (base 100 = RMSP)	*	57,28	50,83	47,61	50,92	47,95	51,66	54,45

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; tabelas relativas às Regiões Metropolitanas

NOTA:

1) A PEA e a População Ocupada, referente aos anos 90, foram adaptadas ao antigo critério da PNAD (anos 70 e 80):

PIA = População com 10 anos ou mais de idade;

PEA 70_80 = PEA 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas - desde que sem procura de trabalho);

OCUPADOS 70_80 = OCUPADOS 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas);

SETOR ESTRUTURADO = Empregados com carteira e funcionários públicos civis e militares;

SETOR POUCO ESTRUTURADO = Empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

2) os dados referentes a 1989 foram extraídos das tabelas 1.1, 3.1, 3.6, 3.14 e 3.18;

os dados referentes à década de 90 foram extraídos das tabelas 1.1, 4.2, 4.8, 4.18, 4.19, 4.21, 4.22, 4.24, 4.28 e 4.31.

REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

INDICADORES (%)	RM FORTALEZA							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Metodologia 1970-80								
PIA / População total	74,86	75,96	77,01	77,41	77,88	78,38	78,77	79,99
Taxa de atividade (PEA / PIA)	52,43	56,95	55,07	59,09	53,00	56,18	56,01	55,02
Taxa de ocupação (OCUP. / PEA)	94,59	90,35	90,59	90,32	91,14	89,51	88,54	87,38
Setor estruturado / Total de ocupados	40,31	38,72	38,31	38,17	49,75	39,17	39,41	38,57
Setor estruturado (excl. func. públicos) / Total de ocupados	*	31,08	31,00	30,22	42,78	32,47	32,71	32,73
Setor pouco estruturado / Total de ocupados	56,32	58,32	59,27	59,49	23,02	57,67	57,64	58,89
Empregadores / Total de ocupados	3,37	3,52	3,09	3,42	2,94	3,43	3,88	3,59
Ocupados na indústria de transf. / Total de ocupados	17,58	16,15	17,33	15,36	15,40	13,78	14,70	16,06
Empregados c/ carteira na ind. transf. / Total ocup. setor estruturado	30,10	24,10	25,56	23,27	19,39	22,01	21,24	24,63
Contribuintes da previdência / Total de ocupados	52,90	43,28	41,31	42,34	44,50	43,17	44,37	42,81
Contribuintes da ind. de transf. / Total contribuintes prev.	24,36	22,81	24,61	22,07	21,78	20,34	19,92	22,95
Ocupados ind. de transf. / Total ocup. com renda > 10 s.m.	*	13,08	13,13	10,14	9,51	8,81	6,20	5,39
Ocupados com < de 2 anos na ocupação / Total de ocupados	*	37,02	34,12	36,88	35,02	34,31	36,91	36,45
Rendimento médio trabalho principal (base 100 = RMSP)	*	49,75	49,03	45,51	49,20	46,78	45,83	49,94

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; tabelas relativas às Regiões Metropolitanas

NOTA:

1) A PEA e a População Ocupada, referente aos anos 90, foram adaptadas ao antigo critério da PNAD (anos 70 e 80):

PIA = População com 10 anos ou mais de idade;

PEA 70_80 = PEA 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas - desde que sem procura de trabalho);

OCUPADOS 70_80 = OCUPADOS 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas);

SETOR ESTRUTURADO = Empregados com carteira e funcionários públicos civis e militares;

SETOR POUCO ESTRUTURADO = Empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

2) os dados referentes a 1989 foram extraídos das tabelas 1.1, 3.1, 3.6, 3.14 e 3.18;

os dados referentes à década de 90 foram extraídos das tabelas 1.1, 4.2, 4.8, 4.18, 4.19, 4.21, 4.22, 4.24, 4.28 e 4.31.

REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

INDICADORES (%)	RM BELÉM							
	1989	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Metodologia 1970-80								
PIA / População total	78,21	79,79	79,57	81,46	81,73	*	82,58	81,18
Taxa de atividade (PEA / PIA)	54,20	56,18	53,49	52,99	53,81	*	54,12	56,00
Taxa de ocupação (OCUP. / PEA)	95,80	87,45	90,97	90,81	88,85	*	89,25	83,00
Setor estruturado / Total de ocupados	38,14	41,98	42,99	40,99	38,53	*	38,41	38,38
Setor estruturado (excl. func. públicos) / Total de ocupados	*	30,45	28,27	27,11	26,66	*	26,26	27,35
Setor pouco estruturado / Total de ocupados	55,66	53,29	53,57	56,27	57,83	*	58,22	58,18
Empregadores / Total de ocupados	6,20	4,94	3,90	3,60	4,27	*	3,92	4,28
Ocupados na indústria de transf. / Total de ocupados	9,41	8,91	8,14	8,35	7,71	*	8,00	7,55
Empregados c/ carteira na ind. transf. / Total ocup. setor estruturado	14,77	11,06	8,88	8,59	8,13	*	7,53	7,32
Contribuintes da previdência / Total de ocupados	52,88	44,68	46,31	43,82	41,66	*	43,09	42,70
Contribuintes da ind. de transf. / Total contribuintes prev.	11,63	10,96	8,60	8,60	7,89	*	7,72	7,27
Ocupados ind. de transf. / Total ocup. com renda > 10 s.m.	*	4,83	2,47	6,86	7,45	*	5,16	1,08
Ocupados com < de 2 anos na ocupação / Total de ocupados	*	35,10	35,32	32,93	36,84	*	36,08	34,61
Rendimento médio trabalho principal (base 100 = RMSP)	*	64,15	75,53	67,70	63,53	*	61,03	63,22

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; tabelas relativas às Regiões Metropolitanas

NOTA:

1) A PEA e a População Ocupada, referente aos anos 90, foram adaptadas ao antigo critério da PNAD (anos 70 e 80):

PIA = População com 10 anos ou mais de idade;

PEA 70_80 = PEA 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas - desde que sem procura de trabalho);

OCUPADOS 70_80 = OCUPADOS 90 - (Ocupados auto consumo, Ocupados auto construção e Ocupados não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas);

SETOR ESTRUTURADO = Empregados com carteira e funcionários públicos civis e militares;

SETOR POUCO ESTRUTURADO = Empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

2) os dados referentes a 1989 foram extraídos das tabelas 1.1, 3.1, 3.6, 3.14 e 3.18;

os dados referentes à década de 90 foram extraídos das tabelas 1.1, 4.2, 4.8, 4.18, 4.19, 4.21, 4.22, 4.24, 4.28 e 4.31.